

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

CARLOS ETCHICHURY

**A VIOLÊNCIA NA MÍDIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
COBERTURA DA CRIMINALIDADE
PELA IMPRENSA NO RS**

Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Orientador

Porto Alegre
2010

CARLOS ETCHICHURY

**A VIOLÊNCIA NA MÍDIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA
DA CRIMINALIDADE PELA IMPRENSA NO RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Porto Alegre

2010

CARLOS ETCHICHURY

**A VIOLÊNCIA NA MÍDIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA
DA CRIMINALIDADE PELA IMPRENSA NO RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Aprovado em _____, de _____ de 2010, pela Comissão Examinadora.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que, ao conceder uma bolsa de estudos, possibilitou a realização dessa dissertação.

Ao professor e orientador Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo pela paciência com os sucessivos prazos vencidos, pela confiança inabalável nesse projeto e, sobretudo, pelo exemplo intelectual.

À minha mulher e companheira, Vivian Augustin Eichler, que compreendeu as minhas longas ausências num período especial de nossas vidas, e ao nosso filho, Santiago, que todos os dias enche nossa casa de esperança e felicidade.

À Luciana Kraemer, jornalista brilhante, que foi a principal incentivadora deste projeto.

Ao Grupo RBS, que permitiu o afastamento remunerado de um repórter ao longo de 30 dias, período indispensável para a conclusão desse trabalho.

Aos jornalistas Carlos Wagner, Humberto Trezzi, Francisco Amorim, José Luis Costa, Jorge Waithers, Milton Galdino, Renato Dorneles e Tibério Vargas Ramos, que perceberam a seriedade dessa pesquisa e colaboraram em contar suas histórias e tornar pública parte de suas vidas.

Aos meus colegas de Redação com quem deixei de privar conversas agradáveis e produtivas para mergulhar em leituras nem sempre amigáveis para um neófito em ciências sociais.

Por fim, mas não menos importante, aos meus familiares, em especial minha Mãe, dona Vânia, que me ensinou a jamais transigir em princípios. A ela, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação analisa a profunda transformação ocorrida na cobertura jornalística da criminalidade violenta a partir de meados da década de 80, quando os principais jornais do Brasil começam a ampliar suas abordagens, a diversificar fontes e a qualificar matérias. Após a redemocratização do Brasil, que coincide com a explosão da criminalidade no país, saem de foco casos isolados, que hegemonizavam a atenção da imprensa, e ganham espaço as reportagens contextualizadas sobre segurança pública e política de segurança. Para analisar como e por que as transformações na cobertura ocorreram em Zero Hora e quais as implicações, no contexto profissional dos jornalistas e na rotina da Redação, da mudança na forma como a violência passou a ser tratada, realizou-se entrevistas com jornalistas que atuam ou atuaram na editoria de Polícia de ZH. As respostas, que não se pretendem definitivas, foram encontradas através da análise dos discursos dos profissionais, à luz do arcabouço teórico proposto por Bourdieu. Além das respostas, identificou-se elementos que sugerem uma nova etapa da cobertura jornalística no agendamento de políticas repressivas de combate a criminalidade violenta nos dias atuais.

Palavras-chave: Jornalismo. Imprensa. Criminalidade violenta. Direitos humanos. Zero Hora. Mídia.

ABSTRACT

This dissertation analysis the deep transformation on journalistic covering about violent criminality since the middle of the 80's, when the main newspapers on Brazil started to extend its contents, to diversify sources and to qualify stories. After Brazil's redemocratization, that concurs with the explosion of violent criminality in the country, isolated cases that used to homogenize media's attention get out of the press focus and are replaced by contextualized stories on public security and security politics.

To analyse how and why these transformations have occurred on Zero Hora's covering and what are its implications in the journalists professional context and in the routine of the editorial office, interviews have been made with journalists that act or have acted in ZH Police section. The answers, that do not intend to be definitive, have been reached analyzing the speech of those professionals, enlightened by Bourdieu's teorical framework. Beyond the answers, elements that suggest a new stage of the journalistic covering have been identified in the agenda of repressive politics to fight violent criminality nowadays.

Key-words: Jornalismo. Press. Violent Criminality. Human Rights. Zero Hora. Mass media.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	UMA SOCIOLOGIA DA IMPRENSA	16
2.1	O CAMPO JORNALÍSTICO	18
2.2	A HOMOGÊNEA BUSCA PELO EXTRAORDINÁRIO	26
2.3	OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, AS MENSAGENS DE MÃO ÚNICA E O PROCESSO HERMENÊUTICO.....	28
3	VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	30
3.1	A EXPLOSÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA	31
3.2	VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	34
3.3	DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS	37
3.4	AS MUDANÇAS NO CAMPO DO CONTROLE DO CRIME.....	44
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	51
4.1	A ROTINA NA EDITORIA DE POLÍCIA.....	52
4.2	O DUPLO EMPREGO E O REPÓRTER POLICIAL	55
4.3	UM GRUPO ESTIGMATIZADO NA REDAÇÃO	57
4.4	UM MARCO DA TRANSFORMAÇÃO	58
4.5	AS NOTÍCIAS E AS FONTES	59
4.6	SEM CRITÉRIOS PARA PUBLICAR NOMES.....	61
4.7	A REDEMOCRATIZAÇÃO, A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A CRIMINALIDADE VIOLENTA	64
4.8	TRATANDO SUSPEITO COMO SUSPEITO	69
4.9	ESTIGMA ARREFECE, MAS AINDA EXISTE.....	71
4.10	SÓ “CHINELO” NAS PÁGINAS DO JORNAL.....	72
4.11	CONCLUSÃO	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS.....	84
	APÊNDICE A - Entrevistas	88

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa a interpretar uma mudança no perfil da cobertura da editoria de polícia dos grandes veículos impressos a partir de um estudo de caso do jornal Zero Hora, que pertence ao Grupo RBS, no Rio Grande do Sul.

Em meados da década passada, ocorre uma transformação na forma como são tratados assuntos relacionados a violência e a criminalidade nos veículos impressos. Principais jornais do país ampliam abordagens, diversificam fontes, qualificam coberturas. Saem de foco casos isolados, que hegemonizavam a atenção da imprensa, e ganham espaço as abordagens contextualizadas sobre segurança pública e política de segurança. Através de um estudo de caso do jornal Zero Hora busca-se respostas para as seguintes questões:

Como e por que as transformações na cobertura ocorreram no caso estudado?

Quais as implicações, no contexto profissional dos jornalistas e na rotina da Redação, da mudança ocorrida na forma como o tema da violência passou a ser tratado?

Parte-se da hipótese de que a mudança estaria associada, em especial, à escalada das estatísticas de homicídio, ao aumento do número de vítimas entre a classe média, que se torna, também, protagonista do fenômeno da criminalidade violenta – antes restrito às periferias das Regiões Metropolitanas (RAMOS e PAIVA, 2007). E também à redemocratização do país após 20 anos de ditadura militar. Os novos atores sociais passam a demandar abordagens mais sofisticadas e complexas da imprensa, que altera sua relação com as autoridades policiais, adquirindo maior autonomia na busca de fontes e na análise dos problemas identificados nesta área.

Uma das conseqüências é o ingresso nas páginas dos jornais de pautas sobre segurança pública. Dados estatísticos e análises de profissionais multidisciplinares passam a ser incorporados às rotinas das redações, antes restrita aos profissionais da segurança pública.

O foco amplia-se. Antropólogos, sociólogos e psicanalistas interpretam chacinas, debatem a ação de traficantes, denunciam abusos policiais. A transformação desfaz o monopólio de policiais, magistrados e promotores na interpretação da violência no país.

A forma das publicações também se altera, e influi no conteúdo. O jornalismo sensacionalista (ainda presente em determinadas coberturas) arrefece. Os grandes jornais deixam de publicar fotos chocantes tanto nas capas quanto internamente. Publicações populares também acompanham os novos tempos: evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o delito e suprimem cadáveres ensanguentados de suas primeiras páginas (RAMOS e PAIVA, 2007).

Aos poucos, as editorias de Polícia são absorvidas pelas de Cotidiano, Geral e Cidades, dependendo das características de cada veículo. Profissionais com trânsito em delegacias e relações estreitas com promotores de Justiça continuam prestigiados, mas, diferentemente do que ocorria no passado, exige-se mais qualificações dos novatos que atuam na área. Jornalistas experientes, com background cultural, introduzem ao noticiário análises e contextualizações diárias, semelhante ao que se faz há nas editorias de Política e de Economia, consideradas “nobres” nos principais jornais (MOLICA, 2007).

Para Silvia Ramos e Anabela Paiva, que realizaram investigação ao longo de três anos sobre a produção diária de jornais e entrevistaram 90 jornalistas e especialistas em segurança pública, trabalho que resultou no livro *Mídia e Violência - Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil* (2007), a cobertura da imprensa melhorou: “um possível consenso entre todos os envolvidos nesse amplo processo é que os jornais melhoraram significativamente sua cobertura nos últimos anos, e podem melhorar mais” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 12).

Ao longo do estudo, pretende-se alcançar três objetivos: um, geral, é analisar as transformações ocorridas na editoria de Polícia do jornal Zero Hora ao longo das últimas duas décadas. Outros dois, específicos, são identificar os princípios centrais que fundamentam as transformações vivenciadas nas últimas décadas e aferir como jornalistas interpretam a mudança na cobertura da temática da violência.

Se a cobertura tornou-se mais complexa e qualificada do que fora até o final dos anos 80, ela hoje cumpre um papel chave no agendamento de políticas repressivas para combater práticas delituosas?

Enquanto muda a cobertura da violência, as redações, internamente, se transformam e se adaptam. Profissionais com formação mais sólida e universal ocupam funções antes restritas aos jornalistas cuja principal qualidade era a boa relação com a polícia. Superou-se um velho estigma das editorias de polícia, consideradas menos nobres nas redações, ou os profissionais, ainda no contexto do jornal, continuam sendo vistos como menos qualificados?

Na metade do século passado, o crime estava geralmente associado a nomes ou, pelo menos, a apelidos. No Rio de Janeiro, “Cara-de-Cavalo”, “Mineirinho”, “Sete Dedos” assustavam a classe média, que assistia, à distância, o que se passava na periferia. Nos jornais, bandidos eram transformados em vilões públicos, como personagens de um filme de ação, que mereciam ser castigados ou, se necessário, punidos com execução sumária. Um exemplo é a notícia publicada em primeira página na revista Manchete após policiais abaterem com dezenas de tiros, em Cabo Frio, no litoral fluminense, um dos criminosos mais perigosos da

época. Em letras de bom tamanho, lia-se: “Cara-de-Cavalo: os bandidos morrem assim” (MOLICA, 2007). Era o bem vencendo o mal.

O quadro se altera lentamente a partir dos anos 80, quando o crime passa a ser visto de maneira mais ampla – embora assaltantes, homicidas e estupradores ainda fossem tratados de forma personalizada e descontextualizada. Polícias começam a ser acusadas pelas ações dos esquadrões da morte, formados por grupos de pistoleiros responsáveis por assassinatos de supostos criminosos. Na imprensa, uma divisão se acentuava: de um lado, euforia pela morte de marginais, de outro, alerta para o crescimento do poder de matadores e aos acertos de contas entre quadrilhas (MOLICA, 2007). Nas redações, porém, repórteres ainda confundiam seus papéis com o dos policiais. Ao invés de fiscalizar e cobrar ações tornavam-se cúmplices de delegados e coronéis, investigadores e praças. Como revela o jornalista sexagenário Luarlindo Ernesto, pauteiro de O Dia, do Rio de Janeiro, em depoimento publicado no livro *Mídia e Violência*:

Não tinha esse negócio de ética na imprensa. (...) Os repórteres encontravam um cadáver e colocavam uma cartolina com a frase: 'esse não mata mais'. E depois davam a notícia. Isso era nos anos 70. (...) Dos anos 60 aos 80, até quase a década de 90, havia cumplicidade entre polícia e repórter (...) Tinha um detetive, que depois virou delegado, Lincoln Monteiro, que era famoso por colocar arma na mão de repórter durante as operações: 'Segura aí: eu vou por ali e você fica atrás desse poste'. Depois, ele colocava fogo nos barracos...

No sul do Brasil, no mesmo período histórico, veículos tinham em suas editorias de Polícia verdadeiras extensões de delegacias da Polícia Civil: repórteres trabalhavam armados, dispunham de rádios comunicadores na frequência da polícia e, em alguns casos, dividiam literalmente a atividade de jornalista com a de policial ou agente penitenciário.

A partir de meados dos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, quando a transformação na editoria de polícia se acentua e se consolida, a violência atinge diferentes setores da sociedade. No município do Rio de Janeiro, uma das capitais que mais sofre, quase dobram os índices de homicídios dolosos em apenas quatro anos: 33,35 casos para 100 mil habitantes, em 1985, para 59,16 para 100 mil, em 1989. Na cidade de São Paulo, os homicídios evoluem de 48,69 para 100 mil, em 1991, para 55,77 para 100 mil, em 1996, na Região Metropolitana (ADORNO, 2002).

De acordo com dados do sistema de saúde, entre 1980 e 2004, 797 mil brasileiros foram assassinados. Ocorre no Brasil, entre três e quatro décadas mais tarde, algo que se passou, em menor grau, em países industrializados, que tiveram aumento considerável em taxas de crimes registrados no período após a década de 1960. Na prática, promoveu

qualitativamente a criminalidade como problema na escala de prioridades do público (YOUNG, 2003).

No final dos anos 90, ganham vigor também as taxas de encarceramento no país. Em 1997, o Brasil contava com pouco mais de 170 mil presos (108,6 presos por 100 mil habitantes). Uma década depois, havia 420 mil encarcerados (233,3 por 100 mil habitantes). A previsão é de que em 2010 atinja a marca dos 500 mil presos. Apenas três delitos – furto, roubo e tráfico de drogas – são responsáveis por 240 mil pessoas presas. São dados que evidenciam uma realidade: o sistema penal criminaliza o pobre e, como o neoliberalismo multiplica a pobreza, o número de criminalizados tende a crescer (GARLAND, 2008).

Em paralelo à expansão da criminalidade violenta num país onde a taxa de homicídios aumentou 77% em 20 anos, uma perturbadora sensação de impunidade. O crescimento dos delitos não é acompanhado de uma elevação proporcional do número de inquéritos e processos penais instaurados. No município do Rio de Janeiro, no ano de 1992, 92% dos inquéritos policiais instaurados para apurar responsabilidade em crimes de morte não chegam a ser convertidos em processos penais. Cerca de 98% dos casos de assassinatos de crianças e adolescentes investigados no município de São Paulo, no ano de 1991, permaneceram isentos de sanções penais (ADORNO, 2002).

O Brasil vivencia também um período de abertura democrática na década de 80. Práticas ao arrepio da lei, como prisões sem mandados judiciais e buscas e apreensões à margem da Justiça, passam a ser combatidas e a perder espaço entre as práticas policiais. A partir de 1988, uma assembléia eleita especialmente para este fim promulga a Constituição Federal. Com a redemocratização, grupos de extermínio e policiais truculentos – procedimentos ainda existentes nas corporações país afora – são denunciados. A ação da Rota em São Paulo – grupo de elite da PM paulista -, que institucionaliza o extermínio de inocentes, torna-se conhecida internacionalmente através do livro *Rota 66 – A História da Polícia que Mata*, de autoria do jornalista Caco Barcellos.

O novo marco institucional, que simboliza a redemocratização do país, é precedido de uma profunda experiência neoliberal no campo econômico. Nos anos 90, o Brasil, como outros países do continente, realizou experiências privatizantes, acompanhadas por ondas de desemprego e longos períodos de recessão econômica. Algo semelhante havia ocorrido uma década antes, nos EUA e na Inglaterra, sob o comando do presidente republicano Ronald Reagan e da primeira-ministra conservadora Margareth Thatcher, respectivamente. A transformação nestes dois países alterou também o campo do controle do crime, um fenômeno com desdobramentos em países ocidentais periféricos, como o Brasil.

Na Inglaterra e nos EUA, políticas de “tolerância zero”, que incrementam suas taxas de encarceramento, transformam-se em referência para países ocidentais. Os problemas institucionais e as reações políticas que surgiram nestes dois países são tão semelhantes que permitem falar em tendências estruturais comuns, o que leva a supor que muitos dos problemas e das inseguranças são familiares a outras sociedades pós-modernas, mesmo que suas reações culturais e políticas e suas trajetórias sociais venham a ser diferentes.

A transformação alterou também o campo do controle do crime. Desde os anos 70, com a fragilidade do que historicamente se identifica como estado de Bem estar-social e o advento da pós-modernidade acentuou-se a idéia do fim do previdencialismo penal. Leis mais duras e inexistência da perspectiva de ressocialização compunham o projeto de governos como dos EUA e da Inglaterra para massas marginalizadas. Um fenômeno com forte influência pelos países ocidentais. Os processos modernizantes que, há tão pouco tempo pareciam sedimentados neste domínio – acima de todas as tendências de longo prazo que apontavam para a “racionalização” e para a “civilização” - agora aparentam ter engatado a marcha a ré. A reaparição, na política oficial, de sentimentos punitivos e de gestos expressivos, que parecem estranhamente arcaicos e absolutamente antimodernos, tende a confundir as teorias sociais comuns sobre a punição e seu desenvolvimento histórico (GARLAND, 2008, p. 44).

A partir do momento em que o país se redemocratiza e uma nova Constituição é promulgada, os jornais reorganizam suas agendas. Quem impulsiona a opinião pública e, fundamentalmente, compra jornal, passa a demandar mais qualidade das publicações. O contexto histórico é de mudança no mundo, em especial na América Latina.

Uma alteração significativa é o ingresso nas páginas dos jornais, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, de pautas sobre segurança pública. Zero Hora, jornal regional com sede em Porto Alegre e objeto de análise desta pesquisa, é um exemplo. Em suas edições dominicais, têm como prática apresentar diferentes assuntos relacionados à segurança pública. Em determinadas edições, como a do dia 4 de maio de 2008 (reportagem *Anatomia da impunidade*, publicada nas páginas 47 a 54), as revelações produzidas pelos jornalistas podem servir de base para pesquisas acadêmicas e, se houver interesse, estudos internos da própria Polícia Civil. Num trabalho que envolveu 13 repórteres, o jornal apurou, um ano depois, o andamento de todos os inquéritos referentes a 181 assassinatos ocorridos no mês de abril de 2007, no Rio Grande do Sul. Constataram que, dos 181 casos, 82 (45,3%) tinham suspeitos indiciados. Em outros oito (4,4%) réus haviam sido julgados, em 10 (5,5%), de acordo com a polícia, não havia indiciamentos, mas supostos autores foram identificados, e sete deles (3,9%) foram definidos como “outros”. Do total, 74 (40,9%) permaneciam insolúveis. Eram informações que mesmo a polícia desconhecia.

A partir desses dados, pôde-se aferir, de certa forma, a produtividade da Polícia Civil – embora se deva levar em consideração que o inquérito policial, que pode ser inquisitorial, conduzido em segredo e sem contraditório, porque ainda não há acusação formal, esteja sempre ameaçado de ilegalidades (KANT DE LIMA, 1999).

Outro fator que deve ser levado em consideração é a redução do estilo “espreme e sai sangue”, tradicional em publicações como Notícias Populares, em São Paulo (que parou de circular em 2001). O jornal O Dia, do Rio, que há anos havia rompido com o sensacionalismo, submeteu-se a uma reforma em 2006, que o tornou mais sóbrio. A reformulação editorial de O Povo, do Rio de Janeiro, também em 2006, que passou a se chamar O Povo do Rio, é reflexo do novo processo (RAMOS e PAIVA, 2007).

Em grande parte dos diários, editorias de Polícia desapareceram oficialmente. Os jornalistas que cobriam criminalidade e violência passaram a ser, em vários veículos, repórteres de Geral e, portanto, dedicam-se também a cobrir outras questões urbanas. Em Zero Hora, uma inovação radical ocorreu em 1992, após a contratação de Augusto Nunes para assumir o cargo de diretor de Redação. Vindo de São Paulo, onde atuava como diretor de Redação do Estado de São Paulo, Nunes impôs mudanças, como detalha Carlos Wagner, repórter especial e funcionário do jornal desde 1983.

Uma das primeiras coisas que o Augusto Nunes fez quando assumiu a Redação foi demitir quase todos os repórteres que cobriam Polícia e acabar com a editoria, que foi incorporada pela editoria de Geral. Pouco tempo depois, a editoria de Polícia voltou a existir, mas nunca mais foi o que era antes: fechada como uma delegacia. A partir daquele momento, a editoria se abriu e outros repórteres começaram a produzir matérias na Polícia.

Com a explosão da violência, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e se articularam não só para denunciar a situação, mas, também, para desenvolver pesquisas e interpretar o fenômeno. Houve um incremento da produção acadêmica, em especial sobre prisões, a partir da década passada. A produção de alguns pesquisadores, entre os anos 1980 e 1990, e sua atuação em torno do tema em fóruns acadêmicos, revelava a disponibilidade de quadros especializados e estimulava o aparecimento de novos estudantes interessados na área, que passavam a contar com orientadores para os seus trabalhos (SALLA, 2006).

Embora seja consenso que a imprensa melhorou sua cobertura na área da criminalidade violenta, conforme apontado anteriormente, e que o sensacionalismo arrefeceu nos últimos anos, exageros ainda fazem parte da rotina dos grandes jornais.

Editores, com alguma frequência, apresentam o pontual como regra, superdimensionam ações de quadrilhas e popularizam criminosos. Nos últimos anos, um dos líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização que comandava presídios em São Paulo e exercia influência em crimes realizados nas ruas, Marcos Willians Camacho, o Marcola, foi apresentado pela imprensa como um bandido culto e inteligente. Uma informação era sempre repetida: ele teria lido 3 mil livros, o que seria um feito respeitável. Mas será verdade? O ombudsman do jornal O Povo, do Ceará, faz a seguinte provocação: “Façam uma conta. Vamos supor que ele tenha começado a ler aos 10 anos. Hoje está perto dos 40 anos. São 30 anos de leitura. Ele teria lido 100 livros por ano. Isso, obviamente, não é verdade. Alguém verificou estes dados? Descobriu se havia uma biblioteca na casa dele, se tem fichas em seu nome nas bibliotecas públicas?” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 63).

Há também a supervalorização do secundário em detrimento do essencial, de forma consciente ou não, premeditada ou casual. Quando se acentua que um adolescente foi o responsável pelo assassinato de João Helio, garoto de seis anos, morto no Rio de Janeiro, em janeiro de 2007, após criminosos roubarem o carro de sua mãe e o arrastarem por sete quilômetros pelo lado de fora do veículo, atado ao cinto de segurança, busca-se valorizar algo menos importante. Na verdade, dos três envolvidos na morte, apenas um tinha menos de 18 anos. Com quais objetivos a culpa foi atribuída ao adolescente? Um deles, é lícito pensar, poderia ser o interesse em alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornando-o mais duro e reduzindo a idade para a responsabilização criminal.

A carga emocional, a dramatização e a demonização permitem uma identificação simplista das idéias de violência e insegurança à criminalidade. Esta identificação acaba por ocultar o caráter produtor de violência e insegurança de outros fatos não criminalizados e não-criminalizáveis.

Inseguranças decorrentes da violência política mundial, que condena à miséria e exclui mais e mais pessoas do acesso às básicas necessidades de moradia, saúde, educação e trabalho, são minimizados pelas convenientes idéias de que as maiores ameaças à sobrevivência provêm de ações individualizadas de estupradores, seqüestradores, assaltantes ou homicidas. Mas o discurso dramatizador e demonizador vai além, criando e consolidando palavras ocas, de significado desvirtuado ou indefinido, que contém uma carga emocional ainda mais elevada. A idéia de crime passa a ser assim associada a algo misterioso, poderoso e incontrolável por meios regulares, propiciando a aceitação do emprego de quaisquer meios para enfrentar os perigos anunciados (KARAM, 2004, p. 75).

Em países desenvolvidos, resguardadas as proporções, acontece algo semelhante. Nos EUA, a cada 10 notícias sobre crime, oito dizem respeito a crimes violento e apenas duas

versam sobre crimes contra a propriedade. A forma como a mídia americana retrata a violência está desconectada da realidade. Dados estatísticos apontam justamente o inverso: para cada 10 crimes, nove são contra a propriedade, e um diz respeito à criminalidade violenta (ROLIM, 2006).

Em seu livro *Cultura do Medo*, Barry Glassner dedica o capítulo *Criminalidade no Noticiário – Histórias Inacreditáveis e Estatísticas Exageradas* a contar alguns atropelos cometidos pela mídia americana em diferentes assuntos, em especial aqueles voltados à violência, a saúde pública e à segurança nacional. Após analisar mais de uma dezena de casos grotescos e pesquisar temores irracionais manifestados pela sociedade americana nas mais diversas áreas, destaca-se uma das respostas apresentadas pelo autor:

A resposta sucinta a por que os americanos cultivam tantos medos ilegítimos é a seguinte: muito poder e dinheiro estão à espera daqueles que penetram em nossas inseguranças emocionais e nos fornecem substitutos simbólicos. Este livro fornece uma resposta mais extensa, identificando os verdadeiros vendilhões dos nossos medos, seus métodos de marketing e os incentivos que o nosso saldo precisa adquirir (GLASSNER, 2003, p. 40).

Para realizar este estudo, buscou-se interpretar e apresentar as transformações do fenômeno da violência na sociedade contemporânea, suas causas e suas conseqüências, e da percepção social sobre delito e punição.

Numa perspectiva etnográfica, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais do campo jornalístico (repórteres e editores) nas quais se buscou ouvir e interpretar as vozes das redações acerca do fenômeno. Foram realizadas entrevistas com oito jornalistas com experiência profissional na editoria de polícia da Zero Hora nas décadas de 70, 80, 90 e atual.

A síntese do cruzamento dos dados empíricos coletados no cotejo dos jornais, das constatações obtidas com a revisão bibliográfica e do resultado da experiência etnográfica, através da Análise do Discurso (THOMPSON, 1995) forneceu os elementos para apontar as respostas ao final apresentadas.

Serão utilizados conceitos de habitus e campo (BOURDIEU, 2000). O habitus, como indica a palavra, é um “conhecimento adquirido”. São as estruturas sociais de nossa subjetividade que se constituem inicialmente por meio de nossas primeiras experiências (habitus primário) e, depois, de nossa vida adulta (habitus secundário). É a maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças e em nossos corpos, pela interiorização da exterioridade (BOURDIEU, 2000).

Pierre Bourdieu define então a noção (de habitus) como um 'sistema de disposições duráveis e transponíveis. Disposições, isto é, inclinações a perceber, sentir, fazer e pensar de uma certa maneira, interiorizadas e incorporadas, geralmente de maneira inconsciente, para cada indivíduo, decorrentes de suas condições objetivas de existência e de sua trajetória social. Duráveis, pois se estas disposições podem se modificar no curso de nossas experiências, elas são, no entanto, fortemente enraizadas em nós e tendem, por isso, a resistir à mudança, marcando assim uma certa continuidade na vida de uma pessoa. Transponíveis, pois disposições adquiridas ao longo de certas experiências (familiares, por exemplo) têm efeito sobre outras esferas de experiência (profissionais, por exemplo). (...) pois estas disposições tendem a ser unificadas entre si (CORCUFF, 2000, p. 51-2).

Para Bourdieu, o campo serve para compreender as diferentes produções culturais e para indicar um espaço social, com relativa autonomia, com regras e valores próprios. De acordo com Bourdieu, cada campo tem um habitus próprio. Dentro do campo jornalístico, numa sociedade de mercado, as diferentes lógicas de produção e de legitimação produzem contradições diárias envolvendo interesses de trabalhadores, executivos e proprietários de empresas (NATALINO, 2006).

... pode-se (...) conceber posições específicas sendo ocupadas a partir do papel do agente social: o *publisher* de um grande jornal ou o diretor de jornalismo de uma grande emissora tende a posicionar-se próximo à lógica do jornalismo comercial (reconhecimento publicitário); o âncora de telejornal ou o colunista panfletário possui a possibilidade estrutural de aproximar-se da lógica popular (reconhecimento pelo público); e o jornalista anônimo que trabalha nos bastidores e possui menor *accountability* para com agentes sociais exteriores ao campo jornalístico tende a agir estrategicamente em prol das ideologias que regem sua profissão (reconhecimento interno), ao mesmo em que trabalha para a evolução administrativa da empresa em que trabalha – consequentemente, para a maior autonomização do campo. Assim, o jornalismo é simultaneamente classe e estamento, empresa capitalista e empresa moral, parte autônoma e integrada da sociedade (NATALINO, 2006, p. 41).

Como poderes simbólicos (BOURDIEU, 2000) os campos se relacionam entre si e, a partir de seus habitus e da forma como se relacionam com a realidade, produzem discursos. No caso concreto do jornalismo criminal, os campos do jornalismo e da criminologia transformaram-se ao longo das últimas décadas. A interpretação desta metamorfose será feita a partir a análise de discurso.

2 UMA SOCIOLOGIA DA IMPRENSA

A análise da imprensa não é a maior – e tampouco a principal - contribuição de Max Weber para a sociologia, mas talvez seja uma das mais precisas leituras acerca do funcionamento da empresa jornalística no mundo capitalista.

Num texto enxuto, denominado *Sociologia da Imprensa: Um Programa de Pesquisa*, concebido para o Congresso dos Sociólogos Alemães, Weber apresentou um esboço da sociologia da imprensa que, ao longo do século, seria ampliado e aprofundado por diferentes correntes do pensamento. As ponderações de Weber, que permanecem atuais, continuam sendo referência para a compreensão da imprensa contemporânea no mundo ocidental e no Brasil em particular. Antes de nos debruçarmos sobre o campo jornalístico, cabe revisitar algumas das ponderações cirúrgicas propostas por Weber.

O ponto central da leitura da imprensa feita por Weber, e que nos interessa para análise em questão, é a constatação de que a empresa jornalística é, necessariamente, uma empresa capitalista. Diferente de todas as demais empresas capitalistas, porém, a imprensa tem dois perfis distintos de clientes: “os compradores do jornal, e estes se compõem ou de uma massa majoritária de assinantes ou de compradores individuais, e os anunciantes, e entre eles esse leque de clientes produzem-se as inter-relações mais curiosas” (WEBER, 1910). O autor alemão ressalta que a imprensa é uma empresa capitalista privada e que precisa conciliar interesses mercantis com expectativas “democráticas”, embora este aspecto resulte numa grande fonte de equívocos na definição do próprio papel desta na sociedade ocidental.

Por um lado, leitores têm interesse em ser instruídos e informados objetivamente sobre temas diversos. De outra forma, anunciantes “expressam as necessidades da propaganda e do mundo dos negócios” (WEBER apud NATALINO, 2006).

A partir do conflito de interesse dos dois públicos – o privado, cristalizado na figura dos anunciantes, e o coletivo, composto pelos leitores dos jornais – é que a imprensa decide o que deve ser de conhecimento de toda a sociedade. Levando em consideração essa premissa, a imprensa alterou, e continua alterando, as relações entre o público e o privado na sociedade contemporânea (NATALINO, 2006).

Em seu trabalho, Weber interpretou ainda as contradições decorrentes da relação anunciantes versus consumidores, cujas facetas são múltiplas. É certamente importante, ao se perguntar se um jornal tem muitos anunciantes, aferir se tem muitos assinantes. Não é, porém, apenas o papel que os anunciantes jogam de cara no orçamento da imprensa, papel, como se sabe, muito mais decisivo que o dos assinantes, senão o que poderia ser formulado da

seguinte forma: um jornal não pode nunca ter demasia dos assinantes, mas – e contrariamente ao que sucede a qualquer outro vendedor – pode chegar a ter demasiados compradores. Isso ocorre, diz Weber, quando o jornal não tem condições de subir o preço dos anúncios o suficiente para cobrir os gastos de uma tiragem cada vez mais extensa.

A consciência geral é a de que, a partir de uma certa tiragem, o interesse dos jornais em aumentar a impressão diminui – pelo menos pode ocorrer assim quando, sob determinadas circunstâncias, existam obstáculos para um novo aumento do preço de inserção (publicidade/publicação). Trata-se de uma peculiaridade de tipo puramente comercial que apenas afeta a imprensa, mas que pode ter múltiplas conseqüências (WEBER, 1910).

Uma das características das empresas editoras de imprensa, numa perspectiva weberiana, é o aumento da demanda de capital. Em que medida essa crescente demanda de capital significa um crescente monopólio das empresas jornalísticas existentes? Talvez a resposta dependa de diferentes circunstâncias.

Esse crescente capital fixo, questiona Weber, significa também um aumento de poder que permite moldar a opinião pública arbitrariamente? Ou, pelo contrário, como se afirmou sem que se pudesse demonstrar satisfatoriamente – significa uma crescente sensibilidade por parte das distintas empresas diante da opinião pública? Weber utiliza como exemplo a mudança de opinião de determinados diários franceses no início do século passado, o que poderia ser explicado simplesmente pelo fato de que o importante capital investido de forma fixa pelas modernas empresas jornalísticas justifica o aumento de seu nervosismo, e as faz depender do público, que costuma se traduzir em anulação de pedidos, situação em que se torna comercialmente insuportável (WEBER, 1910).

O leitor, o ouvinte ou o telespectador são, em realidade, os proprietários dos veículos, sustenta Alberto Dines, decano da imprensa nacional, de certa forma corroborando com a visão de Weber. Os acionistas, por outro lado, são “apenas” os detentores da razão social da empresa. Mas a instituição tem um compromisso com o seu público a tal ponto que não pode, impunemente, desgarrar-se deste vínculo (DINES, 1986).

É o leitor que escolhe o estilo da orientação e a linha dos respectivos jornais. A exceção se nota nas regiões ou países onde não existe opção de veículos, situação em que o monopólio determina o mercado. Mas nas condições de múltipla escolha, onde o leitor tem a faculdade de selecionar o veículo que mais se ajusta à sua forma de ser, ele se afasta, se algo muda e não aprova (DINES, 1986). Bourdieu, contudo, sustenta, como será abordado posteriormente, que é o veículo que forma e molda o seu público.

Em que sentido essa tendência se reveste em um aumento do poder da imprensa em moldar a opinião pública? Contra as respostas simplistas, Weber lembra o poder contrário dos leitores em influenciar as mudanças de opinião de um grande jornal. Devido às relações deste com os anunciantes, não pode o jornal dar-se à liberdade de ir contra a opinião pública em um assunto relevante, sob pena de perder credibilidade e investimentos publicitários. É um paradoxo considerável que a empresa jornalística vivencia.

Esta relação conflituosa, de tensões e distensionamentos diários envolvendo mercado publicitário, leitores e empresa jornalística, marca ainda hoje a imprensa no mundo ocidental. Até que ponto a verdade factual resiste aos interesses em um jornal que tem como centro a orientação de não se indispor com seus leitores e não ir contra a opinião pública? E, de outra forma, o questionamento vale para um veículo que evita confrontar-se com os interesses dos anunciantes, que sustentam a publicação. São contradições que, um século após serem apresentadas por Weber, permanecem contemporâneas.

Neste contexto, cabe à sociologia pesquisar quem escreve para os jornais, e também o quê se escreve. E talvez tão importante seja questionar quem não escreve, o que não escreve e o porque não se escreve (WEBER apud NATALINO, 2006).

2.1 O CAMPO JORNALÍSTICO

De acordo com Pierre Bourdieu, um campo é um espaço social estruturado, que abriga dominantes e dominados. É neste contexto que se pretende analisar o campo jornalístico: um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos (BOURDIEU, 1997).

Quando se fala em “jornalismo”, utiliza-se, aqui, o conceito de “uma nova forma de conhecimento social cristalizado no singular”, que implica uma integração da totalidade social, um novo dinamismo e a atividade dos sujeitos individuais e particulares como constitutiva dessa totalidade (GENRO FILHO, 1987). O que significa isso? O desenvolvimento das relações mercantis e a expansão do modo de produção capitalista, que estão na base desse processo histórico, colocam a necessidade de um volume de informações que corresponda a essa integração universal dos indivíduos e dos grupos sociais (GENRO FILHO, 1987).

Embora beba na tradição da Escola de Frankfurt, a visão apresentada por Genro Filho tenta romper com a perspectiva reducionista que reduz a notícia à mercadoria e o jornalismo à manipulação, evitando a apologia do “individualismo artesanal” que normalmente está por

trás das críticas da “esquerda” acadêmica (GENRO FILHO, 1987). Tampouco embarca na bandeira do tecnicismo empirista que considera o jornalismo como uma atividade neutra, imparcial e capaz de revelar a autêntica “objetividade dos fatos”.

De acordo com Genro Filho, o desenvolvimento capitalista impõe o surgimento de uma forma de conhecimento social cristalizado no singular, recolocando numa qualidade inteiramente nova a questão da relação dos indivíduos com os fenômenos que se propõem de maneira imediata na experiência cotidiana. Essa forma de conhecimento se, por um lado, possibilita a manipulação externa dos aparatos do processo de comunicação, por outro, encarna uma possibilidade que Genro Filho qualifica como “duplamente revolucionária”: a crítica radical sobre essa manipulação que se exteriorizou e o caráter incompleto que decorre da natureza essencial dessa modalidade de conhecimento: não existe singularidade pura, em que não estejam presentes a particularidade e a universalidade; e não existe universalidade pura, sem que dentro da universalidade estejam dissolvidos os demais conceitos (MEDITSCH, 1992).

O centro da teoria é a relação singular-particular-universal. Ao detalhar o que propõe Genro Filho, Meditsch argumenta que o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal. Ele não é um particular por si mesmo. A relação é sempre amarrada, relativa, dialética, complementar.

Estabelecida a definição do que se entende por jornalismo, volta-se à análise do campo jornalístico proposta por Bourdieu. Há, em síntese, três perspectivas críticas na vasta obra de Bourdieu sobre mídia (FERREIRA, 2005). Primeiro, nos anos 60, critica os conceitos de cultura de massa considerados abstratos, em contrapartida às pesquisas empírica e experimental. Nas duas décadas seguintes, a crítica do jornalismo como espaço estratégico de ação vulgarizadora dos campos político e acadêmico e/ou produto cultural de distinção e reprodução. Por fim, nos anos 90, na terceira perspectiva crítica, dedica-se ao jornalismo como campo de autonomia incompleta, subordinado e constituído conforme as estratégias do campo econômico, com efeitos de homogeneização e heteronimização sobre os campos culturais e políticos (FERREIRA, 2005).

Neste capítulo, serão abordados elementos da segunda e terceira etapas da obra do sociólogo francês sobre a mídia.

A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, em outras palavras, pelas fatias de mercado, realiza-se sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos: o

furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão. São valores intrínsecos ao campo jornalístico, que é autônomo e tem leis próprias.

Ao mesmo tempo em que o campo jornalístico é autônomo e tem suas regras, ele sofre influência externa de outros campos. Ou seja, o campo jornalístico só pode ser compreendido a partir da relação que estabelece com outros campos (BOURDIEU, 1997), em determinados contextos históricos e sociais.

Na prática, Bourdieu sustenta que é impossível analisar as profundas transformações ocorridas na cobertura jornalística sem estabelecer conexões com o campo do controle do crime (GARLAND, 2008) (policiais civis e militares, sociólogos, advogados, juízes e promotores, que até hoje se constituem nas principais fontes dos repórteres que cobrem a área), o campo político (ditadura militar, imposta aos brasileiros entre 1964 e 1985, e a redemocratização do país) e o campo social (explosão da criminalidade violenta no país, sobretudo a partir dos anos 90).

A mudança na cobertura da violência nos principais veículos impressos do país, registrada a partir dos anos 90, está associada especialmente a fenômenos políticos e socioculturais, estes últimos decorrentes de uma transformação econômica ocorrida no Brasil durante a década passada.

Em realidade, a conexão do campo jornalístico com outros campos, abordada por Bourdieu, se dá na própria raiz do nascimento e da evolução da imprensa no país. Não se pode pensar o surgimento e o desenvolvimento dos veículos impressos, em 1808, sem levar em consideração os campos econômico, sociocultural e político (SODRÉ, 1999; MARQUES DE MELO, 2003; LIMA SOBRINHO, 1923).

Embora Nelson Werneck Sodré, José Marques de Melo e Barbosa Lima Sobrinho não utilizem a categoria campo, os três, em suas respectivas obras, apontam a relação da economia, das condições sociais e culturais do país e do contexto político para interpretar a imprensa no Brasil.

O aparecimento dos jornais na América Portuguesa ocorreu 276 anos após o desembarque dos colonizadores lusitanos no continente. Para efeito de comparação, na América Espanhola os primeiros impressos circularam apenas 14 anos após o início da dominação territorial, em 1533. Na América Inglesa, 18 anos separam a chegada dos europeus, em 1638, da implantação da imprensa (MARQUES DE MELO, 2003). O atraso seria, em Sodré, um reflexo da burguesia incipiente existente no Brasil.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, historiador de orientação marxista, a imprensa se constitui, nos seus primórdios, numa decorrência da estruturação do capitalismo,

convertendo-se pouco a pouco em instrumento da sociedade por ele gerado. Sodré estabelece, portanto, uma relação de causa e efeito entre o capitalismo, o surgimento de uma burguesia industrial e a criação da imprensa. Logo, atividade capitalista representa condições indispensáveis para a existência e o desenvolvimento da imprensa (SODRÉ, 1998). Partindo dessa premissa, a colônia não apresentava uma situação econômico-social capaz de alavancar a imprensa, sobretudo em face da inexistência de uma burguesia, da ausência de industrialização e da preponderância da atividade escravocrata.

A natureza pouco complexa de uma sociedade pré-capitalista no Brasil colônia reproduzia-se nas páginas dos periódicos. A imprensa estava surgindo com formas embrionárias, não claramente definidas. De acordo com o autor, a circular, o pasquim, o jornal, o panfleto, os opúsculos confundiam-se, trabalhavam no mesmo plano, atendiam à mesma ordem formal. Normalmente, jornais eram obras de um homem, um escritor ou um político, que escreviam o jornal inteiro – e quase sempre, de um só assunto e de artigo único (SODRÉ, 1999).

Se em Sodré capitalismo/burguesia tem relação direta com a imprensa, para Marques de Melo os portugueses não tiveram necessidade de utilizar os instrumentos da cultura metropolitana, como a imprensa, “pois ao invés de projetarem aqui os valores materiais da civilização lusa, quase que se adaptam aos costumes indígenas”. Por outro lado, não existiam “as condições para a formação de um público capaz de interessar-se por livros, e, conseqüentemente, erigir a necessidade social da imprensa” (MARQUES DE MELO, 2003).

Feito este indispensável preâmbulo histórico, retorna-se ao campo. Na lógica do campo jornalístico, tem mais autonomia empresas que detenham maior robustez econômica – e menor dependência de verbas estatais para se manter. Em relação aos profissionais, serão menos sensíveis a pressões e, tanto quanto possível, menos comprometidos com determinações e visões editoriais dos veículos, aqueles jornalistas que atuarem em mercados menos pressionados pelo risco do desemprego.

Pode-se, ainda, conceber posições específicas sendo ocupadas a partir do papel do agente social: o *publisher* de um grande jornal ou o diretor de jornalismo de uma grande emissora tende a posicionar-se próximo à lógica do jornalismo comercial (reconhecimento publicitário). O âncora de telejornal ou o colunista aproxima-se da lógica popular (reconhecimento pelo público). E o jornalista anônimo que trabalha nos bastidores e possui menor *accountability* para com agentes sociais exteriores ao campo jornalístico tende a agir estrategicamente em prol das ideologias que regem sua profissão (reconhecimento interno) (NATALINO, 2006).

Os jornalistas devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (BOURDIEU, 1997). Com o fenômeno da internet, que se popularizou sobretudo a partir desta década, e a proliferação dos blogs, sejam feitos por profissionais ou por usuários sem formação acadêmica, relativizou o poder dos jornalistas.

Embora ocupem uma posição inferior, dominada, nos campos de produção cultural, adverte Bourdieu, eles exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade.

O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência – ou da venda de jornais, da conquista de leitores. E esse campo, heterônomo, é sujeito às pressões comerciais. Ele próprio exerce uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura. Esse efeito estrutural, objetivo, anônimo, invisível, assegura Bourdieu, não depende de eventuais intervenções pessoais.

A pressão econômica, apontada por Bourdieu, foi de certa forma negligenciada por pensadores liberais como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, que, no início do século 19, detiveram-se na justa defesa da autonomia da imprensa junto ao Estado para que, através dos periódicos, a sociedade pudesse condenar os abusos do poder praticados por governos corruptos e tirânicos (THOMPSON, 2000). São os referenciais que, ainda hoje, hegemonizam o debate acerca da liberdade de imprensa.

Embora os pontos de vista dos liberais ingleses divergissem sobre diferentes aspectos, eles concordavam na visão de que uma imprensa livre e independente era uma salvaguarda contra o poder despótico do Estado.

Mas, à luz da organização das indústrias da mídia, defende Thompson, a teoria liberal possui um valor limitado para que se possa teorizar sobre o papel das instituições dos meios de comunicação de massa nas sociedades modernas. Thompson aponta três elementos centrais para fundamentar as limitações da teoria liberal para analisar a mídia contemporânea. A crescente concentração e comercialização da indústria da mídia são a primeira delas. A teoria liberal subestima os perigos que brotam da dependência das instituições da mídia no que se relaciona com um processo global de acumulação de capital, que resultou numa redução no número de jornais e numa concentração de recursos em conglomerados empresariais. Para o autor, a liberdade está ameaçada não apenas pelo exercício irrestrito do poder do Estado, mas,

também, pelo crescimento das organizações da mídia no campo privado (THOMPSON, 2000). O desenvolvimento de novas tecnologias da mídia, em Thompson, representa uma segunda limitação. Nenhum dos referenciais institucionais dentro dos quais a difusão televisiva se desenvolveu nos últimos 50 anos, argumenta, está plenamente de acordo com a teoria liberal tradicional da livre imprensa. Nem o princípio de competição restrita dentro de um sistema de redes nem o serviço público de difusão correspondem à teoria de instituições da mídia concebidas como uma multiplicidade de organizações independentes que competem livremente umas com as outras.

É possível, reconhece Thompson, que os desenvolvimentos mais recentes das tecnologias por cabo e por satélite, juntamente com políticas governamentais de desregulamentação, alterem os referenciais institucionais existentes. Mas, alerta, é improvável que estes desenvolvimentos levem a uma situação que se aproxime do cenário idealizado pelos liberais tradicionais. Por fim, o autor ressalta a natureza das limitações legítimas à liberdade de expressão. Mesmo em sociedades onde o princípio de expressão livre é institucionalizado argumenta-se que o Estado pode, legitimamente, restringir a publicação ou a transmissão de certos tipos de informações ou de comunicação.

Existem duas áreas principais onde a restrição de formas simbólicas é tanto comum quanto discutida: a área da obscenidade e da segurança de Estado. Embora a teoria liberal seja referência para debates contemporâneos, Thompson sustenta que ela está longe de apresentar um enfoque claro, e satisfatório, envolvendo este tema (THOMPSON, 2000).

Como contraponto aos liberais, está o papel do serviço público de difusão, o que no Brasil seriam as TVs públicas ou estatais espalhadas pelo país e controladas pelo Estado – embora Thompson alerte para o risco da burocratização, a exemplo do que teria ocorrido no passado com a BBC, um dos seus exemplos.

Especificamente em relação à cobertura da criminalidade violenta, os campos do controle do crime (advogados, delegados, oficiais, sociólogos, promotores, juízes e policiais de um modo geral), político e a realidade sociocultural exercem formidável influência sobre o quê será publicado e, sobretudo, como será publicado. Ao longo do terceiro capítulo, que tratará de discutir dados apurados em entrevistas com jornalistas, este tema será exaustivamente abordado.

Retornando Bourdieu, há um outro elemento importante, que diferencia o campo jornalístico dos demais. De acordo com o sociólogo francês, o campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os demais campos. O campo jornalístico, cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe suas limitações aos outros universos. Através da pressão do

índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre o jornalismo, ele se exerce sobre os outros jornais, mesmo sobre os mais “puros”. E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pesa sobre todos os campos de produção cultural.

Historicamente, o jornalismo evoluiu na medida em que as sociedades evoluíram e que o homem começou a manipular os instrumentos de sua cultura. Com as atividades intelectuais, surgem as elites culturais, que também buscam registrar os produtos das suas criações. Quando estas condições amadurecem, a imprensa desabrocha (MARQUES DE MELO, 2003).

A influência sobre os demais campos (e da televisão sobre os demais meios dentro do próprio campo jornalístico) subverte uma lógica intrínseca aos campos de uma maneira geral. De acordo com Bourdieu, em cada campo há dominantes e dominados, que adquirem status de acordo com os valores internos que regem os campos. Um “bom historiador” é alguém que os historiadores definem como um “bom historiador”. Um delegado de polícia, da mesma forma, é um policial qualificado se cumprir requisitos estabelecidos pelo campo ao qual pertence. A heteronomia (o oposto a autonomia) começa quando alguém que não é reconhecido como um historiador ou delegado, para ficarmos nos dois exemplos concretos, opina sobre historiadores e delegados de uma maneira geral. Com a “autoridade” que lhe confere a televisão (Bourdieu fala em televisão, mas a lógica também vale para as diferentes áreas da atuação jornalística), determinado entrevistado (ou entrevistador) sentencia quem são os principais historiadores e delegados em atividade. E a mídia não cessa de emitir vereditos. Por que isso faz tanto sucesso? “Porque são instrumentos que permitem agir sobre a bolsa de valores intelectuais e dos quais os intelectuais, se servem para tentar fazer subir as suas ações” (BOURDIEU, 1997).

Na visão de Bourdieu, quanto mais as pessoas são reconhecidas por seus pares e, portanto, ricas em capital específico, mais são levadas a resistir:

...os efeitos que o desenvolvimento da televisão produz no campo jornalístico e, através dele, em todos os outros campos de produção cultural, são incomparavelmente mais importantes, em sua intensidade e amplitude, que aqueles que o surgimento da literatura industrial, com a grande imprensa e o folhetim, provocara, suscitando entre os escritores as reações de indignação ou de revolta das quais saíram, segundo Raymond Williams, as definições modernas da “cultura” (BOURDIEU, 1997, p. 102).

Ao mesmo tempo em que invade campos, o jornalismo é fortemente influenciado por outros campos.

A fragilidade dessas regras permite que seja invadido “pelo campo econômico e político, com seus interesses e regras específicas, desfazendo qualquer norma de produção midiática em constituição” (FERREIRA, 2005). Sob essa ótica, a conquista da autonomia vincula-se à criação de regras profissionais, o que, na avaliação de Ferreira, será mais bem compreendido por jornalistas não comprometidos com a lógica do mercado. A continuidade da heteronomia, pelo contrário, resulta na manutenção da censura externa (da esfera política, da economia e da cultura), compensando, assim, a ausência de regras internas ao próprio campo (FERREIRA, 2005).

No caso específico do Brasil, boa parte dos jornalistas que atuam nos principais veículos de comunicação formou-se (ou mesmo atuou) durante a ditadura militar, que censurava a produção midiática (NATALINO, 2006). O campo jornalístico no Brasil, portanto, se ressentia de uma história longa de liberdade de imprensa, o que repercutiu tanto nas visões dos jornalistas sobre seu trabalho (e sua resistência a qualquer medida que possa significar uma restrição de liberdade profissional) quanto, de um ponto de vista mais estrutural, “em certas visões sobre como atuar em uma sociedade com imprensa livre e disseminação massiva dos meios de comunicação”. A tese de Natalino tem ainda mais robustez quando analisada a cobertura da criminalidade violenta. As duas décadas de autoritarismo conferiram aos policiais, em especial delegados das polícias Civil e Federal, e oficiais da Polícia Militar, poderes quase absolutos, estabelecendo uma relação que, em determinados momentos, era de dominação em relação ao campo jornalístico (RAMOS e PAIVA, 2007). Esta desproporção é chave para compreender o comportamento da cobertura da criminalidade violenta no Brasil nas últimas três décadas. Em realidade, a história da imprensa no país é marcada por circunstâncias similares, em que a precária institucionalidade e a frágil (muitas vezes inexistente) garantia das liberdades individuais fortalecia outros campos em detrimento do campo jornalístico.

Desde o surgimento do Correio Brasiliense e da Gazeta do Rio, ambos em 1808, ausência de democracia (proibido, o Correio Brasiliense foi editado e impresso fora do país) e acontecimentos políticos relevantes como a Abolição da Escravatura e proclamação da República condicionaram a imprensa. Em nome da abolição, por exemplo, a imprensa foi instrumento de conquista dos espíritos surgindo, simultaneamente, em todos os pontos do território nacional (LIMA SOBRINHO, 1923). Sem o jornalista, sem a sua pregação “teimosa e palpitante de fé e ardor, que tantos pagaram com a própria vida, não teríamos nos libertado do jugo português” (LUIZ BELTRÃO, 1992).

Por outro lado, assim como o jornalismo, na visão de Lima Sobrinho e Luiz Beltrão, foi decisivo para o sucesso da Independência, Abolição da Escravatura e República, para Gondim da Fonseca a ausência da imprensa determinou o fracasso de episódios históricos relevantes ocorridos no século XVIII, como a Inconfidência Mineira.

2.2 A HOMOGENEA BUSCA PELO EXTRAORDINÁRIO

Em nome de uma visão liberal de mundo, afirma-se, com certa razão, que o monopólio uniformiza. E a concorrência, diversifica. Uma máxima correta, mas incompleta. Bourdieu apresenta ao debate um outro tipo de homogenização, resultante, paradoxalmente, da busca pela exclusividade.

Os jornalistas interessam-se pelo excepcional - excepcional sob o ponto de vista de repórteres e editores, é claro. O corriqueiro e desimportante para os outros poderá ser extraordinário para os jornalistas, que se transformam em caçadores do que está fora do ordinário, distante do cotidiano – os jornais cotidianos devem ofertar a seus leitores, todos os dias, o extra-cotidiano. A atividade jornalística constitui-se na “ordenação da novidade, na rotinização do inesperado, na quebra intencional e programada das normas, para despertar a atenção pelo contraste” (DINES, 1986). O jornalista trabalha, com agilidade, para completar a edição, mas aquela edição se completa com as seguintes até o infinito, ou até a morte de um jornal. Trata-se de uma das características centrais do campo jornalístico.

De acordo com Bourdieu, o extraordinário é, também, o que não é ordinário com relação aos outros jornais. É o que é diferente do ordinário e o que é diferente do que os outros jornais dizem do que é ordinário, ou dizem ordinariamente (BOURDIEU, 1997).

Para ser o primeiro a ver e a fazer alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente, acaba-se por fazerem todos algo semelhante. A busca da exclusividade resulta, aqui, na uniformização e na banalização (BOURDIEU, 1997, p. 27).

Para Bourdieu, ninguém lê tanto jornais quanto os jornalistas, que tendem a pensar que todos lêem jornais, todos os dias, todas as semanas. Jornalistas olvidam-se que muitas pessoas sequer lêem periódicos, um hábito em dramático desuso em países periféricos. E a maioria dos leitores, lê um só veículo. Para os jornalistas, a leitura de diversos títulos é uma prática indispensável, um instrumento de trabalho. Ao raiar do dia, busca-se saber se outros escreveram algo que não consta no jornal em que atuam.

Nas redações, fala-se de outros jornais e, em particular, do “que eles fizeram e que nós não fizemos” (BOURDIEU, 1997) e que deveriam ter feito. O campo do controle do crime compreende e joga com isso. Como se demonstrará mais adiante, policiais, em especial delegados de polícia, quando a ausência das liberdades individuais os permitia prender inclusive sem mandado de prisão expedido pela Justiça, garantiam “furos” de reportagem em troca da “divulgação” dos seus feitos. Esta relação ainda sobrevive nas redações, embora com menos intensidade e consistência.

Essas pequenas diferenças, valorizadas pelos jornalistas, ocultam similitudes oceânicas. Para Bourdieu, este é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade do que é publicado e veiculado pelos meios eletrônicos (BOURDIEU, 1997). Para explicar essa proposição, Bourdieu aponta os efeitos do mecanismo de “circulação circular”:

O fato de os jornalistas, que, de resto, têm muitas propriedades comuns, de condição, mas também de origem e de formação, lerem-se uns aos outros, verem-se uns aos outros, encontrarem-se constantemente uns com os outros nos debates em que se revêem sempre os mesmos, tem efeito de fechamento e, não se deve hesitar em dizê-lo, de censura – mais eficaz que os de uma burocracia central, de uma intervenção política expressa (BOURDIEU, 1997, p. 35).

Neste contexto, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, conspira a favor da uniformidade, que é perceptível ao analisar conteúdos dos semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão. A mídia de massa acaba cumprindo uma função de “integração sistêmica ao homogeneizar opiniões e valores em uma sociedade de massas” (NATALINO, 2006).

Na interpretação de Bourdieu, as redações, hoje, abrigam profissionais mais cultos que seus pares dos anos 60. O atual contexto gera uma tensão entre o que é exigido pela profissão e os anseios de quem sai das faculdades de jornalismo – o que não exclui, como o próprio Bourdieu alerta, “uma adaptação antecipada”, realizada pelos profissionais que destacam-se pela ambição.

O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente (sobretudo do lado dos dominados, evidentemente) a cólera, asco ou o desencorajamento diante da realidade de um trabalho que se continua a viver ou a reivindicar como “não como o dos outros”... Mas, se está longe de uma situação em que essas amarguras ou esses repúdios poderiam tomar a forma de uma verdadeira resistência, individual e, sobretudo, coletiva (BOURDIEU, 1997, p. 54).

2.3 OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, AS MENSAGENS DE MÃO ÚNICA E O PROCESSO HERMENÊUTICO

Ao permitir que as mensagens sejam acessíveis a leitores dispersos no tempo e no espaço, o desenvolvimento da imprensa (Thompson fala em comunicação de massa de forma mais ampla) alterou profundamente os limites entre o público e o privado (THOMPSON, 2000). A publicidade, ou a visibilidade, dos acontecimentos nos domínios público e privado não está mais vinculada à partilha de um mesmo ambiente. Os acontecimentos ou as pessoas podem adquirir uma publicidade que independe de sua possibilidade de serem observados ou ouvidos diretamente por uma platéia. O desenvolvimento da comunicação de massa facilitou a “emergência de acontecimentos públicos mediados e acontecimentos privados mediados” (THOMPSON, 2000, p. 314).

Simplificando: acontecimentos que têm lugar em ambientes públicos ou privados podem ser vivenciados, em situações domésticas privadas que estão distantes no espaço e, talvez, no tempo, a partir dos contextos em que estes acontecimentos tiveram lugar originalmente (THOMPSON, 2000).

Esta mediação dá poder aos jornalistas. Não há discurso e nem ação que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa provada seleção jornalística, isto é, a essa “formidável censura” que os jornalistas exercem, sem se aperceber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de “prender sua atenção”, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas (THOMPSON, 1998) que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos (BOURDIEU, 1997). Trata-se de um processo de mão única, de tal modo que aqueles que recebem mensagens mediadas têm pouca capacidade para respondê-las – o que não impede que o processo de recepção seja uma atividade “muito mais ativa, criativa e crítica do que analistas estão inclinados a pressupor”.

Devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve a água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas (THOMPSON, 1998, p. 31).

É neste contexto que ganha vigor o que Thompson define como hermenêutica de profundidade. A recepção dos produtos da mídia é um processo hermenêutico, no qual quem recebe os produtos é envolvido numa interpretação através da qual esses produtos adquirem sentido.

O indivíduo, alcançado por um produto da mídia deve, até certo ponto, prestar atenção (ler, olhar, escutar). Ao fazer isto, ele se ocupa numa atividade de entendimento do conteúdo simbólico transmitido. Produtos diferentes requerem distintos graus de atenção, concentração e esforço (THOMPSON, 1998).

Uma vez que a interpretação das formas simbólicas exige uma contribuição ativa do que Thompson define como intérprete, que traz uma estrutura pessoal de apoio à mensagem, as maneiras de compreender os produtos da mídia variam de um indivíduo para outro, e de acordo com cada contexto sócio-histórico.

É por isso, também, que Thompson, ao propor uma teoria social da comunicação de massa, questiona o próprio termo “comunicação de massa”, que ele considera inapropriado para se referir a “um conjunto amplo de instituições e produtos da mídia” (THOMPSON, 2000).

Além de uma publicação na indústria da mídia não ser, necessariamente, consumida por um grande número de receptores, Thompson sustenta que o termo “massa” sugere que as audiências sejam como “amontoados inertes e indiferentes”, algo distante de acontecer na prática. O ambiente sócio-históricos no qual o receptor está envolvido, bem como a sua história pessoal, são elementos que alteram a percepção dos indivíduos – conforme Thompson disseca ao apresentar a hermenêutica de profundidade:

...as mensagens transmitidas pelas indústrias da mídia são recebidas por pessoas específicas, situadas em contextos sócio-históricos específicos. Essas pessoas vêem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas (THOMPSON, 2000, p. 287).

De acordo com Thompson, o “significado” de uma mensagem transmitida pela mídia é um fenômeno em movimento, complexo, mutável e, até certo ponto, transformado pelo próprio processo de recepção, interpretação e reinterpretação. A tradição hermenêutica chama a nossa atenção para um outro aspecto relevante da interpretação: ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem (THOMPSON, 2000).

3 VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

O presente capítulo pretende discutir algumas das bases sobre as quais veículos impressos, em especial o jornal Zero Hora, foco deste estudo, edificaram a profunda transformação registrada nas editoriais de Polícia a partir do final dos anos 80 e início da década seguinte.

Num primeiro momento, apresenta-se a explosão de criminalidade que assolou o país, elevando as taxas de homicídio, “democratizando a violência”, antes restrita aos bairros periféricos e mobilizando a opinião pública, atraindo a comunidade acadêmica. O passo adiante é mostrar como este fenômeno ocorre num contexto social e econômico de transformação estrutural do capitalismo. Ao superar décadas de hegemonia do modelo taylorista/fordista, dispondo de modernas técnicas de gestão e da formidável tecnologia disponível, o capitalismo de ponta passou a produzir mais com menos gente. O novo modelo, chamado toyotismo, teve seu ápice na década de 90, gerou mais riqueza e mais exclusão, resultando, no campo da segurança pública, em mais criminalidade violenta. Num terceiro momento, pretende-se interpretar o protagonismo assumido pelos cientistas sociais e pelos militantes dos direitos humanos ao trazerem para o debate público temas como violência e corrupção das polícias, tortura de suspeitos em cometer crimes comuns, execução de preso – assuntos que foram negligenciados durante a ditadura militar, período em que as energias concentraram-se em denunciar os abusos comandados pelas Forças Armadas.

Por fim, abordam-se as mudanças no campo do controle do crime, um tema contemporâneo e com repercussões dramáticas, como mostra os resultados aferidos em países como EUA e Inglaterra, que substituíram o ideal da reabilitação de detentos, conhecido como previdencialismo penal, pelo encarceramento em massa de criminosos (a maioria negra ou imigrantes ou pobres quando não contam com as três categorias juntas). Com quase 500 mil presos, o Brasil apresenta números ainda distantes dos EUA, que conta com cerca de 2 milhões de detentos em suas prisões. Mas, mantido o ritmo de encarceramento, como será mostrado mais adiante, o número de prisioneiros no país pode dobrar em uma década.

São elementos que influenciam o salto registrado pela imprensa, em especial na cobertura policial, em todo o país. A cobertura brasileira no campo da segurança vem migrando de um acompanhamento da “polícia” - que basicamente reproduzia as informações dos boletins de ocorrência – para um olhar um pouco mais contextualizado e aprofundado. Isso se deu em grande parte à centralidade que o tema “segurança pública” passou a merecer, em especial a partir de meados da década de 80, quando os índices de criminalidade nas

grandes cidades chegaram a níveis jamais vistos, e com promulgação da Constituição de 1988 (CALDEIRINHA e ALBERNAZ, 2009), que restituiu e institucionalizou as liberdades democráticas no Brasil.

3.1 A EXPLOSÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

A partir de meados dos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, entre o fim da ditadura militar (1964 a 1985) e a redemocratização, a violência explode no país. De acordo com dados do sistema de saúde, entre 1980 e 2004, 797 mil pessoas foram assassinadas nos 26 estados da federação mais o Distrito Federal.

No município do Rio de Janeiro, quase dobram os homicídios dolosos em apenas quatro anos: 33,35 casos para 100 mil habitantes, em 1985, para 59,16 para 100 mil, em 1989. Na cidade de São Paulo, os homicídios evoluem de 48,69 para 100 mil, em 1991, para 55,77 para 100 mil, em 1996, na Região Metropolitana (ADORNO, 2002).

O fenômeno é nacional, embora repercuta mais no Rio e em São Paulo. No Distrito Federal, por exemplo, em 1980, a taxa de homicídios era de 13,7 por cem mil habitantes. Uma década depois, em 1991, saltou para 36,3 – quase três vezes mais. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, situação análoga: o incremento dos homicídios foi da ordem de 31,21% no período de 1991 a 1996, conforme o Ministério da Saúde. O alvo preferencial dessas mortes são adolescentes e jovens adultos residentes nas periferias. Adorno sustenta que a explosão da violência foi precedida de sucessivas e profundas transformações econômicas e sociais que o país vivenciou desde a metade do século passado, tais como: novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica, alterações no mundo do trabalho (nos processos de produção e de trabalho, nas formas de recrutamento, distribuição e utilização da força de trabalho), rompimento das fronteiras do Estado-nação, com deslocamento nas “relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com o Estado e entre diferentes Estados, o que repercute nos conflitos sociais e políticos e nas formas de sua resolução”.

Essas mudanças repercutem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Transformam-se os padrões tradicionais e convencionais de delinquência, nuclearizados em torno do crime contra o patrimônio, via de regra motivados por ações individualizadas e de alcance local. Cada vez mais, o crime organizado segundo moldes empresariais e com bases transnacionais se impõe, colonizando e conectando diferentes formas de criminalidade... Seus sintomas mais visíveis compreendem emprego de violência excessiva mediante uso de potentes armas de fogo... corrupção de agentes do poder público, acentuados desarranjos no tecido social, desorganização das formas convencionais de controle social. Na mesma

direção, agrava-se o cenário das graves violações de direitos humanos (ADORNO, 2002, p. 2).

A violência, portanto, passa a fazer parte do cotidiano dos grandes centros urbanos. As baixas anuais, sempre crescentes, assemelham-se às registradas em grandes guerras e conflitos civis.

Esta classificação, se não é precisa (porque guerra envolve conceitos como nação e Estado ou critérios políticos, em se tratando de conflito civil), está longe de ser exagerada. As mortes no país superam as sentidas pelos EUA – talvez a mais bélica das nações contemporâneas – em dois séculos de conflitos. Em 200 anos, desde a luta pela Independência (1775–1783) até a guerra do Vietnã (1959–1975), os norte-americanos sepultaram 627 mil soldados. É um número inferior aos homicídios no Brasil no período de 1980 e 2004. Se forem somadas as mortes violentas (acidentes de trânsito, suicídios e homicídios culposos) ocorridas neste mesmo período, os óbitos no país suplantam em três vezes o número de baixas de soldados americanos em combate em todas as guerras (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006). É muito, mas não é tudo.

Um outro dado, ainda mais revelador, indica as perdas restritas ao estado e a capital do Rio de Janeiro – unidade da federação que mais sofreu com a mortandade protagonizada pelos brasileiros em duas décadas. Morrera de forma violenta, entre as décadas de 80 e 90, equivalente a soma dos soldados americanos mortos na Primeira Guerra Mundial, na guerra da Coréia e na Guerra do Vietnã, que chega a 134 mil (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006).

O Estado e a cidade do Rio de Janeiro vivem uma catástrofe humana equivalente à soma das perdas militares em muitas guerras. Em consequência das 103.203 pessoas mortas violentamente, entre 1971 a 2001, estimamos que cerca de 300 a 600 mil pessoas ficaram marcadas psicologicamente, econômica e socialmente por essas mortes. O pior é que a cidade está longe de oferecer apoio a essas vítimas, assim como o Estado e o Governo Federal e suas agências. É nesse contexto de mortes e dores que surgem as vítimas ocultas da violência (SOARES; MIRANDA; BORGES, 2006, p. 198).

Os números impressionam, mas são apenas parte (talvez uma pequena parte) da realidade, constituída daqueles dados que chegam ao conhecimento das autoridades. É que há alguns delitos, inclusive violentos, nunca comunicados à polícia. Eles integram a chamada “cifra obscura” (*dark rate*), “que mede a quantidade de crimes não relatados à polícia” (ROLIM, 2006).

Como o Brasil nunca realizou uma pesquisa nacional de vitimização, que afere a cifra obscura, os exemplos da Inglaterra e País de Gales indicam a quantidade de dados que permanecem ocultos. Realizada entre 2002 e 2003, ela indica que dos 12,3 milhões de crimes contra residentes adultos (sendo 2,8 milhões violentos), apenas 5 milhões foram comunicadas à polícia. Ou seja, mais da metade dos crimes jamais chegou ao conhecimento de quem deveria investigar. Uma pesquisa realizada no estado de São Paulo, em 1999, apurou que num único trimestre teriam deixado de ser registrados cerca de 1,33 milhões de crimes, algo como três vezes o total de delitos registrado pela polícia paulista no mesmo período (ROLIM, 2006).

A escalada da violência é um fenômeno urbano, dramático nas grandes metrópoles, mas não restrito a elas. Cidades de porte médio, com população superior a 500 mil habitantes, também vêm conhecendo um acentuado crescimento da criminalidade violenta. A interiorização do crime é observada com maior intensidade desde o início da década de 1990, em estados como São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Uma das hipóteses é de que a rota do crime urbano segue na esteira da riqueza. Nos anos 90, houve grande migração da riqueza (pública e privada) para o interior do país (ADORNO, 2003).

Embora em menor grau e intensidade, a classe média, de espectadora privilegiada da criminalidade, torna-se vítima do fenômeno que migra das favelas, no Rio, das periferias, em São Paulo, e das vilas populares, em cidades como Porto Alegre, para os bairros e os centros urbanos das grandes cidades. A violência se populariza e, aos poucos, se democratiza, vitimando pobres, ricos e setores médios - em escalas bem distintas, é claro. Em realidade, no que diz respeito especificamente aos homicídios, há um padrão que pode ser chamado de IGCC: idade, gênero, cor e classe (PAIVA e RAMOS, 2009). A taxa de homicídios de jovens negros do sexo masculino, aos 23 anos, no Rio de Janeiro, por exemplo, é de 380 por 100 mil habitantes. Em Pernambuco, ultrapassa os 400 por 100 mil. Pesquisadores defendem a tese segundo a qual está em curso no Brasil algo semelhante a um genocídio (PAIVA e RAMOS, 2009).

Esta realidade se alterou ao longo dos anos. No Brasil contemporâneo, tráfico de drogas e de armas constituem as mais perversas dinâmicas criminais, entre as quais o elevado número de mortes, a desorganização da vida associativa e política das comunidades, o regime despótico imposto por criminosos nas favelas e bairros populares, o recrutamento de crianças e adolescentes cuja vida é prematuramente comprometida.

Em uma palavra, o tráfico de drogas substitui a autoridade moral das instituições sociais regulares pelo caráter despótico/tirano das regras estabelecidas pelos criminosos. Ao

fazê-lo, impõe sérios obstáculos ao monopólio estatal da violência, como será discutido mais adiante.

Embora a explosão da criminalidade tenha influenciado na transformação da imprensa, não significa que preconceitos de classe e visões distorcidas da realidade não continuem sendo reproduzidas. Pelo contrário. No noticiário de segurança pública, sustentam Caldeirinha e Albernaz, é possível perceber uma distorção entre o que apresentam as estatísticas – em termos dos lugares, tipos de crimes e pessoas mais atingidas – e o que selecionam como notícia os veículos de comunicação. Suzana Varjão (CALDEIRINHA e ALBERNAZ, 2009) oferece uma contribuição para o entendimento desta questão. A autora analisou os conteúdos sobre crime e violência publicados em três jornais de grande circulação da Bahia (A Tarde, Tribuna da Bahia e do Correio da Bahia), em 2005, identificando uma hierarquização entre notícias que recebiam mais destaque em detrimento de outras em que o esforço de reportagem era mínimo. Entre essas notícias de “baixa prioridade” jornalística, que a pesquisadora define como “jornalismo mínimo”, estão notas de homicídio, em sua maioria com arma de fogo, com envolvimento predominante de homens jovens (18 a 29 anos), moradores das periferias de Salvador e Região Metropolitana (CALDEIRINHA e ALBERNAZ, 2009). O curioso é que o perfil dos alvos preferenciais do chamado “jornalismo mínimo”, encontra-se alinhado às maiores vítimas da violência do país. Este tema será debatido com mais intensidade no terceiro capítulo.

3.2 VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL

A tese que sustenta relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência está longe da unanimidade no campo das ciências sociais. No entanto, é impossível “deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da precariedade da vida coletiva nas periferias e a explosão da violência letal” (ADORNO, 2002). Mapas da violência realizados para algumas capitais brasileiras, na década de 90, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infra-estrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura (ADORNO, 2002).

É justamente nas décadas de 80 e 90, que coincidem com a explosão da criminalidade violenta no Brasil, que são percebidos os efeitos mais agudos do ocaso do taylorismo/fordismo, modelo de produção superado pelo toyotismo. Para efeito de

contextualização, cabe uma breve retomada histórica acerca do modelo taylorismo/fordismo, o apogeu do toyotismo e suas consequências.

Quando Henry Ford introduziu a jornada de oito horas e cinco dólares para os trabalhadores da linha de montagem de veículos (HARVEY, 1998), tratava-se de um método de produção ancorado na disciplina organizativa, na compartimentação do trabalho e na produção em massa. Além de oferecer as ferramentas para o grande salto do capitalismo, que foi registrado ano século passado, o fordismo permitiu que uma massa trabalhadora consumisse em larga escala o que era produzido pelas corporações (HARVEY, 1998). Em outras palavras, ao adubar um fértil e crescente mercado interno de consumo, o fordismo preocupava-se também com a sobrevivência do próprio capitalismo. Na visão de Ford, diz Harvey, a produção em massa significava “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”.

Com o fordismo e seu esforço coletivo de produção sem precedentes surge um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os inovadores métodos de trabalho seriam inseparáveis de um modo específico de “viver e de pensar e sentir a vida” (HARVEY, 1998). Ao longo de quase um século, o fordismo/taylorismo enfrentaram crises como a Grande Depressão, atravessaram a Segunda Guerra Mundial, que abalou economia mundial, e tornaram-se fundamentais na reconstrução da Europa a partir dos anos 50. Ao mesmo tempo em que a Europa era reconstruída, com a maciça presença norte-americana, um Estado intervencionista apresentava-se ao mundo capitalista como uma alternativa aos projetos socialistas em curso na antiga União Soviética e em países do leste europeu.

Neste contexto, um rearranjo das forças sociais fez com que o Estado assumisse novos papéis e construísse outros poderes institucionais, disciplinando o capitalismo, domando as contradições do sistema, impedindo a formação de grandes massas de excluídos. O trabalho transformou-se. O que se viu com a expansão do Estado keynesiano foi um delicado equilíbrio entre o trabalho organizado, o capital corporativo e o Estado (HARVEY, 1998).

Os benefícios em escala quase universais oferecidos pelo fordismo, como assistência médica, acesso a habitação e educação, davam legitimidade ao poder do Estado intervencionista. A manutenção dos bens coletivos dependia, sobretudo, da aceleração da produtividade do trabalho no setor produtivo. Mesmo sob ataque, o núcleo do fordista manteve-se íntegro até 1973 (HARVEY, 1998).

O abalo do fordismo/taylorismo torna-se realidade na segunda metade dos anos 70 e início da década seguinte. Como resposta, emerge o toyotismo, que estrutura-se “a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições de mercado” (ANTUNES, 1998). A superação do taylorismo/fordismo antecede a desestruturação do Estado keynesiano e marca uma nova etapa da economia de mercado, do acúmulo de capital e da exclusão social. Países capitalistas presenciam transformações nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas representações sindicais e políticas, ampliando taxas de desemprego. Fenômeno estrutural do capitalismo, a transformação, que se iniciou em nações européias e nos EUA, globalizou-se e ampliou-se como uma avalanche irresistível, engolfando nações países em desenvolvimento. No Brasil, que vivia uma experiência do fordismo “periférico”(ANTUNES, 1998), este processo é ainda mais agudizado. O modelo fordista se desintegra, portanto, antes mesmo de a população usufruir de suas conquistas, o que é ainda mais perverso.

A globalização é acompanhada de mudanças consideráveis no perfil do Estado que irá, paulatinamente, abdicar de sua capacidade de proporcionar os requisitos básicos da existência das populações, ao assumir um perfil de Estado policial (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006).

Como resultado, fortes restrições ao Estado para reduzir a violência por meio do estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, da expansão do mercado de trabalho e da garantia de um mínimo de qualidade de vida para a população.

Com a diversificação da estrutura social, da composição social das populações interioranas, alteram-se os estilos, os gostos, as exigências de consumo. Mas, paralelamente, desenvolveram-se bolsões de pobreza, alguns encravados no centro urbano decadente, outros sitiados em bairros de classe média e outros ainda empurrados para a periferia das cidades (ADORNO, 2003). Se a crise econômica afeta a qualidade de vida de imensas populações urbanas, sobretudo de seus segmentos pauperizados e de baixa renda, abala também a capacidade do Estado em aplicar as leis e garantir a segurança da população (ADORNO, 2002).

Neste sentido, sustenta Zygmunt Bauman (BAUMANN, 1999), existe uma relação entre a estrutura social e as formas de punição sob a globalização. Bauman estabelece uma relação entre o perfil globalizado da economia, a partir dos anos 70, reorganização do Estado e uma nova composição das políticas de punição. De um lado, diz Baumann, há uma ampla

mobilidade do capital e dos capitalistas, volatilidade do mercado financeiro, deslocamentos de bases industriais pelo mundo. De outro lado, complementa, uma consequência da economia hegemônica e da desmobilização do Estado de Bem-Estar: massas largadas à própria sorte que buscam nas estratégias de sobrevivência, nem sempre legais. Marginalizados e imobilizados nas periferias e confinados à miséria, passarão a frequentar as prisões que se revitalizam nesse período, voltando a ser territórios definidos e cada vez mais severos de punição (SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006).

3.3 DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Silenciada pela força das baionetas, a sociedade civil permaneceu imobilizada ao longo dos 21 anos de ditadura militar, período em que as Forças Armadas exerceram o poder praticamente sem *accountability* no Brasil. A ausência de fiscalização do poder ocorreu em todas as esferas da vida pública, mas busca-se discutir o seu impacto nas áreas da segurança pública e dos direitos humanos. Aos poucos, com a redemocratização, percebe-se uma transformação, que tem a imprensa com um de seus protagonistas. Esta mudança se iniciou a partir do final dos governos militares, em meados da década de 80, coincidindo com o incremento da criminalidade e o início de uma nova etapa de acumulação do capitalismo, cujo ápice seria registrado, como mostrado neste capítulo, nos anos 90.

Durante a ditadura, havia o que Adorno define como “uma certa fragilidade de organização da sociedade civil na defesa de interesses relacionados à segurança pública”. Na prática, com a imprensa manietada, inexistia controle externo das corporações, não se falava em prestação de contas à sociedade e tampouco eram questionadas as políticas de segurança pública e seus respectivos resultados.

As polícias Civil e Militar (hermética e hierarquizada aos moldes dos ocupantes do poder pós-1964, adestrada para ser o braço auxiliar das Forças Armadas em todo território nacional), desfrutavam de relativa autonomia frente aos governos estaduais, dispunham de independência funcional e atuavam sem controle da sociedade civil.

A imprensa, que nas democracias galvaniza a fiscalização das práticas governamentais, permanecia censurada. Nas editorias de Polícia dos principais jornais do país, além de amordaçados, repórteres confundiam-se com policiais. Como será abordado no capítulo adiante, a partir de oito entrevistas realizadas com repórteres que trabalham ou atuaram na editoria de Polícia de Zero Hora desde a década de 70, jornalistas exerciam suas funções como se fossem comissários. Vestiam-se com suas capangas em baixo do braço e

usavam óculos escuros modelo ray-ban, reproduziam gírias dos investigadores e dispunham de rádios comunicadores que operavam na frequência das polícias. Alguns trabalhavam com arma na cintura. Outros, com carteira de policial no bolso. Num contexto de apoio irrestrito dos militares ocupantes do poder, de controle da imprensa e de ausência de *accountability*, proliferaram-se corrupção dos agentes da lei, violência contra comunidades periféricas e impunidade nas corporações.

Ancorados no passado, polícias Civil e Militar e agentes penitenciários sintetizam os paradoxos que envolvem a redemocratização no campo da segurança pública. De um lado, diz Salla, a democracia social e política se consolidam. No lugar do rudimentar sistema partidário que impera durante todos os anos 70 e início dos 80, simplificado pela dicotomia MDB (oposição) e ARENA (governista), emerge uma legislação liberal que, lentamente, oferece condições para o crescimento e a proliferação de siglas – inclusive minúsculas, sem representação na sociedade. Organizações não-governamentais, sindicatos e religiosos diversificaram a pauta social, criando espaços de debate político. Ao mesmo tempo em que o país reajusta seu “instrumental legal”, demonstra disposição em respeitar e promover os direitos humanos (SALLA, 2003). De outro lado, complementa Salla, há esferas institucionais em desconformidade com um irreversível processo em curso, como são os aparatos policial e prisional, que se negam a se modernizar. O sistema prisional em especial, que vivenciou tragédias entre o final dos anos 80 e toda década de 90, ajuda a compreender os gigantescos obstáculos encontrados pelas polícias para se submeter ao poder civil.

O governo federal, no entanto, não se utiliza de qualquer mecanismo de constrangimento, de cobrança dos governos estaduais que recebem os recursos para que sejam implementadas ações eficazes de combate ao cerne de alguns problemas nos aparatos policial e penitenciário. Assim, nas administrações estaduais, não são enfrentados e muito menos removidos, por exemplo, os principais obstáculos políticos e institucionais para a responsabilização de agentes do estado envolvidos em corrupção, tortura e outras irregularidades no exercício de suas funções, alimentando dramaticamente a impunidade nesse setor. (...). Os aparatos de repressão ainda são utilizados muito mais como instrumento de dominação de classe, manutenção de privilégios, do que para garantir os direitos dos cidadãos e sua condição de igualdade perante a lei (SALLA, 2003, p. 422).

Para exemplificar, Salla cita o massacre do Carandiru, que havia sido precedido de outros eventos sangrentos que mobilizaram a PM de São Paulo na intervenção dentro de presídios, como 28 mortes de presos ocorridas após a contenção de uma rebelião pela PM, em 29 de julho de 1987, na penitenciária do Estado, em São Paulo, então com cerca de 1,2 mil encarcerados. Um ano antes, prossegue Salla, 13 detentos eram executados após a polícia

conter uma rebelião na penitenciária de Presidente Wenceslau, no interior do Estado de São Paulo.

Dias após a promulgação da Constituição em 1988, a chamada Constituição Cidadã, o Brasil tomava conhecimento – da pior forma possível – que 51 presos da 42ª Delegacia da Policial Civil de São Paulo ocupavam uma cela de seis metros quadrados, numa inacreditável média de oito presos por metro quadrado. A informação, por si só, é trágica. Mas em se tratando de direitos humanos no país, as catástrofes parecem não ter limites. Além de compactados como um arquivo zipado, 18 morreram intoxicados devido a um incêndio na delegacia 42º DP paulistana – local inapropriado para encarcerar presos. E o ainda pior: o fogo havia sido uma represália dos policiais por causa de uma tentativa de fuga (SALLA, 2003).

Por fim, lembra Salla, a PM paulista entra para história, em 1992, ao patrocinar o maior massacre realizado dentro de um presídio, executando 111 apenados do Carandiru após um motim. Era o auge de uma macabra seqüência de violência e arbitrariedades em que a ação da polícia foi avessa aos direitos dos presos.

O posicionamento das autoridades do Estado, quando não foi omissivo, foi frágil e incapaz de responsabilizar os autores das irregularidades ou dos crimes. O Brasil atingia um clímax nessa área, que era revelador, no entanto, de disputas políticas mais amplas em curso no país. Depois de quase 20 anos de regime militar, o Brasil começou a se democratizar na década de 1980 e ao longo desse processo ocorreu o embate entre as forças que resistiam às mudanças, que tinham nos aparatos policial e prisional uma trincheira poderosa, e as novas forças políticas que conduziam o país à normalidade democrática (SALLA, 2003, p. 424).

Na interpretação de Salla, o equacionamento desse impasse na vida democrática talvez seja um dos principais dilemas do Brasil. O autor acredita que o futuro seja sombrio, na medida em que o contexto econômico e social favorece os aparatos de segurança e potencializa a autonomia que possuem diante dos governos que supostamente deveriam controlá-los.

O aumento da criminalidade, a percepção de viver numa sociedade insegura, pondera Salla, são alguns aspectos que fomentam uma maior presença, no cenário político e social, das instituições policial e prisional - e cujo desdobramento se dá “tanto no aumento do contingente quanto na expansão de delegacias e de presídios”. Salla propõe uma discussão interessante acerca de um paradoxo contemporâneo na área da segurança, que merece ser reproduzida:

As questões relacionadas à segurança pública, as demandas em favor de um controle da violência urbana e da criminalidade alçaram o topo da pauta política, o que fez com que aumentasse o nível de dependência e vulnerabilidade dos governos ao próprio aparato repressivo. Nesse quadro, é muito pouco provável que as práticas de arbitrariedade, corrupção, violência e impunidade naquelas instituições venham a ser duramente combatidas e mesmo extirpadas e conseqüentemente ajustada a sua organização e dinâmica ao contorno e às demandas de uma sociedade democrática (SALLA, 2003, p. 421).

A população das principais metrópoles do país depara diariamente com este paradoxo. Se o final dos anos 80 e o início dos 90 marcam execuções às mancheias patrocinadas pela PM em cadeias e penitenciárias de São Paulo, na década seguinte a matança nas ruas e avenidas do Rio de Janeiro desperta a atenção da opinião pública. As mortes provocadas pela polícia alcançam índices incomparáveis (PAIVA e RAMOS, 2009). Para se ter idéia do tamanho do estrago, em 2007, a polícia do Rio de Janeiro matou, em ação, legalmente, 1.330 pessoas. Comparado com outros países, as baixas da PM fluminense supera, por exemplo, em quase quatro vezes o número total de mortes causadas anualmente por todas as polícias de todos os estados americanos – a população dos EUA é de cerca de 300 milhões de habitantes.

A agilidade para sacar a arma e a eficiência com o dedo no gatinho também são comprovadas quando cotejados os números nativos com os de polícias de países periféricos como África do Sul (681 mortes em 2003) e da Argentina (288 mortes). A maioria das vítimas de autos de resistência no Brasil (um eufemismo para definir homicídios dolosos praticados por policiais) é de moradores de favelas e periferias, jovens, pobres e, quase todos, negros ou pardos (PAIVA e RAMOS, 2009).

Corporações fechadas, as polícias brasileiras pouco se aproveitaram da reflexão teórica e dos aportes oferecidos pela criminologia moderna e pelas ciências sociais, já disponíveis há algumas décadas às polícias e aos gestores de países desenvolvidos. A constatação integra o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), de 2010. O texto afirma ainda que a “cultura arraigada de rejeitar as evidências acumuladas pela pesquisa e pela experiência de reforma das polícias no mundo era a mesma que expressava nostalgia de um passado de ausência de garantias individuais, e que identificava na idéia dos direitos humanos não a mais generosa entre as promessas construídas pela modernidade, mas uma verdadeira ameaça”. É uma síntese interessante acerca do pensamento dominante nas corporações policiais. Mas, reconhece o próprio texto, nos últimos anos esse processo de estranhamento mútuo passou a ser questionado.

De um lado, descreve o documento, “articulações na sociedade civil assumiram o desafio de repensar a segurança pública a partir de diálogos com especialistas na área,

policiais e gestores”. De outro, prossegue o documento na página 104, “começaram a ser implantadas as primeiras políticas públicas buscando caminhos alternativos de redução do crime e da violência, a partir de projetos centrados na prevenção e influenciados pela cultura de paz”. Como se percebe tudo ainda insipiente.

Este avanço acontece, pelo menos em parte, porque nos anos 90, quando a redemocratização amadurece, distintos setores da sociedade despertaram para o problema e se articularam com três objetivos claros: denunciar esta situação, desenvolver pesquisas e realizar experiências inovadoras de gestão de políticas públicas.

Os jornais também responderam a esta nova percepção e iniciaram um processo de qualificação da cobertura, ainda em andamento (RAMOS e PAIVA, 2009).

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema. Os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado. Formar uma imprensa capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor (PAIVA e RAMOS, 2009, p. 21).

A brutalidade policial, por um lado, e a impunidade, por outro, que penalizam em especial setores historicamente marginalizados da sociedade, começam a mobilizar ativistas dos direitos humanos e pesquisadores sociais que, durante a ditadura, dedicavam-se a denunciar arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas colocando em segundo plano, pelo menos em parte, o que ocorria nas periferias.

Ao analisar o Rio de Janeiro, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, em *Meu Casado de General – 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro* (um interessante relato de sua experiência como integrante do governo Anthony Garotinho, entre janeiro de 1999 e março de 2000) sustenta que a “negligência com que as esquerdas quase sempre trataram a segurança pública traduz não apenas alienação, incapacidade e insensibilidade, mas sobretudo a distância cultural e de classe que tradicionalmente as afastou dos grupos sociais que supostamente estariam destinadas a representar” (SOARES, 2000). Com exceções, a teorização no campo da segurança e da punição ficou restrita aos conservadores durante anos.

Durante os governos militares, perseguições, torturas de guerrilheiros e execuções de opositores eram denunciadas por ativistas e cientistas sociais em organismo internacionais. Mas arbitrariedades policiais contra moradores das periferias, rotina institucionalizada no país, violência e corrupção de agentes penitenciários permaneciam relativizadas (SOARES, 2000).

Em realidade, estas práticas, institucionalizadas no país, sempre foram negligenciadas. Uma breve retrospectiva histórica, proposta por Adorno, mostra que os desdobramentos econômico-sociais da cafeicultura paulista, na segunda metade do século XIX, indicavam transformações como a superação da propriedade escrava, formação do mercado de trabalho livre, industrialização e urbanização, superação da monarquia pela republicana, a criação de um pacto constitucional consagrando direitos civis e políticos (ADORNO, 2003). Nada disso ocorreu. Motivada pelos ventos democráticos que sopravam em algumas sociedades ocidentais, essas transformações não foram assimiladas pelas práticas políticas e pela sociedade. Adorno complementa:

As garantias constitucionais e os direitos civis e políticos permaneceram, tal como forma de governo monárquico, restritos à órbita das elites proprietárias... Estabeleceu-se uma sorte de “cidadania regulada” (Santos, 1979), que excluía dos direitos de participação e de representação políticas a maior parte da população brasileira, constituída de trabalhadores do campo e das cidades, de baixa renda, situados nos estratos inferiores da hierarquia ocupacional bem como carentes de direitos sociais. Subjugado pela vontade das elites proprietárias, esse contingente de “não-cidadãos” foi violentamente reprimido todas as vezes em que se rebelou e jamais teve assegurado seus direitos humanos. A violência, seja como repressão ou reação, mediou a história social e política desses sujeitos (ADORNO, 2003, p. 296-7).

Feito este corte histórico, imprescindível para que se compreendam as raízes da violência como mediadora das relações entre as elites e as periferias, retornamos ao Brasil em fase de redemocratização. De acordo com Soares (ADORNO, 2002), sobretudo a partir dos anos 90, com o protagonismo dos setores mais progressistas da intelectualidade, o conjunto de formulações e ações concretas, empregadas por governos, passou a oscilar entre dois pólos oposto. Num extremo, as representações populares que reputam ao crescimento da violência e dos crimes origens religiosas ou morais. Neste guarda-chuva, abrigam-se pleitos como esterilização de mulheres faveladas, fuzilamento de bandidos, extinção da Justiça e julgamentos sumários que resultem na execução de réus. É uma visão conservadora, à direita no espectro político. Em outro extremo, alinham-se representações que atribuem uma causalidade socioeconômica ao crescimento dos crimes e da violência em geral.

Em síntese, diz Adorno, para a direita conservadora a reivindicação da lei e da ordem não contempla os direitos humanos. Para a esquerda, o crescimento do crime e da violência resulta de grandes problemas econômicos e sociais que, não resolvidos, contribuem para que as políticas de segurança apenas possam repetir as velhas fórmulas. É a visão, segundo a qual, enquanto não houver “substantivas mudanças estruturais que afetem radicalmente os tradicionais estrangulamentos no que concerne à distribuição das riquezas e à concentração

das desigualdades sociais não há muito que fazer, exceto denunciar os abusos escandalosos” (ADORNO, 2002).

Com o final da repressão, uma lenta e gradual mudança começa ser percebida. Intelectuais como Paulo Sérgio Pinheiro, Alba Zaluar, Roberto Kant de Lima, Sérgio Adorno, além do próprio Soares, são expoentes desta transformação. Para Soares, “um tratamento transformador e radicalmente democrático da segurança pública, particularmente do comportamento policial, é decisivo para a democratização efetiva e completa da sociedade brasileira”.

Assim como foi decisiva a luta contra a tortura, no combate à ditadura, hoje, no início do século XXI, a luta contra o arbítrio policial e contra o despotismo dos traficantes, no esforço de construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, com instituições públicas legítimas. Não nos esqueçamos que o policial uniformizado, na esquina, é a face mais tangível do Estado, para a maioria da população. Lembremos-nos também de que não haverá cidadania plena enquanto parte das cidades estiverem sob domínio de tiranos locais. E jamais percamos de vista que para contestar e reverter, com êxito, o arbítrio policial e o domínio territorial do tráfico, é imprescindível ir além da denúncia e de posturas simplesmente negativas; é preciso propor e implementar políticas alternativas que demonstrem, na prática, a compatibilidade entre eficiência policial e respeito aos direitos humanos (SOARES, 2000, p. 42).

O longo *déficit* na contribuição objetiva de setores próximos à esquerda na área da violência começa a ser superado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999 a 2002), quando é lançado I Plano Nacional de Segurança Pública. O plano precedeu pesquisas de opinião. Segundo levantamento realizado pelo DataFolha, entre 1996 e 2000, a preocupação dos brasileiros com segurança foi crescente, alcançando seu maior percentual (13%) no mês de junho de 2000.

Com o plano, o governo federal formulava uma política nacional com diretrizes claras e definidas, contemplando diferentes pontos de vista que expressavam sobre a aplicação da lei e da ordem no país. Pela primeira vez na história da república, ativistas de direito humanos, profissionais especializados e representantes de corporações foram chamados a colaborar (ADORNO, 2003). Para Adorno, algumas conquistas somente podem merecer avaliação isenta daqui a alguns anos “quando esforços empreendidos para a mudança institucional tenham apresentado seus sinais”.

Em curto prazo, contudo, cabe dizer que o esforço governamental não logrou romper com os problemas herdados do primeiro mandato. Não se logrou articular e integrar as políticas de direitos humanos, segurança pública e controle e tráfico de drogas. Cada uma dessas políticas continuou operando segundo lógicas próprias, locais e setoriais, atendendo às demandas dos diferentes grupos de pressão que havia, desde

há muito, se posicionado no interior das agências encarregadas de implementar tais políticas. Com isso, permaneceu o gap (fenda) entre direitos humanos e segurança pública; não se construíram as bases para lograr um consenso político de como implementar lei e ordem sem comprometer o Estado de direito e as políticas de proteção dos direitos humanos. Tanto direitos humanos como segurança pública transformaram-se em matéria presente na agenda política nacional (ADORNO, 2003, p. 137).

Parte da mídia amplificou o debate público, discutindo o tema em mesas-redondas, ouvindo especialistas. Mas havia fatos novos também. Conforme Adorno, um estudo realizado por Cardia (1999) revelava que, diferentemente do que fora constatado no início dos anos de 1990, já era possível identificar mudanças no comportamento coletivo em face dos direitos humanos. Desconfianças que relacionavam direitos humanos como “direito de bandidos” pareciam ter sido abaladas (ADORNO, 2003). Para alguns segmentos da população, direitos humanos contemplavam direitos sociais, particularmente o direito ao trabalho e a todos os demais que asseguram uma vida digna.

Ao final do mandato, promessas não haviam sido cumpridas, o plano geral falhara e novos problemas emergiam sem que houvesse real interesse do Executivo em enfrentá-los (ADORNO, 2003). Mas estavam lançadas as bases para sucessivas políticas democráticas na área da violência e segurança pública que contemplem respeito e promoção dos direitos humanos no Brasil. Os desafios continuariam.

3.4 AS MUDANÇAS NO CAMPO DO CONTROLE DO CRIME

Após abordar a explosão da criminalidade violenta, a relação da violência e da exclusão social e a consolidação da democracia e do lançamento das bases para que se edifiquem planos de segurança pública conectados aos direitos humanos no país, pretende-se debater, a partir de agora, as mudanças no controle do crime.

O crime cresceu e mudou de patamar, mas o sistema de justiça estacionou no tempo, operando como o fazia há três ou quatro décadas. Ampliou-se o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor lei e ordem. O crescimento dos delitos, nos anos 90, não era acompanhado de uma elevação proporcional do número de inquéritos e processos penais instaurados. No município do Rio de Janeiro, no ano de 1992, 92% dos inquéritos policiais destinados a apurar responsabilidade em crimes de morte não eram sequer convertidos em processos penais. Cerca de 98% dos casos de assassinatos de crianças e adolescentes investigados no município de São Paulo, no ano de 1991, permaneciam impunes (ADORNO, 2002).

Na década passada, a situação pouco se alterou. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a discrepância entre os inquéritos criminais instaurados e os remetidos à Justiça (com ou sem indiciamento) demonstra a fragilidade do sistema como um todo. Em 2004, 681.188 inquéritos foram instaurados e apenas 357.922 remetidos ao Ministério Público. No ano seguinte, 773.885 instaurados e 434.778 concluídos. Em 2007, um desempenho um pouco melhor, mas ainda assim abaixo do razoável: 634.515 criados ante 410.270 entregue às promotorias do Estado (AZEVEDO, 2009). Os dados integram o caderno Investigações sobre a Investigação Brasileira Através do Inquérito Policial, confeccionado para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. A fragilidade é percebida também nas milhares de ocorrências policiais, registradas nas centenas de delegacias do Estado, que jamais viraram inquéritos ou termos circunstanciados. São apenas documentos arquivados, sem que ninguém realize diligências e com a certeza de que os suspeitos jamais serão punidos (AZEVEDO, 2009).

O caráter cartorial que assume a investigação criminal sob o modelo do inquérito policial privilegia a atividade burocrática em detrimento da atividade investigativa. Esse instrumento não se adequou ao volume de ocorrências e nem tampouco à investigação criminal moderna que se volta para a territorialização (VARGAS e NASCIMENTO, 2009, p. 41).

Os sintomas mais visíveis desse cenário são as dificuldades e os desafios enfrentados pelo poder público, no Estado democrático de direito, em suas tarefas constitucionais de exercer o monopólio estatal da violência (WEBER, 1918/1919), o que se manifesta pela sucessão de motins e rebeliões nas prisões, pela ousadia no resgate de presos, pelo toque de recolher imposto às comunidades, pela existência de áreas das grandes cidades onde prevalecem as regras ditadas pelo tráfico de drogas (ADORNO, 2002). De acordo com Weber, “o Estado só pode existir sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores”, uma premissa fragilizada no Brasil contemporâneo.

Com o monopólio estatal da violência em xeque, a sociedade civil organizada torna-se incapaz de controlar as forças repressivas do Estado. Na prática, o Estado perde credibilidade em sua capacidade impor a lei. De acordo com Adorno, as limitações das polícias militar e civil em coibir crimes e investigar delitos e indiciar suspeitos associada ao acesso limitado à Justiça estimulam soluções privadas para conflitos e ordem social. É no espaço que o Estado deixa de ocupar que proliferam idéias, defendidas pelos setores mais conservadores da sociedade, de linchamento e justiça instantânea, com manifestações em defesa da pena de morte, da violência institucional, de execução de bandidos.

Para atacar a questão, indica Soares (ADORNO, 2002), para quem o tema do monopólio estatal da violência é central, são necessários moralização institucional, tecnologia e modernização do aparelho policial e qualificação das investigações. Soares também estabelece relações entre poder, legitimidade e dominação.

Por um lado, é preciso concluir as tarefas a que se propõe o Estado moderno, qual seja, assegurar o monopólio estatal da violência. No Brasil, esta tarefa está inconclusa – tal como a democracia? – haja vista a sobrevivência de traços tradicionais no desempenho das agências encarregadas do controle repressivo dos crimes... Ao mesmo tempo, é preciso enfrentar as novas tarefas propostas pelo crime organizado, estar à frente dos acontecimentos, surpreender os delinquentes, o que supõe antes de tudo compromisso inexorável com a coisa pública e uma boa dose de eficiência administrativa (ADORNO, 2002, p. 305).

Além do tráfico que subverte o uso legítimo da violência ao qual o Estado, legitimado pela população, teria o monopólio, funcionários públicos como policiais e carcereiros usam a força e a violência de forma desproporcional e discricionária, provocando questionamentos acerca da legitimidade Estatal em exercer o seu poder.

Organizado em bases internacionais e empresariais, o crime compete com o Estado. O britânico David Garland sustenta a tese segundo a qual vem se observando uma transferência das responsabilidades públicas e estatais de controle do crime para as esferas do poder privado (ADORNO, 2002). Para Garland, de acordo com Adorno, “um dos mitos fundadores da sociedade moderna é o mito de que a soberania do Estado é capaz de prover segurança, lei e ordem, e controle do crime nas fronteiras de um território”. Ele sustenta que os problemas de segurança pública se tornaram de tal sorte complexos que as agências públicas e estatais se mostram insuficientes. Para que essas agências, em especial as policiais, se mostrem mais efetivas, prossegue Garland (ADORNO, 2002), apela-se “com mais e maior frequência para a comunidade, que assim se converte em parceria na prestação de serviços de segurança”.

A crítica de Garland tem endereço certo: a cultura de policiamento comunitário. Ele sustenta que supostas virtudes do policiamento comunitário – maior envolvimento de policiais com problemas locais – enfraquecem as tradicionais responsabilidades do poder público em suas atribuições exclusivas de executar policiamento preventivo e repressivo.

De acordo com Adorno, a privatização dos serviços de segurança representa uma tendência à erosão da autoridade estatal de controle do crime e da violência. O propósito de uma vida segura, neste contexto, passa a ser visto como um problema de ordem pessoal e não estatal e comum a todos. Essas empresas elaboram algum tipo de “política retributiva”, em velocidade quase instantânea, sem os elevados custos judiciais, diz Adorno.

...é o que se sucede com freqüência nos grandes estabelecimentos comerciais, em que vigilantes privados exercem alguma forma de sanção direta contra consumidores que praticam pequenos delitos de apropriação de mercadorias e bens. É essa modalidade de política retributiva, líquida e certa, que garante a crença junto aos cidadãos de que o mercado é mais eficiente do que o Estado na prestação dos serviços de segurança (ADORNO, 2002, p. 283).

Na área internacional, complementa Adorno, multiplicam-se agências de regulação internacional, em particular organismos da ONU e da Comunidade Européia, assim como se expandem os organismos policiais internacionais como a Interpol (Internacional Criminal Police Commission) e a DEA (Drug Enforcement Agency). Adorno vislumbra dois movimentos que vêm se consolidando: por um lado, os diferentes países são constrangidos a aceitar as orientações dos organismos reguladores internacionais e, por outro, “a inserção de qualquer país nesse processo leva necessariamente aos acordos bilaterais entre Estados-nação que implicam intercâmbio de atividades policiais, inclusive troca de informações normalmente sigilosas”.

A tese de enfraquecimento do poder do Estado como detentor do monopólio da violência e da força, embora sólida e consistente, está longe de ser consenso. De acordo com Adorno, Herbert (1999), por exemplo, sustenta que as estatísticas disponíveis revelam extraordinária expansão do Estado no controle do crime (embora seja relativamente comum a presença de empresas privadas no controle de penitenciárias nos Estados Unidos, na Inglaterra e, aos poucos, também no Brasil).

É justamente no campo prisional que se percebe a participação do Estado no exercício e na imposição da violência. É verdade que não de forma isolada e monopolizadora, porque, nesta área, já há significativa presença privada em países desenvolvidos e de economia aberta, mas diretrizes do encarceramento em massa em curso em algumas nações são definidas pelo Estado.

Os pesquisadores Fernando Salla, Maitê Gauto e Marcos César Alvarez, ao analisarem as contribuições de David Garland à sociologia da punição, argumentam que com a globalização não se tem mais necessidade de uma sociedade fundada na ética do trabalho e do previdencialismo penal, uma concepção generosa da punição, segundo a qual seres humanos que cometem crimes devem ser julgados e punidos sempre com a perspectiva inarredável da reabilitação.

Com base nessa nova percepção do mundo do crime, sustentam Salla, Gauto e Alvarez, leis foram criadas ou alteradas e as polícias e prisões passaram por processos de recomposição. A punição aos crimes assumiu novo rumo com a existência de leis associadas

ao “three strikes and you are out”, que se disseminaram em diversos estados norte-americanos e ampliaram a população encarcerada com a prisão perpétua. Ao mesmo tempo, prossegue, houve uma recolocação da pena de morte no debate público, que passou a conquistar a simpatia da população. Os efeitos dessa percepção são percebidos nos programas de policiamento urbano conhecido como “Tolerância Zero”, que se tornam paradigma para o que passou a ser entendido como “boa ordem” (SALLA; GAUTO e ALVAREZ, 2006).

Em detrimento do previdencialismo penal, limitou-se a conter e a imobilizar presos em poucos metros quadrados. Instituições que eram o aparelho disciplinador por excelência da sociedade, tornaram-se fortalezas destinadas a conterem miseráveis. O Estado é chamado a “abandonar o seu perfil de *welfare state* para assumir uma função meramente policial, *gendarme* do capital, garantidor das atividades de acumulação de capital”.

Fenômeno estrutural do capitalismo, a transformação se iniciou na Inglaterra e nos EUA, investigados por Garland, e ampliou-se para países periféricos como o Brasil, com repercussões sociais no mundo da criminalidade violenta, na área da segurança pública e nas taxas de encarceramento.

No mesmo período histórico, as taxas de aprisionamento multiplicaram-se nos EUA e na Inglaterra (GARLAND, 2008; WACQUANT, 1999). Na Europa e nos EUA, sobretudo a partir dos anos 80, declina o previdencialismo penal, que funcionou numa determinada realidade social que envolvia o Estado, uma estrutura específica de relações de classe e políticas econômicas e sociais interagindo com o mercado de trabalho e com as instituições do *welfare state*. Vivia-se uma prosperidade econômica associada ao fortalecimento das organizações de trabalhadores e de reduzido desemprego. (GARLAND, 2008).

A formidável produção da indústria possibilitava, no aspecto trabalhista, uma gigantesca demanda de mão-de-obra. Como consequência, a renda real dos trabalhadores era vitaminada pelo incremento salarial. Em paralelo, uma robusta rede de seguridade social proporcionava aos desempregados renda equivalente a até 80% do salário anteriormente pago (GARLAND, 2008).

Neste contexto econômico e social amigável, as taxas de encarceramento nos EUA e na Grã-Bretanha reduziram se cotejadas com o número de crimes registrados e de pessoas condenadas. No Estado keynesiano, a prisão era percebida como uma instituição problemática, necessária, embora contraproducente e desorientada com relação aos objetivos correcionais. Em contraposição ao encarceramento, na maior parte do século vigoraram, nos países de economia avançada da Europa, a aplicação de penas pecuniárias, o livramento

condicional e outras formas de supervisão comunitária em detrimento da política de aprisionamento em massa (GARLAND, 2008).

A partir das crises econômicas da primeira metade da década de setenta e as respectivas eleições da conservadora Margareth Thatcher, na Inglaterra, e republicano Ronald Reagan, nos EUA, o previdencialismo penal começa a ser colocado em xeque.

A inversão desta tendência nos EUA foi seguida do maior e mais consistente aumento das taxas de encarceramento observado desde o nascimento da prisão moderna, no século XIX. No período de 1973 a 1997, o número de pessoas presas nos EUA subiu mais de 500%. Igualmente marcante foi o aumento do número de condenações a penas privativas de liberdade (em oposição a penas alternativas) e da duração média das penas privativas de liberdade aplicadas – aumento este que persistiu por muito tempo, mesmo depois que as taxas oficiais de criminalidade assumiram tendência de baixa. Depois de um século no qual a tendência foi de alta nas taxas de criminalidade e baixa nas taxas de encarceramento, o período recente testemunhou o surgimento, primeiro nos EUA e, em seguida, na Grã-Bretanha, do fenômeno precisamente oposto – taxas de encarceramento crescentes e de criminalidade decrescentes (GARLAND, 2008, p.59-60).

A opinião dominante agora, sustenta Garland, é a de que a “prisão funciona” não como um mecanismo de reforma ou de reabilitação, mas como instrumento de neutralização e de retribuição que satisfaz as exigências políticas populares por segurança pública e punições duras. É também onde o Estado se torna eficiente, na área da segurança pública, no mundo globalizado. Como consequência, testemunhou-se nos últimos anos uma reviravolta na prisão:

Esta instituição, com longa história de expectativas utópicas e de tentativas periódicas de reinvenção – primeiro como penitenciária, depois reformatório e, mais recentemente, como estabelecimento correcional -, finalmente viu suas ambições reduzidas ao terreno da neutralização e da punição retributiva. No curso, porém, desta mudança de status, a prisão novamente se transformou. Ao longo de poucas décadas, ela deixou de ser uma instituição correcional desacreditada e decadente para se tornar um maciço e aparentemente indispensável pilar da ordem social contemporânea (GARLAND, 2008, p. 59-0).

Para o Garland, muitos dos problemas e das inseguranças intrínsecas aos EUA e Inglaterra são, ou serão em breve, “familiares a outras sociedades pós-modernas, mesmo que suas reações culturais”, que vivem sob a repercussão da superação do modelo fordismo/taylorismo. Aos poucos, a hipótese apontada por Garland é percebida no Brasil.

Nos anos 90, o Brasil, entre outros países do continente, abrigou experiências neoliberais e privatizantes, com suas ondas de desemprego e longos períodos de recessão econômica. Neste contexto, o aparato jurídico-penal desempenha um papel central na manutenção da ordem hegemônica atual. Como resultado, à semelhança do que ocorre nos EUA e Inglaterra, há um setor considerável da população sendo “vitimado pelo genocídio

oficial resultante do aprofundamento da ótica penal de controle social, viabilizada pela conjugação de diversos mecanismos ideológicos, políticos e econômicos, desde o fim da ditadura militar” (MENDES, 2006).

...observamos que a ascensão do que Loïc Wacquant chama de “Estado penal” é uma tendência global nas sociedades capitalistas contemporâneas. Em linhas gerais, trata-se de um fenômeno caracterizado pelo desmonte de políticas sociais implementadas no período de expansão fordista-keynesiano e pelo inchaço das políticas penais, com as quais se pretende não mais *corrigir* deficiências sistêmicas, mas, sobretudo, “neutralizar as reivindicações geradas pelo próprio modelo”, ao mesmo tempo em que as políticas públicas passam a ser exclusividade dos setores privilegiados. ... é fundamental voltar a nossa atenção para a sociedade norte-americana onde, mais uma vez, experimenta-se a criação pioneira de um novo modelo de resposta às contradições do capitalismo. Em especial numa conjuntura internacional onde os Estados Unidos exercem a liderança mundial com mãos-de-ferro, e se vangloriam por levar seu modelo político- institucional a todos os cantos do globo, através da ofensiva militar (WACQUANT apud MENDES, 2006, p. 22-3).

Neste capítulo, buscou-se apresentar, de forma sucinta e sem a pretensão de esgotar o assunto, a explosão da criminalidade violenta no país, a relação entre violência, exclusão social, democracia e direitos humanos e a mudança no controle do crime, temas que, entre outros, constituem a base sobre a qual a transformação do jornalismo policial se consolidou no Brasil nos últimos 20 anos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Em 1981, no dia do seu aniversário, o jornalista Jorge Waithers, então um dos principais repórteres da Editoria de Polícia de Zero Hora, foi convidado a entrar na sala de um comissário da Polícia Civil durante uma ronda realizada nas delegacias da Capital. Na repartição, já com a porta fechada, o policial anunciou para Waithers:

- Tenho um presente para ti.

Antes de imaginar o conteúdo do mimo que estava por receber, Waithers deparou com um estojo numa das mãos estendidas do policial.

- Faça bom uso – disse o homem ao entregar um revólver calibre 32 para o jornalista.

Para evitar que o aniversariante se prejudicasse em alguma altercação, o comissário alertou:

- Se tu usares isso, joga num riacho.

Não era arma roubada, acredita Waithers, porque a numeração permanecia imaculada.

- Mas se ele fez aquela recomendação, é porque a arma deveria ser mal-havida –, complementa o ex-repórter.

Sem o hábito de usar arma na cintura, Waithers manteve o revólver, descarregado, escondido num armário de sua casa, até se desfazer vendendo-o para um amigo.

Vinte e nove anos após o presente, Waithers acredita que o episódio não manchou a biografia do policial e muito menos a sua como jornalista. Na interpretação do profissional aposentado, aquilo fazia parte de uma cultura da cobertura policial no Rio Grande do Sul.

- Ele era um grande cara, um baita polícia – complementa, defendendo o policial que distribuía presentes de aniversários pouco convencionais.

A história contada pelo repórter que trabalhou entre 1973 e 1996 em Zero Hora (sendo 15 anos exclusivamente na Editoria de Polícia) é reveladora da relação mantida entre repórteres lotados na Editoria de Polícia e suas fontes, em especial policiais, até meados dos anos 80. Nas últimas duas décadas, uma transformação ocorreu na relação entre fontes e

repórteres de Polícia. Algo semelhante, hoje, seria impensável dentro da Redação de um grande jornal como Zero Hora. Além de ser questionado por seus pares, o repórter, hoje, que aceitasse uma arma de presente poderia ser ouvido pela corregedoria da Polícia Civil e investigado pelo Ministério Público, sem falar na possibilidade de que a informação alcançasse a internet e ganhasse o mundo, manchando a sua biografia profissional.

A partir de oito entrevistas com jornalistas que atuaram ou ainda atuam na editoria de Polícia de Zero Hora, serão discutidas neste capítulo as origens, as causas e as conseqüências das transformações na cobertura policial a partir da percepção dos profissionais. Os encontros mantidos pessoalmente entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, todos gravados com autorização dos entrevistados, duraram cerca de 45 minutos cada. As conversas seguiram um mesmo roteiro quase idêntico de perguntas, que tiveram pequenas adequações de acordo com algumas manifestações dos entrevistados. As íntegras das entrevistas fazem parte dos anexos do trabalho.

Fundada em 1964, o jornal Zero Hora, adquirido pelo grupo RBS em abril de 1970, é o líder em tiragem no Estado, com cerca de 180 exemplares diários, conforme dados do Instituto Verificador de Circulação. É o mais importante dos oito jornais da RBS, que, de acordo com o site do grupo, detém ainda 18 emissoras de televisão aberta (afiliadas à Rede Globo), duas emissoras de televisão comunitária, uma emissora segmentada focada no agronegócio, 25 emissoras de rádio e quatro portais na internet.

Veículo com tradição em reportagens gerais e policiais, ZH de certa forma tem seu DNA no jornal A Hora. Fundado em 1954 para tentar rivalizar com o austero e conservador Correio do Povo, da Caldas Júnior, era um periódico inovador, de feição popular e bem humorado com suas charges diárias, que apresentaria aos gaúchos a já prestigiada coluna A Vida Como Ela é..., de Nelson Rodrigues. A Hora se transformaria em Última Hora até, por fim, desaparecer abrindo espaço para ZH, logo após o golpe militar de 1964 (SCHIRMER, 2000 e 2002).

4.1 A ROTINA NA EDITORIA DE POLÍCIA

Entre os anos 70 e 80, período em que o Brasil vivia sob uma ditadura militar instaurada em 31 de março de 1964, a editoria de polícia de ZH assemelhava-se a uma delegacia da Polícia Civil: funcionava durante as 24 horas do dia, com esquema de plantão, tal qual operavam as delegacias, e repórteres, fotógrafos e motoristas circulavam pela Região Metropolitana em busca de ocorrências, alguns armados, feito policiais volantes a bordo de

viaturas. À semelhança das repartições, havia uma sala separada dos demais profissionais para que os funcionários da editoria de Polícia ouvissem rádios na frequência da Polícia Civil e da Brigada Militar.

A mimetização ia mais longe: repórteres vestiam jaqueta de couro, usavam capangas, alguns portavam carteira de policial e trabalhavam com revólveres, como recorda Milton Galdino, que atuou durante cerca de 25 anos como repórter policial de ZH. Pela descrição de Galdino, era como se o campo jornalístico (BOURDIEU, 1997) fosse engolfado pelo campo policial, dificultando a diferenciação de ambos os campos. Esta apropriação de um campo sobre outro resulta no num “processo especial de socialização” (CHIES; BARROS; LOPES e OLIVEIRA, 2005), com a assimilação de práticas, gírias, hábitos e costumes dos policiais pelos repórteres. Embora seja mais freqüente em instituições totais (GOFFMAN, 1990), como penitenciárias e manicômios, a assimilação de uma cultura, como ocorre com agentes penitenciários, por exemplo, em relação aos hábitos e costumes do cárcere, de certa forma também é percebido na relação repórter versus policial (CHIES; BARROS; LOPES e OLIVEIRA, 2005). É evidente, porém, que a socialização de agentes penitenciários, definida como prisionização (CHIES; BARROS; LOPES e OLIVEIRA, 2005), que passam dias “encarcerados” junto com presos, é mais intensa do que a experimentada por jornalistas.

De acordo com Galdino, muitas vezes ocorria um crime e repórteres, num trabalho paralelo ao da polícia, identificavam os responsáveis antes dos investigadores:

Era comum andar armado. Em muitos casos, era necessário. Se eu tinha informações de que determinado traficante está no morro, coisa e tal, eu ia, investigava e colocava no jornal. Eu ia no morro, com o meu fotógrafo, e lá eu podia levar um tiro. Nunca precisei dar tiros, mas já recebi tiros. Uma vez estávamos numa guerra contra o jogo do bicho. Era pau e pau, todos os dias. Na esquina da Rua Cristóvão Colombo com Coronel Bordini eu notei um carro atrás da nossa viatura, que era uma Rural. O que levamos de tiro não foi mole. Fomos surpreendidos, mas nem cheguei a disparar a minha arma (GALDINO, 2009).

A forma como Galdino define o veículo do jornal é sintomática. Não se trata do carro da ZH, mas sim de uma “viatura” usada, deduz-se, pelas forças auxiliares dos policiais. O depoimento de Waithers colabora para que se compreenda como se dava a relação entre policiais e repórteres da editoria:

...havia (nos anos 70) um certo conluio entre a polícia e os repórteres. Não se diferenciava uma coisa da outra. O repórter andava armado e fazia batida junto, inclusive há histórias de repórteres batendo em preso. Eu estive presente em situações assim, quando um repórter da Zero Hora bateu num preso algemado... Havia um comprometimento do pessoal da editoria, uma ligação forte, com policiais. Aquilo não cheirava bem. Eles tinham as informações, mas a que preço?

Tinham que passar a mão em cima de algumas coisas. Esse período foi de 1973, 1974 até o início dos anos 80 (WAITHERS, 2009).

Na frente de um suspeito, Galdino, 1m60cm, agigantava-se. Nas delegacias, aproximava-se de homicidas, traficantes, estupradores, fulminava-os com seus olhos azuis e, destemido, iniciava conversas que, hoje, define como “enérgicas”. Na linguagem e na forma, as entrevistas assemelhavam-se a oitivas:

Tu tinhas de conversar com o vagabundo seriamente, com energia. Tu não podia dizer: por favor, o senhor pode dizer o seu nome. Tinha de chegar e dizer: vem cá, cara, qual é a tua? Qual é o teu nome? Tinha que ser enérgico. Nunca dei mole para bandidos. Falava com eles de igual para igual (GALDINO, 2009).

Dos editores, repórteres ouviam a orientação para retornar à Redação com a história completa, o que significava uma foto ou um boneco (reproduções de documentos como carteira de identidade). E para conseguir uma boa história, conta Galdino, quase não havia limites:

Eu tinha amigos na polícia. Levava uma garrafa de uísque para eles, convidava para jantar. O policial era teu amigo. A convivência do repórter com o policial era fundamental: ele era teu amigo (GALDINO, 2009).

O policial, portanto, não era apenas uma fonte, mas um amigo, um companheiro, um parceiro de festas e jantares. O que se torna um problema. Como jornalistas tendem a construir relações de confiança, terminam compartilhando “os pressupostos de suas fontes e passam a habitar o mundo definido pelo olhar policial” (ROLIM, 2006). Na interpretação de Rolim, o processo de produção da informação, nesta circunstância, nasce torto porque o repórter receberá da sua fonte, no caso, um policial, uma parte das ocorrências criminais, que será apresentada aos leitores do jornal como o todo, gerando uma distorção irreversível – por mais honesto e correto que sejam repórter, editor e o veículo como um todo. Rolim comenta:

Caso os jornais não tivessem setoristas de polícia e destacassem profissionais para cobrir os crimes a partir dos tribunais, por exemplo, teríamos um quadro bastante diverso e, seguramente, distorções de outro tipo. O que deveríamos lembrar é que todo o olhar sobre qualquer fenômeno é um olhar situado. Vários olhares, a partir de diferentes lugares e pressupostos, oferecerão sempre, por isso, melhores condições para uma cobertura adequada. Cobertura criminal, então, não pode ser o mesmo que jornalismo feito com a informação oferecida pela polícia ou por qualquer uma das agências envolvidas de maneira isolada (ROLIM, 2006, p. 207-8).

O depoimento de Tibério Vargas Ramos, que foi repórter e editor de Polícia na Caldas Júnior, entre os anos 70 e 80, e de Zero Hora, entre 1980 e 1990, destoa dos demais num aspecto interessante: ele questiona a postura supostamente colaboracionista dos repórteres de Polícia com a polícia. Se por um lado é verdade que a editoria atraiu profissionais comprometidos com uma visão “policialesca” dos fatos, também é realidade, diz Ramos, que jornalistas politizados e comprometidos com os direitos humanos preferiram ser deslocados para a cobertura criminal porque era a editoria que sofria menos vigilância dos órgãos repressivos. Ramos diz:

Como havia censura (ditadura militar), muitos jornalistas migraram para a Polícia e para o Esporte. Quem foi para a editoria de Polícia queria contar histórias. Esse é um momento importante da cobertura policial... Em plena ditadura, ZH publicou o caso das mãos amarradas. Quem fechou a Ilha do Presídio, o Porão da Oitava DP, foi a reportagem policial, não foi o Ministério Público. Esta reportagem policial, que eu tento defender, de certa forma batia de frente num grupo, mas fazia concessão a outro. A polícia tinha dois grupos: da corrupção (propina) e o de repressão (pau). De certa forma, a gente tinha uma convivência melhor com o grupo duro, que não tinha nada que ver com o DOPS. Era o grupo duro da repressão criminal (RAMOS, 2009).

4.2 O DUPLO EMPREGO E O REPÓRTER POLICIAL

Desde a fundação do jornal Zero Hora, em 1964, a empresa permitia outra atividade além da exercida como jornalista. A rigor, o duplo emprego era uma rotina na maioria das redações do país. A prática foi quase que totalmente abolida (permite-se determinados tipos de atividades paralelas como, por exemplo, professor universitário) em ZH no início dos anos 90, quando o jornalista Augusto Nunes trocou o centenário Estado de São Paulo, um dos mais tradicionais e prestigiados periódicos do país, pela direção de Redação de ZH, em 1992. O mais comum na dupla jornada realizada por jornalistas era a função de assessor de imprensa de algum órgão público ou privado e, em paralelo, a de editor ou repórter dentro da redação. Até a década de 70, porém, havia policiais que atuavam como repórteres.

Naquele período, conta Waithers, alguns predicados essenciais da atividade jornalística, como domínio da língua portuguesa, eram colocados em segundo plano em função da capacidade de apuração supostamente privilegiada de comissários e escrivães de polícia que literalmente faziam bico como repórteres. Além das fragilidades ortográficas, que eram minimizados por redatores, nos casos de denúncia envolvendo policiais, os investigadores/repórteres assumiam compromisso com seus pares policiais, no que sugere um

comportamento corporativo, colocando a verdade factual e o comprometimento social em segundo plano. O relato de Waithers mostra como esta relação se dava na prática:

Tinha vários colegas que eram policiais. Tinha um colega, que também era comissário de polícia, mas não sabia escrever. Ele fazia o plantão da madrugada. Ele chegava de manhã, a gente pegava o relatório dele e escrevia. Mas ele dizia: “eu não escrevo contra colega”. Então, se tinha algo envolvendo policial, ele não nos passava a história (WAITHERS, 2009).

Embora houvesse policiais atuando como repórteres, a atividade paralela mais comum realizada pelos jornalistas ocorria, como já referido, nos limites da própria profissão, como assessoria de imprensa em órgãos ligados à área da segurança. Galdino, por exemplo, que se orgulha de ser um dos poucos jornalistas a transitar com desenvoltura na sede da Superintendência da Polícia Federal na década de 70, período em que o Brasil vivia sob ditadura militar, sempre teve dois empregos como jornalista. Entre 1979 e 1984, atuou na Secretária da Secretaria da Segurança Pública. Depois, migrou para outras funções, sempre em órgãos públicos, até se aposentar como diretor de imprensa do Ministério Público, em 1992. A proximidade com o poder permitia a Galdino alguns privilégios que a redação, de certa forma, não só tolerava como se beneficiava. Galdino conta que inúmeras vezes utilizou seu prestígio para auxiliar profissionais do jornal a resolver algum tipo de pendência com os órgãos de segurança durante os governos militares. Editor de Cultura de Zero Hora, Luiz Pilla Vares, marxista e militante de esquerda, que se tornaria, após a ditadura, secretário da Cultura em Porto Alegre e no Estado durante governos do PT, teria sido um dos ajudados por Galdino. O jornalista conta:

Eu fui o primeiro repórter a cobrir a Polícia Federal. Eu tinha livre acesso à PF e acabei fazendo grandes amigos lá dentro. Então, os colegas nos pediam favores. Uma vez, o Pilla Vares (Luiz Pilla Vares), editor de Cultura, recebeu um convite para ir ao Oriente Médio, mas não tinha passaporte. Ele era comunista, esquerdista, toda polícia o conhecia. Como o Pilla ia ter passaporte? Além disso, ele não tinha certificado de reservista. Então, fui chamado para conseguir um passaporte para o Pilla. Fui lá e consegui o passaporte para o Pilla. O compromisso era o seguinte: quando o Pilla retornasse, eu devolveria o passaporte. Foi o que aconteceu (GALDINO, 2009).

A versão de Galdino não pôde ser apresentada a Pilla Vares, que morreu em outubro de 2008.

Mais do que trabalhar para sobreviver, a prática jornalística dentro de uma redação de jornal, e a reportagem em particular, são opções de vida, que repercutem física e psicologicamente nas vidas dos profissionais. Não há originalidade nesta definição,

compartilhada com referências entre jornalistas como Ricardo Kotscho (1989). Para produzir um material que respeite seus leitores, com informações precisas e exclusivas, trabalha-se à exaustão até o final de uma edição. Quando a jornada está concluída e as rotativas a imprimir o jornal que estará nas mãos dos leitores, na manhã seguinte, começa tudo de novo, numa infinita ordenação da novidade e rotinização do inesperado (DINES, 1986).

O jornalismo, em qualquer das suas manifestações, busca satisfazer a três necessidades do espírito humano: busca informar-se do novo, do imprevisto, do original e recordar-se do passado, “do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória”, em segundo lugar, “receber uma mensagem de advertência ou orientação”, ou seja, “alertar-se para o futuro, para a ação e, por fim, entreter-se, descansar das preocupações no humor, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte” (BELTRÃO, 1992, p. 75).

Sob o ponto de vista ético, o jornalismo busca “conseguir a verdade pela objetividade das notícias”, embora possa não realizá-lo plenamente (JOBIM, 1992).

Pela sua própria natureza, a informação jornalística é superficial, colhida e redigida apressadamente. O jornalista não pode esperar tranquilamente que a verdade saia do fundo do poço. Desce ao fundo e vai surpreendê-la, de câmara a tiracolo, mas se limita a fotografar aquela que, conforme lhe segreda o instinto, deve interessar mais aos seus leitores (JOBIM, 1992, p. 56).

É lícito supor que a jornada dupla, com profissionais dividindo a energia com outras atividades e comprometem-se com interesses que não a verdade factual dos fatos, fragiliza a qualidade e a precisão das informações prestadas por um veículo.

4.3 UM GRUPO ESTIGMATIZADO NA REDAÇÃO

Ponte entre a redação e a vida marginal, repórteres de Polícia sofriam preconceito pelo trânsito no submundo e pela proximidade com policiais – figuras nem sempre afáveis num período em que inexistiam garantias constitucionais e vivia-se sob o arbítrio. Todos os jornalistas entrevistados que atuaram até os anos 80 (ou a partir dos anos 80), uma década, como se verá mais adiante, decisiva para as profundas transformações vivenciadas pela editoria, dizem que profissionais lotados naquele setor eram estigmatizados pelos demais colegas.

Ramos comenta como os demais jornalistas da redação os tratavam:

Com certa discriminação. Na Caldas Júnior nós vencemos esta discriminação. O Antônio Gonzales, na época editor e presidente do Sindicato dos Jornalistas, era um cara respeitado. Ele também era coordenador do Departamento de Jornalismo da Famecos (Faculdade dos Meios de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Enfim, até pela qualidade do nosso texto, nós vencemos. Agora, na Zero Hora tinha preconceito. O Segundo Caderno, a Economia, eu tinha a sensação que nos achavam de segunda categoria (RAMOS, 2009).

Waithers e Galdino, que concordam com a visão sobre o preconceito, são mais enfáticos ao analisar a relação da editoria de Polícia com as demais. Para Waithers, ele e seus colegas eram vistos como um “corpo estranho”, “a lixeira do jornal”, algo necessário, de altíssima leitura, mas demasiado pesado e incômodo para carregar. Conforme Galdino, os jornalistas eram “muito mal vistos” porque o círculo de amigos dos repórteres “estava dentro da polícia, na área da segurança pública”.

Renato Dorneles, que trabalhou sete anos na editoria, entre 1986 e 1999, corrobora as visões anteriores. Em sua opinião, os repórteres da editoria eram considerados a “banda podre” da Redação. Dorneles explica:

Era o baixo clero, a banda podre. A editoria de polícia abrigava os malditos. A Redação não nos via como jornalistas iguais a eles. É claro que não era regra, mas a maior parte da Redação eu acho que nos via assim. Muitos achavam que por trabalhar direto com os caras (policiais) podíamos intermediar carteira de habilitação, porte de armas, etc. Pessoas de dentro da empresa pediam para fossem executados favores. Isso quando não pediam para falar com delegados para aliviar conhecidos. Eram pedidos comuns (DORNELES, 2009).

4.4 UM MARCO DA TRANSFORMAÇÃO

Como se perceberá ao longo desta narrativa, o fim da ditadura militar, em 1985, a Constituição de 1988 (um marco da redemocratização do Brasil) e a explosão da criminalidade violenta foram elementos-chave na mudança da cobertura, mas quando esta transformação começou a ganhar corpo?

Os limites entre o velho e o novo dentro de uma redação de jornal nem sempre são visíveis. Na rotina de um jornal, práticas ultrapassadas sobrevivem em contextos inovadores, dificultando a percepção do exato momento em que metamorfoses se iniciam.

A partir dos relatos de colaboradores e ex-colaboradores de ZH, um dos depoimentos ajuda-nos a identificar um momento que, acredita-se, possa ter sido um marco. De acordo

com Tibério Vargas Ramos, no início dos anos 80, ocorre um fato relevante no jornalismo policial gaúcho. Vilmo Medeiros, então editor de Polícia da ZH, deixa o jornal e passa a trabalhar na Caldas Júnior. No seu lugar, assume José Antonio Ribeiro, que trabalhava na Caldas Júnior. Com Vilmo, também migram para a Caldas Júnior alguns dos principais repórteres da editoria de Polícia de ZH. Ramos detalha:

Com a saída do Vilmo Medeiros, e sua equipe, com viés policialesco, acontece uma grande mudança na ZH. Eles se vestiam como policiais, tinham a gíria de policiais, usavam revólver na cintura como policiais. Então, quando ZH resolve romper isso, ela busca um editor de Esportes para a polícia. O novo editor, o Gago (José Antonio Ribeiro), não decide como será feita a reportagem policial, mas seleciona uma equipe cujo resultado é a reportagem policial que surge na ZH muito próximo do conto, com o Clóvis Ott e outros repórteres. Isso acontece em 1980. Muitas coisas no jornalismo são conseqüências, não são coisas bem pensadas. Elas acontecem. O Armando Burd, que era chefe de reportagem da Caldas Júnior, tinha uma afeição com essa turma que fazia reportagem policial na ZH. De um dia para a noite, vão todos os repórteres da Caldas Júnior para Zero Hora. E o pessoal da ZH foi para a Caldas Júnior (RAMOS, 2009).

A troca alterou padrões de comportamento dos repórteres, mas não foi capaz de transformar por completo uma cultura arraigada na editoria. Ao longo da maior parte da década de 80, o novo e o velho conviveriam juntos na editoria de Polícia de Zero Hora. Aos poucos, repórteres não mais portariam armas, policiais deixariam de ser aceitos dentro da Redação, mas velhas práticas demorariam a ser sepultadas. Os direitos dos suspeitos, por exemplo, continuariam em segundo plano. Acontecimentos políticos, sociais e econômicos na vida do país, ao longo dos anos 80, consolidariam a mudança iniciada de forma quase acidental na editoria de Polícia de ZH, no início da década.

4.5 AS NOTÍCIAS E AS FONTES

Até meados da década de 80, homicídios e assalto a bancos eram os crimes que mais interessavam à editoria. De acordo com Galdino, para realizar a cobertura dos assuntos de polícia o repórter tinha de conhecer três idiomas: “a gíria do vagabundo, a gíria da polícia e a gíria do populacho”. Na opinião de Galdino, crimes contra a vida, “porque não há nada mais importante do que a vida”, eram os que mais tinham leitura e, por via de conseqüência, os que mais motivavam matérias.

Repórter especial e colunista de segurança de ZH, Humberto Trezzi, amigo de antigos repórteres de Polícia, relata episódios contados por ex-colegas que se assemelham a ficção. Uma das diversões de repórteres e editores na Redação era dar apelidos aos suspeitos –

quando a polícia não os inventava. Se alguém tinha orelha grande, o chamavam de Orelhas de Abano. Se a cabeça era avantajada, ganhava alcunha de Cabeção. Se a testa se destacava, virava Testudo. A invenção não conhecia limites. Se os fatos não eram surpreendentes o suficiente, a realidade era adequada ao interesse jornalístico, o que significava agregar “molho” à história. Em bom português, inventavam coisas. Trezzi relata o que ouviu de um repórter:

Tem um episódio notório, que envolve um colega ainda na ativa, que descobriu que dois irmãos haviam se matado em Alvorada. O jornal estava mal de matéria naquele dia e então resolveram colocar um molho na história. Decidiram chamar o episódio de duelo ao entardecer. Mas o negócio não havia sido marcado. Eles tiveram um problema, discutiram e acabaram se matando numa troca de tiros. Mas o jornal esquentou a história, inventou e ficou por isso mesmo. As pessoas, caso aparecessem para reclamar no dia seguinte, eram destratadas. Era impressionante. Nos anos 80, isso começou a mudar (TREZZI, 2009).

A história reforça uma tese segundo a qual o conceito fundamental da veracidade da informação sofreu alteração. Um fato é verdadeiro, analisa Ignácio Ramonet, “não porque obedeça a critérios objetivos, rigorosos e confirmados pela fonte, mas simplesmente porque outros meios de comunicação repetem as mesmas informações e as “confirmam” (RAMONET, 2001). Ramonet que dizer que se um veículo repercutir uma história apresentada por outro, desaparecem eventuais dúvidas em relação à veracidade dos fatos. Na opinião de Ramonet, a informação é substituída pela confirmação. Se a televisão (a partir de uma mensagem ou de uma imagem de agência) apresenta uma notícia e a imprensa repercute, basta para dar crédito a ela como verdadeiros. É, portanto, cada vez mais difícil para a mídia distinguir, estruturalmente, o verdadeiro do falso (RAMONET, 2001, p. 134). Para todos os efeitos, a tal história do duelo narrada por Trezzi, que provavelmente tenha repercutido em programas de rádio e televisão ao ser publicado por Zero Hora, tornou-se um fato verdadeiro e inquestionável.

À exceção de matérias especiais, feitas em finais de semana ou transformadas em séries de reportagens, raramente eram ouvidos sociólogos, psicólogos, psiquiatras ou antropólogos para contextualizar assuntos e problematizar abordagens. O que nem sempre é garantia de profundidade na abordagem de determinado assunto. É preciso levar em consideração que não é incomum a utilização de especialistas com o intuito apenas de legitimar teses pré-concebidas, como os próprios entrevistados reconhecem.

As fontes dos repórteres eram, quase sempre, delegados, investigadores, PMs e advogados e, com menos frequência, magistrados e promotores, limitando-se ao campo

policial. Com relativa autonomia, com regras e valores próprios, o habitus do campo policial, com sua visão de mundo particular, era irradiado para a sociedade via fonte principal de veículos como ZH. Já nas matérias especiais, mais trabalhadas, diz Ramos, eram entrevistados profissionais que integram o campo do controle do crime, composto, além de policiais civis e militares, sociólogos, advogados, juízes e promotores, que até hoje se constituem nas principais fontes dos repórteres que cobrem a área.

Nestes casos, as pautas tinham quase sempre objetivo de esmiuçar um determinado assunto relevante, apresentando um formato diferenciado para determinado caso. Raramente assuntos relacionados à política de segurança e violência urbana de forma mais ampla viravam matéria.

Zero Hora começou a utilizar sociólogos e antropólogos principalmente em reportagens especiais de domingo com Mário Rota e João Carlos Rodrigues, a partir de 1985. Ficava uma agenda de especialistas, quase sempre os mesmos. Sociólogos são dois ou três, psicólogos outros dois ou três. É uma coisa que acontece muito na reportagem policial e no jornalismo como um todo. A repetição de fontes (RAMOS, 2009).

4.6 SEM CRITÉRIOS PARA PUBLICAR NOMES

Quando Renato Dorneles começou a trabalhar em ZH, em 1986, um processo irreversível de mudança estava em curso. Algumas práticas, porém, se mantinham inalteradas. Para publicar no jornal o nome e a foto de alguém suspeito de crime, por exemplo, bastava apenas a palavra de um representante da polícia, não necessariamente o delegado. Dorneles comenta:

Não havia nenhum critério (para publicar nomes de suspeitos). Se não fosse ninguém importante, publicava-se com a maior irresponsabilidade. Não havia nenhuma preocupação (DORNELES, 2009).

Como consequência, uma prisão bastava para que biografias fossem manchadas. O poder quase absoluto do delegado da Polícia Civil era transposto para as páginas policiais dos veículos. Professor da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Ramos reconhece que inexistiam critérios objetivos. Se a pessoa era presa, publicava-se no jornal nome, sobrenome, apelido e, se fosse possível, foto, recorda Ramos. Se um investigado por homicídio era detido, virava homicida. Se um suspeito de estupro era identificado por uma vítima, tornava-se estuproador. Era um jornal de certezas, sem espaço para dúvidas, o que começa a mudar, analisa Ramos, a partir dos anos 90.

A ausência de critério potencializava equívocos, como o relatado por Dorneles num episódio que ele lamenta até hoje:

Em 1987 ou 1988, houve a morte de um professor de Educação Física na Rua José Bonifácio. Um ou dois dias depois, foi preso um cidadão que estava mexendo no carro dele e, na frente, estava o carro do tal professor. A polícia o prendeu dizendo que ele estava retirando coisas do carro do professor e colocando dentro do carro dele. A polícia nos chamou e disse: prendemos o matador do professor. Fiz a matéria, com foto: “Preso matador do professor de Educação Física”. O cara só chorava e dizia que não tinha nada a ver com aquilo. Um mês depois, jovem confessou a morte do professor. Na matéria, não fizemos referência a anterior. No dia seguinte, apareceu um cara, humildemente, querendo falar comigo. Ele pegou a reportagem em que aparecia como matador do professor universitário e disse: sou esta pessoa aqui. Conte a história para o meu editor e, no dia seguinte, saiu uma nota de cinco linhas como correção (DORNELES, 2009).

Embora os profissionais consultados reconheçam que não havia critérios para publicação de nomes e fotos (ou, de outra forma, que o critério era quase sempre estabelecido pela polícia), este aspecto não é visto como negativo por todos. Waithers, por exemplo, defende a divulgação das identidades de suspeitos nos moldes de antigamente. O ex-repórter acredita que o jornal deve promover a “execração” de supostos traficantes, o que não estaria ocorrendo nos dias atuais porque, muitas vezes, nomes são omitidos de determinadas matérias para evitar processos e ações indenizatórias. Waithers comenta:

Qual a contribuição que tu podes dar para a tua comunidade se não publicas o nome das pessoas? Como tu vais execrar um indivíduo, por exemplo, que vende crack? Ele deve ser execrado. Publicar a cara dele no jornal é o mínimo que se pode fazer. Naquela época isso não existia. A gente publicava quase tudo. Só não publicávamos foto de menores. Neste caso, usávamos uma tarja bem pequena, quase um tapa-olho. Era para identificar mesmo, para que soubessem que aquela pessoa era perigosa (WAITHERS, 2009).

Na segunda metade dos anos 80, Dorneles aponta um episódio, seguido por intensa cobertura jornalística, que pode ser visto com um outro marco da nova editoria de polícia que era gestada no ventre da Redação. Trata-se do Caso do Homem Errado.

Na noite de 14 de maio de 1987, em meio a um assalto com reféns a um supermercado na Avenida Bento Gonçalves, em Porto Alegre, um homem negro foi preso pela Brigada Militar pelo suposto envolvimento no crime. O fotógrafo Ronaldo Bernardi, que cobria o crime para ZH junto com repórter Darci Demétrio, flagrou o homem vivo, dentro de um Fusca da BM, com os olhos assustados e a boca suja de sangue, sendo custodiado por PMs. Horas depois, ele apareceria morto no Hospital de Pronto Socorro. Como um suspeito poderia

sair vivo de um local, com ferimentos leves, e aparecer executado a tiros? O homem havia sido baleado a caminho do hospital.

O assassinato, algo por si só gravíssimo, se tornaria um escândalo nacional quando repórteres do jornal descobriram, posteriormente, que o homem se chamava Júlio César de Melo Pinto, tinha 30 anos, era operário, trabalhava com carteira assinada e jamais tinha se envolvido em crimes. Graças a uma apuração exaustiva da equipe de reportagem, descobriu-se, ainda, que minutos antes de ser preso, Pinto havia saído de casa para ver o que estava acontecendo nas redondezas. Próximo ao assalto, o jovem, que era epilético, sofreu uma convulsão e machucou o rosto. Sem documentos, foi confundido com os criminosos, agredido, preso e, por fim, abatidos a tiros por PMs.

A cobertura do Caso do Homem Errado, como o episódio ficou conhecido, repercutiu em todo o país e expôs uma das tantas execuções de inocentes por policiais. Sem a presença da imprensa, Pinto poderia ser até hoje apenas mais um “bandido morto em confronto” com as forças policiais. Em novembro de 1988, seis dos oitos policiais denunciados foram condenados pela Justiça Militar. Apenas dois réus apareceram para o julgamento. Os outros estavam foragidos. O episódio flagrado por Bernardi era institucionalizado no país. Como no Rio Grande do Sul, esquadrões da morte formados por policiais civis e militares dispostos a executar cidadãos a revelia da lei tornaram-se conhecidos em outros Estados. O caso mais emblemático, contado pelo repórter Caco Barcellos, envolve a Polícia Militar de São Paulo. Nos anos 80, Caco investigou ações fora-da-lei das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), um grupo de elite da PM paulista. O jornalista transformou a sua apuração no livro *Rota 66 – A história da polícia que mata*, editado em 1992. Os relatos assustadores que constam no livro de Caco assombraram o Brasil e resultaram em profundas transformações na PM de São Paulo. No Estado, Dorneles comenta o significado daquela cobertura:

A imprensa, a empresa, os profissionais e a conjuntura mudaram (nos anos 80). Os pilares da mudança são a redemocratização e ação dos direitos humanos, que começaram a se voltar mais para os presos comuns. Os repórteres estavam vendo que ali estava um filão. Antes, morria um preso, eram um preso a menos. Era aquela visão na editoria de Polícia: bandido bom é bandido morto. Depois, passou a mudar. Em 1987, houve o famoso caso do homem errado, que se tornou um marco no jornalismo policial (DORNELES, 2009).

4.7 A REDEMOCRATIZAÇÃO, A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A CRIMINALIDADE VIOLENTA

Aos poucos, práticas inovadoras são incorporadas à rotina das redações. Como Dorneles, outros entrevistados identificam o fim da ditadura militar, marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, e a nova Constituição Federal, proclamada por uma assembléia constituinte, em 1988, como acontecimentos históricos e sociais que vitamínaram um novo jeito de cobrir assuntos policiais.

Conforme Galdino, a Constituição de 1988 repercutiu nas redações. Se os profissionais estivessem trabalhando como no passado, diz o jornalista aposentado, “o jornal já teria quebrado com as indenizações porque os direitos humanos, hoje, restringem uma série de coisas”. Embora demasiado simplista, a análise de Galdino identifica a carta magna como um marco relevante.

O jornalista Humberto Trezzi, repórter de ZH há 21 anos, iniciou sua carreira profissional no período em que um novo tipo de cobertura hegemonizava a área policial. A interpretação de Trezzi acerca de transformação é mais complexa do que a apresentada por Galdino. Trezzi acredita que com a redemocratização do país, a defesa dos direitos humanos na área policial e a Constituição de 88 impulsionaram transformações em todos os grandes veículos impressos do país.

Com a redemocratização do país, aquilo que a polícia diz não é mais lei. Até os anos 80, o que a polícia dizia era lei. Hoje, se relativiza isso. Por que? Toda uma geração viu colegas ou irmãos mais velhos serem presos durante a ditadura em função de falarem o que pensavam. Então, a polícia passou a ser vilã. Hoje, mesmo quando a polícia age certo, a gente tem dúvidas. Isso tem a ver com a redemocratização do país (TREZZI, 2009).

Como consequência, acredita Trezzi, jornais foram migrando suas coberturas para a área da segurança pública, com forte presença de elementos políticos nas abordagens – algo que se iniciou na década de 90 e se intensificou a partir dos anos 2000. Na interpretação de Trezzi, a criminalidade também aumentou e se transformou. O avanço da criminalidade em direção a classe média fez com que aumentasse o peso da cobertura voltada para a classe média.

Como consequência, um outro perfil profissional e um outro tipo de abordagem ganham espaço nas redações. Trata-se de um fenômeno nacional (RAMOS e PAIVA, 2007) que se consolidaria nos anos 90.

Para que se faça um paralelo, no Rio de Janeiro, sempre uma referência quando o assunto é jornalismo e violência urbana, grandes reportagens denunciavam o poder das quadrilhas e ação de policiais corruptos e violentos. No Jornal do Brasil, textos assinados pelos repórteres Renato Garcia e Antônio José Mendes, revelavam aos cariocas o quanto traficantes movimentavam de dinheiro com seus negócios criminosos (MOLICA, 2007). Suas matérias explicitavam, ainda, a expansão do poder do tráfico, que, àquela altura, já ditava normas de comportamento nas favelas cariocas. O jornal O Globo, por sua vez, revela aos seus leitores um esquema chamado “kit ladrãozinho”, uma “espécie de cesta básica do policial corrupto” (MOLICA, 2007). O Dia, concorrente do JB e de O Globo, a editoria de Polícia tornou-se quase que uma editoria destinada a investigar policiais. Molica comenta:

A denúncia de que um funcionário da Fiocruz, Jorge Antônio Careli, morrera em dependências policiais por ser confundido com um bandido fez com que Barros (Jorge Antônio Barros) resolvesse apurar a existência de casos semelhantes. E se deparou com outros 161 Carelis (MOLICA, 2000, p. 15).

Embora seja um fenômeno nacional, em ZH a consolidação da nova editoria de Polícia coincide ainda com a chegada de Augusto Nunes. Como abordado anteriormente, Nunes, que trocou o Estado de São Paulo por Zero Hora, em 1992, implantou inovações como acabar com o duplo emprego (algo comum em todas as editorias) e extinguir a editoria de Polícia, que acabaria sendo absorvida pela editoria de Geral, nos moldes do que ocorria no Rio e em São Paulo. Funcionário de ZH há 27 anos, o repórter especial Carlos Wagner, que em 1993 começou a cobrir assuntos relacionados a crimes, comenta o papel de Nunes na implantação de um novo perfil de cobertura policial:

Augusto Nunes assume a Redação como fruto da redemocratização do país. Uma das primeiras coisas que o Augusto Nunes fez foi demitir quase todos os repórteres que cobriam Polícia e acabar com a editoria, que foi incorporada pela editoria de Geral. A partir daquele momento, a editoria se abriu e outros repórteres começaram a produzir matérias na Polícia. A democratização significou que a ZH não precisava mais do entulho autoritário na polícia. O jornal não precisava mais dessa gente. As duas editorias mais atingidas com a redemocratização foram a Polícia e a Política. Uma fazia o crime bruto e outra o crime de colarinho branco. Esses dois pilares do autoritarismo na Redação precisam ser analisados juntamente (WAGNER, 2010).

As novidades implantadas por Augusto Nunes têm uma interpretação distinta para quem atuou nos anos 70 e 80. Galdino, por exemplo, ao contrário de Wagner, sustenta que Nunes acabou com o “jornalismo investigativo” que supostamente havia na editoria. Em tom

crítico, Galdino opina sobre a passagem de Nunes e as inovações trazida pelo novo diretor de Redação:

Ele colocou metade do pessoal para rua. Mudou o tipo de cobertura também. Não se fez mais jornalismo investigativo. Não se tem mais convívio com a polícia, que é um convívio necessário. Eu saía com o pessoal para jantar, ia a festas da polícia. Eles eram nossas fontes (GALDINO, 2009).

O fato é que, com a nova direção de Redação e com novos atores, a editoria consolida uma mudança que se iniciara em meados dos anos 80. Embora algumas práticas sejam culturalmente mantidas, como se verá mais adiante, repórteres já não trabalham mais armados. Delegados, policiais e advogados não são quase as únicas fontes de repórteres. O contraditório, aos poucos, passa a ser respeitado, criando-se critérios mais objetivos para a publicação de nomes de suspeitos e questionando o poder (não mais absoluto) da polícia.

Conforme Wagner, Augusto Nunes trouxe para Zero Hora a iniciativa de contar histórias. Na prática, diz um dos mais antigos repórteres em atividade no jornal, era uma grande história por dia, com casos sendo bem contados.

Humberto Trezzi aponta um outro aspecto importante na análise do novo perfil jornalístico instituído em ZH. Na avaliação de Trezzi, drogas e roubo de veículos, dois dos grandes problemas que atingem a classe média, compradora de jornal, passam a ser mais profundamente abordados. Por outro lado, prossegue Trezzi, assaltos em ônibus e ações de batedores de carteiras quase não são mais notícia em ZH porque o tema já não estaria comovendo seus leitores. Trezzi complementa a sua análise:

O leitor da Zero Hora não anda de ônibus, não transita pelos arredores do Mercado Público. O leitor de Zero Hora anda de carro, com ar condicionado ligado. A cobertura está adequada ao tipo de público que o jornalismo buscou. Se o público era mais povão e classe média baixa até os anos 80, hoje ele é mais classe média. O que atinge o umbigo da classe média: o filho dele na escola, à mercê dos traficantes, e o carrinho dele, comprado sabe-se lá em quantas vezes (TREZZI, 2009).

Um elemento relevante na manifestação do jornalista é o fato de salientar que a fatia da realidade escolhida e apresentada pelo jornal, nos dias atuais, visa a construir uma realidade simbólica que atende aos interesses dos indivíduos de classe média.

A rotina da editoria também sofre modificações que se tornaram, na última década, cada vez mais radicais. Abandonou-se o esquema de plantão 24 horas, todos os dias da semana, que mantinha um repórter quase que em tempo integral monitorando rádios com frequência na polícia, e colocou-se em desuso a “ronda” nas delegacias da Polícia Civil –

ocasião em que um repórter, um fotógrafo e um motorista visitavam delegacias da Capital e Região Metropolitana, conversavam com plantonistas, investigadores, comissários e delegados, liam boletins de ocorrência e só retornavam para a Redação quando identificavam uma “boa pauta”.

A editoria, que somava 12 repórteres, foi lentamente enxugada. Hoje, apenas dois profissionais atuam quase que exclusivamente na área policial, além de outros dois repórteres especiais (um deles colunista na área da segurança pública) que também escrevem para editoria de Polícia com frequência, embora produzam reportagens para outras editorias do jornal. José Luis Costa, um dos repórteres exclusivos da Polícia, comenta:

A cobertura está muito focada na questão da segurança pública de um modo geral. Tempos atrás, no começo dos anos 2000, a gente fazia rondas, dava telefonemas para as delegacias, muitas vezes ia pedir para olhar as ocorrências. Hoje, é uma cobertura mais macro, onde tu acompanha a evolução da criminalidade de uma forma mais ampla, como, por exemplo, investimentos em presídios (COSTA, 2010).

Um exemplo do que José Luis Costa diz pode ser encontrado em edições como a do dia 4 de maio de 2008, quando foi publicada a reportagem *Anatomia da impunidade*. Num trabalho que envolveu 13 repórteres, o jornal apurou, um ano depois, o andamento de todos os inquéritos referentes a 181 assassinatos ocorridos no mês de abril de 2007, no Rio Grande do Sul. As revelações produzidas pelos jornalistas podem servir de base para pesquisas acadêmicas e, se houver interesse, estudos internos da Polícia Civil.

O jornalista Francisco Amorim, o outro repórter que praticamente só cobre crimes em ZH, complementa o relato de Costa. Amorim destaca, ainda, o fato de hoje jornalistas sequer efetuarem ligações para delegacias, batalhões policiais, hospitais e outros órgãos da área da segurança pública, como Departamento Médico Legal.

Quando cheguei à ZH, a gente tinha um bom costume de fazer a ronda (ligar para delegacias de Polícia Civil, centro de operações e batalhões da Brigada Militar), o que hoje é feito pelos estagiários. Essa mudança exige que o repórter tenha algumas fontes recorrentes para sugerir pauta mesmo que a ronda não apresente nada. Isso mudou um pouco. Muitas coisas que a gente tinha em primeira mão e podia administrar desde o início, hoje vem por um estagiário que espraia isso para todos os veículos. Tu perde um pouco a questão do furo inicial. O pontapé inicial muitas vezes é de todos. Isso ocorre porque tem uma pressão para atender ao leitor o mais rápido possível. No caso da Zero Hora para a versão *on-line* do jornal (AMORIM, 2010).

As pressões enfrentadas pelos profissionais da área também são diferenciadas. Manifestações de delegados da Polícia Civil e de oficiais da Brigada Militar ainda ocorrem

em determinadas situações, mas não na mesma intensidade em que eram exercidas no passado. Hoje, a pressão é mais sutil e envolve outros aspectos, como a busca da exclusividade e a tentativa de adequar a realidade a uma determinada idéia manifestada dentro da Redação. Costa mostra como isso ocorre na prática:

É a pressão de trazer algo diferente. Uma notícia que não esteja no dia a dia dos veículos de comunicação, mas também tem a pressão que vem dos editores que entendem que determinado assunto seja relevante, querem transformar em matéria, mas tu vais para rua, fala com as pessoas, tu tenta buscar dados, e não consegue. Muitas vezes, os editores criam uma idéia, montam uma pauta, e querem que tu execute esta pauta, mas muitas vezes tu não tens elementos para confirmar aquela idéia (COSTA, 2010).

O jornalista Humberto Trezzi destaca os inúmeros canais de comunicação dos leitores com a Redação, como e-mail dos repórteres publicados no final das matérias e a divulgação dos telefones da Redação na página de abertura da editoria, incentivando a manifestação crítica de leitores, como um elemento das pressões que acossam jornalistas. Na interpretação de Trezzi, foram abertos diversos canais de comunicação com o leitor, que hoje não hesita em criticar e questionar os jornalistas. Não existe mais aquele “respeito reverencial”, como define o profissional, que os jornalistas desfrutavam no passado. Trezzi complementa:

Eu sou xingado diariamente pelas matérias que eu escrevo. Mais xingado do que elogiado. Isso não acontecia antes. Ocorria de um desaforado que ligava, tu mandava ele chupar um prego e ficava por isso mesmo. Dava um bate-boca e não chegava nem na direção. Hoje, eles mandam e-mail para ti com cópia para direção. Tu tens de dar uma resposta educada e uma boa explicação. Eles mandam com cópia para o atendimento, para a direção, para os colegas, que é justamente para tentar fazer o cara passar vergonha (TREZZI, 2009).

A condição de pesquisador, por um lado, e de jornalista, mais precisamente repórter da ZH, por outro, permite-me uma complementação que julgo relevante neste aspecto das pressões que fazem parte da rotina contemporânea da editoria policial. Embora não seja repórter lotado na editoria, produzo, com alguma frequência, reportagens policiais. Vivencio, portanto, a rotina dos colegas da editoria, que é subordinada, na hierarquia da ZH, à Geral.

No atual contexto, são freqüentes pressões decorrentes dos processos criminais e cíveis movidos contra jornalistas de ZH como um todo e, sobretudo, contra os lotados na Polícia. Mesmo que, durante as entrevistas, o tema não tenha sido valorizado, o temor com indenizações faz com que assuntos sejam muitas vezes discutidos à exaustão. Há orientação para que termos técnicos, como indiciado, denunciado, réu sejam sempre respeitados. Além disso, os critérios para publicar nomes são, dependendo do perfil do suposto criminoso,

discutidos caso a caso. Mesmo assim, apesar de todos os cuidados tomados, nada impede que logo após a publicação de determinada matéria, um jornalista receba a constrangedora visita de um oficial de Justiça na Redação intimando-o a comparecer a uma audiência no Foro Central de Porto Alegre.

4.8 TRATANDO SUSPEITO COMO SUSPEITO

Com o distanciamento de delegados, investigadores e oficiais da PM, a ampliação do leque de fontes e uma visão mais crítica acerca do trabalho das polícias, repórteres e editores passaram a ter mais cuidado com as informações publicadas. Embora as polícias ainda sejam as principais fontes de informação para repórteres lotados na editoria, nem tudo o que delegados ou comissários dizem é publicado. Não há um critério bem definido para que nomes ou imagens ganhem as páginas do jornal. Mas desde meados dos anos 90, para que suspeitos de crime tenham seus nomes ou fotos publicados em ZH são levados em consideração elementos objetivos, tais como: prisão em flagrante homologada pela Justiça, ou indiciamento pela Polícia Civil ou denúncia apresentada pelo MP. Trezzi explica melhor:

Zero Hora não tem um critério bem definido. Normalmente, publicamos quando a pessoa está indiciada ou enrolada com a polícia. Mas, às vezes, se você gravar ou surpreender alguém cometendo um crime ou um golpe, o nome é publicado. Antigamente, o cara era detido por averiguação, saía o nome dele. O cara tem que estar bem enrolado para ter o nome divulgado no jornal: com prisão em flagrante, ou com prisão preventiva decretada. São critérios mais objetivos (TREZZI, 2009).

Há cinco anos como repórter de Polícia de ZH, Francisco Amorim, o profissional com menos tempo de empresa entrevistado para este trabalho, diz que o indiciamento ou alguma formalidade que relacione um suspeito a determinado crime, como a prisão preventiva, por exemplo, são elementos levados em consideração na hora de publicar um nome. Como Trezzi, Amorim reconhece, porém, que essa regra não é cem por cento válida. De acordo com o repórter, há situações que merecem mais debate na Redação:

Quando o crime envolve autoridades e a prisão é temporária, ou quando o crime é hediondo, há prisão em flagrante ou há confissão, a gente discute isso e, às vezes, dá o nome. Eu não costumo me basear na posição da BM, que é a primeira fase ainda (de todo o processo criminal) (AMORIM, 2010).

Profissional especializado, José Luis Costa, que há 11 anos trabalha em Zero Hora lotado na editoria de Polícia, confirma a mudança radical existente hoje em relação ao que se

fazia no passado no que diz respeito à publicação de nomes e imagens de suspeitos de crimes. A explicação de Costa, porém, para detalhar os critérios levados em consideração para publicação de nomes é um pouco distinta das apresentadas por Trezzi e Amorim. Costa descreve:

Inicialmente, não se publica nomes e fotos de suspeitos quando eles ainda estão sendo investigados. Mas se ele confessar um crime, bom, aí não há mais motivo para o sigilo. Em geral, o que ocorre é a divulgação do nome e da foto quando o suspeito é indiciado pela Polícia Civil e, logicamente, quando ocorre a denúncia pelo Ministério Público, depois quando é julgado (COSTA, 2010).

Na interpretação de Amorim, como a “simbiose” entre os repórteres e os policiais, que havia no passado, deixou de existir, há mais dúvidas acerca do trabalho das autoridades. O repórter antes, prossegue Amorim, entrava em cela e acompanhava depoimentos de presos, o que, desde a redemocratização, foi deixando de existir. Ao retornar para Redação, o profissional levava a versão do policial, dizia que ele havia agido certo porque estava do lado do Estado, colocava o nome do suspeito na edição do dia seguinte e ponto final. Na interpretação de Amorim, a “Constituição marca um processo de reconhecimento dos direitos humanos no Brasil: independentemente de gostar ou não, tem que respeitar uma lei que protege a todos (inclusive presos e suspeitos)”.

A rotina de ronda nas delegacias também faz parte do passado. Ao invés de ir ao encontro da notícia, para preencher páginas e mais páginas de jornal, opta-se pela seletividade e pelo filtro jornalístico, investindo apenas em algumas histórias. Há outros dois aspectos que são decisivos, salientam jornalistas entrevistados, para a consolidação da transformação. O primeiro deles é a chegada do Diário Gaúcho ao mercado da Capital e Região Metropolitana. Editado pelo Grupo RBS, o veículo popular, voltado para o leitor da periferia, destina-se à cobertura de fatos policiais e do cotidiano. Cria-se uma divisão entre ZH e Diário, como explica Trezzi:

O tipo de cobertura mudou muito. Antes, havia um slogan: tudo está em Zero Hora. Tudo está em Zero Hora era literal. Aquilo que o Diário Gaúcho acaba fazendo hoje, que é fazer rondas em delegacias, inclusive fisicamente, era a rotina da Zero Hora antiga. Eles enchiam oito, 10 páginas com miudezas: arrombamento, batedor de carteira, especialmente se fosse um batedor notório, que ganhavam apelidos: Mão Leve, Fininho (TREZZI, 2009).

O jornalista José Luis Costa, que também acompanhou a implantação do Diário Gaúcho, que funciona no mesmo prédio de ZH, apenas um andar abaixo da redação do principal veículo do grupo, acredita que a nova publicação acarretou numa “mudança radical”

na forma de cobrir polícia. De acordo com Costa, complementando o que já fora abordado por Trezzi, o “Diário se preocupa mais com o crime do dia a dia, enquanto ZH, aos poucos, foi deixando essas questões em segundo plano, concentrando-se no aspecto da segurança pública em geral”.

O segundo elemento que revoluciona o jornalismo de ZH como um todo, e a cobertura de Polícia em particular, é o site ZH.com, que funciona de forma integrada à Redação do jornal impresso desde setembro de 2007. Para Amorim, um repórter, hoje, precisa ser multimídia: noticiar fatos quase instantaneamente, produzir fotos e vídeos e, ainda, pensar numa abordagem diferenciada para as páginas impressas no dia seguinte. Amorim comenta:

Tu tens de te preparar, por exemplo, para sair de uma coletiva e ficar cinco minutos falando com o pessoal da rádio para passar uma informação. O que muda na cabeça do repórter é que ele não está mais ali trabalhando para o leitor, mas sim para um público (AMORIM, 2010).

As etapas do jornalismo atual não são as mesmas que cinco atrás. Hoje, as tarefas são dobradas, pois o material deve ser entregue completo e, sempre que possível, revisado para os editores *on-line*, num primeiro momento, e *offline*, posteriormente (ROCHA, 2006).

4.9 ESTIGMA ARREFECE, MAS AINDA EXISTE

O abandono de práticas definidas como “policialescas” pelos repórteres repercutiu nas páginas dos jornais e na rotina da Redação. Embora ainda persista, o preconceito que profissionais diziam sofrer, no passado, é bem menos intenso hoje. Todos os entrevistados se referem à diminuição, ou mesmo ausência, de discriminação das áreas consideradas nobres do jornal, como Política, Economia, Segundo Caderno, com a editoria de Polícia.

Para Trezzi, que além de textos para editoria de Polícia produz matérias, com relativa frequência, para as editorias de Geral, Política e o Caderno de Cultura, o preconceito com a área do crime se reduziu, mas ainda existe. Segundo Trezzi, embora seja visto como um “repórter normal” dentro da Redação, o profissional lotado na Polícia ainda é chamado para tratar de assuntos “desagradáveis”, mesmo em outras editorias. Trezzi explica:

Se tiver delitos na área da Política, ao invés de chamar o cara da Política, chamam o da Polícia. Se tem delitos na área da Economia, vai o repórter de Polícia. Por que? Porque eles acreditam que a área deles deve ser impoluta e que a missão de repórter deles não envolve cobertura de crimes. Não entendo. Isso acontece por causa da imagem das pessoas de bem. O jornal se divide: tem pessoas para cobrir as pessoas de bem, e outras para cobrir o submundo. Acho que os repórteres não gostam disso.

Eu não gosto disso. Não acho, por exemplo, que tudo que seja de ruim tem de ser comigo. Queria ver o pessoal que está de gravatinha dentro de um plenário cobrir também. Por que não? Repórter é repórter. Caiu na área, tem de sair nadando. Mas o jornal estigmatizou. Os modernos jornais do país não têm mais editoria de Polícia (TREZZI, 2009).

Se por um lado, Trezzi sugere que ainda existe preconceito no sentido de que determinados repórteres acham que não devem “sujar as mãos” com assuntos do submundo, por outro, reconhece que temas complexos, que muitas vezes exigem investigação paralela e boas fontes, são muitas vezes resolvidos pelos repórteres de Polícia.

Na mesma linha de raciocínio proposta por Trezzi, Francisco Amorim acredita que o repórter de Polícia é visto, nos dias atuais, como alguém que “mete o pé no barro”. Para Amorim, dentro da Redação há uma distinção entre profissionais “operários”, cujo talento maior está na apuração, e jornalistas de “bom texto”, que se destacam no momento de contar histórias, muitas vezes positivas. Na compreensão de Amorim, repórteres de Polícia seriam enquadrados no primeiro grupo:

Não me incomoda esta imagem. Acho que o repórter de polícia tem que ter mesmo esta cara de durão, de quem mete o pé no barro, traz o furo, entra onde ninguém entra. É parte do show. Ao mesmo tempo, são repórteres conhecido por isso, conhecidos pelo seu conhecimento específico. Não raro, um repórter de Polícia vai ajudar no Esporte, na Economia porque ele conhece um pouco de Direito Penal, da atividade policial, ele traz um pouco do seu conhecimento específico. É sempre uma visão de que é um cara do dia a dia do jornalismo. São repórteres pés no barro, furungadores (AMORIM, 2010).

Com 11 anos de atuação em ZH, José Luis Costa também acredita que o preconceito em relação dos demais colegas com a editoria arrefeceu. Hoje, sustenta Costa, não há diferença entre os repórteres de Polícia e das editorias como Política, Esporte, Economia. “Não há nenhum tipo de demérito”, complementa Costa. Embora aparentemente contraditória, a manifestação de Costa não entra em colisão com a percepção de Trezzi e Amorim, que reconhecem a existência de uma diferenciação de tratamento dos colegas com os repórteres de Polícia. A síntese possível a partir das três manifestações é a redução significativa do estigma sobre uma editoria que, no passado, era considerada “maldita” pelos seus próprios integrantes.

4.10 SÓ “CHINELO” NAS PÁGINAS DO JORNAL

Ao reconhecer que Zero Hora modernizou a editoria de Polícia, à semelhança de grandes jornais do país (RAMOS e PAIVA, 2008), ampliando abordagens, redirecionando

pautas, qualificando equipes, em sintonia com a redemocratização do Brasil e com transformações históricas e sociais ocorridas nas últimas duas décadas, não se pretende fechar espaço para análises críticas do tipo de jornalismo policial praticado nos dias atuais. Sobretudo quando partem de dentro do periódico. Carlos Wagner, que faz matérias em diferentes editorias, mas concentra sua produção diária na editoria de Polícia, acredita que o jornal se modernizou menos que as instituições pós-ditadura militar.

Na interpretação de Wagner, com a redemocratização houve uma mudança no perfil da criminalidade combatida pelo Estado, que não foi acompanhado pela editoria. Hoje, argumenta o repórter de 59 anos, crimes de colarinho branco, reprimidos de forma mais incisiva pelo Ministério Público e Polícia Federal, raramente ocupam páginas policiais. As coberturas desses delitos acabam migrando para as editorias de Política, se tem conotação política, ou Econômica, quando versam sobre sonegação, lavagem de dinheiro ou caixa dois de empresas, por exemplo. Para Wagner, a postura, que é semelhante nos principais jornais do país, representa um passo atrás em comparação com o que ocorre no Brasil. Wagner interpreta:

A sociedade evoluiu, mas a editoria não. O crime do colarinho branco sai na Política. Polícia se faz na Política. Onde estão as melhores matérias policiais hoje? E não são casos de Polícia? Os grandes escândalos, os grandes rolos, estão acontecendo na Política (WAGNER, 2010).

Nesse contexto ganha força um outro fenômeno. Na opinião de Wagner, o jornal, hoje, vive o que o jornalista define como a “Era Mendes” - numa alusão ao coronel Paulo Roberto Mendes, comandante-geral da Brigada Militar em 2009, período em que o oficial se notabilizou defendendo políticas repressivas para combater o crime. Na interpretação de Wagner, trata-se de uma visão ideológica e conservadora da realidade: “é uma cobertura ao estilo mocinho x bandido, enaltecendo os policiais”.

“O discurso da 'lei e da ordem', aumenta a angústia diante da violência e promove uma sensação de insegurança (quase sempre) desproporcional aos riscos objetivos” (ROLIM, 2006). O mesmo processo, por outro lado, inspira menor tolerância social e estimula formas agressivas de defesa. A mídia pode amplificar as chamadas ondas de crime e pode produzir pânico entre as pessoas. E, o que é mais grave ainda, quando essa forma de se relacionar com o crime e a violência é regra, cria-se uma tendência de que as polícias respondam com mais prisões e, quase sempre, mais violência. O poder judiciário, por sua vez, passa a “responder

com sentenças judiciais mais duras (...) teremos mais violência e mais crimes” (ROLIM, 2006).

A constatação empírica de Wagner é semelhante à feita pelo pesquisador Alex Niche Teixeira, treze anos atrás. Em dezembro de 1997, Teixeira, num mergulho antropológico, acompanhou a rotina da editoria: o dia a dia na Redação, a apuração de repórteres na rua, a edição do material e o resultado nas páginas de Zero Hora, no dia seguinte. No trabalho chamado “O Espelho Convexo – Uma observação participante na editoria de polícia do jornal Zero Hora”, Teixeira conclui que os textos tendem, fortemente, “para um lado que é o lado do discurso policial, contidas aí todas as distorções dos direitos humanos que o Brasil historicamente acumula”. Como Wagner percebe e Teixeira havia constatado, os meios de comunicação, e os jornais em particular, são também instrumentos ideológicos, “que empregam práticas e processos persuasivos para difundir, reproduzir e legitimar as relações centrais de dominação” (GUARESCHI e BIZ, 2005).

4.11 CONCLUSÃO

A redemocratização do país, a defesa dos direitos humanos na área policial e a Constituição de 88 repercutiram em todos os grandes veículos impressos do país. Com a redemocratização, a versão da polícia começa a ser questionada por toda uma geração de jornalistas que viu colegas, amigos ou familiares serem presos durante a ditadura. Então, a polícia passou a ser vista também como vilã. Neste particular, cabe destacar uma observação feita por Tibério Vargas Ramos, que trabalhou como repórter e editor de Polícia na Caldas Júnior e na ZH entre os anos 70 e 90. Se por um lado é verdade que havia uma relação de quase cumplicidade entre policiais e repórteres, também é fato, adverte Ramos, que a editoria serviu de trincheira para alguns jornalistas dispostos a burlar o controle da censura. Hoje professor universitário, Ramos foi o único dos entrevistados a destacar este fenômeno que, segundo ele, também teria se manifestado na editoria de Esportes, para onde rumaram profissionais visados pelo regime. A manifestação de Ramos relativiza a relação de cumplicidade mantida entre repórteres e policiais na década de 70. As frases a seguir, retirado da entrevista concedida por Ramos, tornam-se um contraponto em relação aos demais sete entrevistados: “Eu gostava, como alguns, de escrever sobre polícia. Eu gostava de contar histórias. Ainda havia os noticialistas e os que faziam uma guerrilha permanente contra a polícia. Na soma destes, quem mais defendia os direitos humanos eram os repórteres policiais.

Não eram os promotores ou os juízes. Eu sempre os vi com certa repulsa porque, no duro, eles não estavam lá”.

Voltando á redemocratização. Repórter policial durante 25 anos em ZH, Milton Galdino, hoje aposentado, também acredita que a Constituição de 1988 influenciou os rumos das redações. Como consequência, acreditam Trezzi e Galdino, as coberturas migraram para a área da segurança pública, com forte presença de elementos políticos nas abordagens – algo que se iniciou na década de 90 e se intensificou a partir dos anos 2000.

Para Renato Dorneles, o fim da ditadura militar, marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral, e a nova Constituição Federal são acontecimentos históricos e sociais que impulsionaram um novo jeito de cobrir polícia. A hipótese da explosão da criminalidade violenta, de outra forma, apontada como um dos motivos para a transformação da cobertura pelos entrevistados, também se mostrou adequada.

Fartamente documentada, a criminalidade alterou a rotina dos brasileiros a partir dos anos 80, com índices de homicídios (tipo de crime utilizado internacionalmente para aferir a violência) crescentes até meados dos anos 2000, quando estabilizaram e iniciaram uma queda que coincide com a aprovação do estatuto do desarmamento, aprovado em dezembro de 2003 e regulamentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho do ano seguinte.

Embora seja o crime mais grave, o homicídio não foi o único delito que aumentou. Seqüestros, ataques a banco e a carros-fortes, assaltos à residência, tráfico de drogas, roubos e furto de veículos multiplicaram-se em todo território nacional. Na avaliação de Humberto Trezzi, drogas e roubo de veículos, que atingem a classe média, passam a ser mais profundamente abordados. O jornal, complementa o repórter, voltou-se a cobrir o que atinge o “umbigo da classe média: fazendo matérias sobre o filho dele na escola, à mercê dos traficantes, o aumento do roubo e do furto de veículos, que coloca em risco o carrinho comprado sabe-se lá em quantas vezes”. Se o público do jornal era mais “povão e classe média baixa” até os anos 80, quando se anunciava que “tudo estava em Zero Hora”, conclui Trezzi, “hoje ele é mais classe média”.

Pelo menos outros dois aspectos apresentados pelos entrevistados, e não contemplados nas hipóteses, ajudam a compreender a “nova” editoria de Polícia. Pela cronologia dos fatos e pelo curioso do episódio, apresento primeiro a tese sustentada por Tibério Vargas Ramos.

Na avaliação de Ramos, a notícia policial é uma notícia como qualquer outra, cujo ponto principal é a informação. Depois, a reportagem policial se valeu também de pessoas que tivessem entrada na polícia, prossegue Ramos. É quando começa a presença de policiais na reportagem policial. Com livre transito na corporação, eles obtém informações exclusivas.

Num segundo momento, quando jornalistas começam a fazer a reportagem policial, a partir do fim dos anos 60 e início dos anos 70, repórteres de outras áreas migram para a editoria. Quem foi para a editoria de Polícia queria contar histórias, sustenta Tibério.

Na Zero Hora, porém, a equipe chefiada pelo editor Vilmo Medeiros, com forte influencia policialesca, vai num caminho oposto ao da Caldas Júnior. Mas no início dos anos 80, uma mudança, na opinião de Ramos, altera o destino das editorias de Polícia de ZH e Correio do Povo, influenciando a forma de cobrir criminalidade. Demitidos por ZH, Vilmo Medeiros e sua equipe de repórteres migram para a Caldas Júnior. Em contrapartida, editores e repórteres da Caldas, passam a trabalhar na ZH. O novo editor, José Antonio Ribeiro, não decide como será feita a reportagem policial, analisa Ramos, mas ele seleciona uma equipe que produz um jornalismo diferenciado, com textos próximos ao conto, desvinculados da polícia, contando com profissionais como Clóvis Ott, que havia sido correspondente em Portugal.

O câmbio nas editorias dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul seria o marco, na opinião de Ramos, da transformação que ele também reconhece ocorreu na editoria.

A tese proposta por Ramos é incompleta. Tivesse apenas a editoria de Polícia da ZH se transformado a partir da década de 80, Ramos teria boas chances de estar correto em sua análise. Mas a metamorfose se deu nos principais veículos do país. Teriam as equipes de repórteres que atuam na área sido trocadas no mesmo período nos mais importantes jornais do Brasil? É improvável tamanha coincidência. Há, portanto, outros aspectos estruturais que incidiram nesta mudança, o que não torna menos relevante a contribuição complementar de Ramos. Ela é, apenas, parte de algo mais amplo e complexo.

Um outro aspecto apresentado não chega a colaborar na interpretação das transformações específicas da editoria de Polícia, mas ajuda na compreensão dos desafios do campo jornalístico contemporâneo, em especial o praticado na cobertura criminal. Trata-se do advento dos jornais *on-line* e, mais especificamente, de ZH.com (*site* de notícias do jornal Zero Hora).

Diferentemente do que ocorria até a metade desta década, o repórter, hoje, precisa ser multimídia: noticiar fatos quase instantaneamente, produzir fotos e vídeos e, ainda, pensar numa abordagem diferenciada sobre mesmos assuntos para as páginas impressas no dia seguinte. O jornalista não trabalha para o leitor de jornal, mas sim para um público – seja ele *on-line* ou *offline*. Isso fez com que a busca pelo furo jornalístico – o nome dado para as notícias publicadas com exclusividade – fosse transferido, em boa medida, para o ZH.com. Em contrapartida, as matérias da editoria de Polícia em ZH impresso se tornaram ainda mais

analíticas e menos factuais, aprofundando uma tendência iniciada com a transformação da editoria.

A novidade descrita tem conseqüências no campo jornalístico. De acordo com Alberto Dines, o jornalista trabalha para completar a edição, mas aquela edição se completa com as seguintes até o infinito, ou até a morte de um jornal. Trata-se de uma das características centrais do campo jornalístico, que está sendo dramaticamente alterada com o universo *on-line*, que prevê uma edição com um fechamento ao final do dia, como ocorre em veículos impressos, mas sim com “fechamentos” minuto a minuto, todos os dias da semana.

Ao responder a segunda pergunta (Quais as implicações, no contexto profissional dos jornalistas e na rotina da redação, da mudança ocorrida na forma como o tema da violência passou a ser tratado?) os profissionais antigos revelam que a editoria de Polícia era considerada a “banda podre” da Redação. Era quem fazia, em última análise, o serviço sujo, inclusive resolvendo problemas pessoais de colegas. O estigma arrefeceu, mas não desapareceu por completo, sugerem os reportes que cobrem crime. Embora nenhum dos entrevistados se considere discriminado na Redação.

Neste tema, a contribuição de Ramos é relevante. Na avaliação dele, os problemas que surgiam na editoria de Política, por exemplo, eram percebidos em todos os outros setores do jornal, mas o estigma fazia com que apenas a editoria de Polícia fosse cobrada. A Política, exemplifica Ramos, era muito mais comprometida com suas fontes do que a Polícia. Editores ou repórteres de Política, que trabalhavam no governo do Estado ou na Assembléia, achavam isso comum. E isso é normal, questiona Ramos.

José Luis Costa, por exemplo, acredita que como não há mais duplo emprego e desapareceu a relação de cumplicidade mantida policiais, não existem mais diferenças entre os repórteres de Polícia e das editorias como Política, Esporte, Economia.

Para Trezzi, quem cobre Polícia hoje é visto como um “repórter normal” dentro da Redação, mesmo que sejam chamados para tratar de assuntos “desagradáveis” em outras editorias. Trezzi acredita que o jornal ainda se divide entre jornalistas que cobrem pessoas de bem e os que acompanham o submundo. Na opinião de Trezzi, os repórteres de Polícia estariam no segundo grupo. A percepção de Trezzi indica que permanece a discriminação dentro do jornal, o que, contraditoriamente, é negado pelos entrevistados.

Por fim, do conjunto de entrevistas, a mais surpreendente foi concedida pelo repórter especial Carlos Wagner. O repórter reconhece a melhora registrada na cobertura da criminalidade violenta, que ampliou abordagens, redirecionou pautas, qualificou equipes, em sintonia com a redemocratização do Brasil e com transformações históricas e sociais ocorridas

nas últimas duas décadas. Wagner, porém, acredita que o jornal se modernizou menos que as instituições pós-ditadura militar.

Na interpretação de Wagner, com a redemocratização houve uma mudança no perfil da criminalidade combatida, sobretudo, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, que não foi acompanhado pela editoria. Hoje, crimes de colarinho branco, que passaram a ser reprimidos de forma mais incisiva pelo Estado, o que para ele representa um avanço nas instituições democráticas, raramente ocupam páginas policiais. Para Wagner, a postura, que é semelhante nos principais jornais do país, representa um passo atrás em comparação com o que ocorre no Brasil.

Outro aspecto destacado por Wagner é a sintonia ideológica com o aparelho repressor do Estado. Wagner reconhece que não existem mais “parcerias” entre repórteres e editores com policiais, mas destaca que a editoria hoje é hegemonia por uma visão conservadora, sintonizada com o que o jornalista define como a “Era Mendes” - numa alusão ao coronel Paulo Roberto Mendes, comandante-geral da Brigada Militar em 2009.

Ao mesmo tempo em que vícios antigos e comprometedores foram superados, equipes qualificação e a cobertura policial profissionalizada, fato reconhecido por jornalistas e pesquisadores, novos e graves desvios surgiram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a investigação acerca das transformações ocorridas na editoria de Polícia do jornal Zero Hora, a partir de meados da década de 80, buscou-se respostas a duas questões centrais:

Como e por que as transformações na cobertura ocorreram no caso estudado?

Quais as implicações, no contexto profissional dos jornalistas e na rotina da Redação, da mudança ocorrida na forma como o tema da violência passou a ser tratado?

Partia-se da hipótese de que a mudança estaria associada, em especial, à escalada das estatísticas de homicídio, ao aumento do número de vítimas entre as classes média e alta, que passaram a demandar uma cobertura mais qualificada sobre a criminalidade violenta e, por fim, mas não menos importante, à redemocratização do país após 20 anos de ditadura militar.

Pretendia-se, ainda, analisar as transformações ocorridas na editoria de Polícia do jornal nas últimas duas décadas, identificar os princípios centrais que fundamentam as transformações e aferir como jornalistas interpretam a mudança.

Se a cobertura tornou-se mais complexa e qualificada do que fora até o final da década de 80, ela hoje cumpre um papel chave no agendamento de políticas repressivas para combater práticas delituosas? Além disso, superou-se um velho estigma das editorias de polícia, consideradas menos nobres nas redações? Respostas eram buscadas para estes questionamentos, sempre levando em consideração a relativa autonomia do campo jornalístico em relação aos demais campos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se da premissa segundo a qual a editoria de Polícia dos principais veículos impressos do país, e ZH em particular, sofreram uma profunda transformação – o que já foi constatado em estudos acadêmicos (RAMOS e PAIVA, 2007).

De acordo com Silvia Ramos e Anabela Paiva, o jornalismo sensacionalista (ainda presente em determinadas coberturas) arrefeceu nos últimos anos, com os grandes jornais deixando de publicar fotos chocantes tanto nas capas quanto internamente. Publicações populares também acompanham os novos tempos: evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o delito e suprimem cadáveres ensangüentados de suas primeiras páginas. Aos poucos, as editorias de Polícia são absorvidas pelas de Cotidiano, Geral e Cidades, dependendo das características de cada veículo. Profissionais com trânsito em delegacias e relações estreitas com promotores de Justiça continuam prestigiados, mas, diferentemente do que ocorria no passado, exige-se mais

qualificações dos novatos que atuam na área. Jornalistas experientes, com background cultural, introduzem ao noticiário análises e contextualizações diárias, semelhante ao que se faz em editorias como Política e Economia, consideradas “nobres” nos principais jornais.

De forma empírica e desprovida de rigor acadêmico, jornalistas e leitores também identificam as alterações na editoria. Por isso, além de apresentar o fenômeno utilizando-se de bibliografia, focou-se em interpretá-lo entrevistando oito jornalistas antigos e atuais colaboradores da editoria de Política de ZH, deixando em segundo plano a necessidade de comprovar a transformação.

A partir das conversas com cada um dos jornalistas, cuja íntegra compõe os anexos desta dissertação, encontrou-se, através de um processo hermenêutico, elementos que ajudam nas respostas para cada um dos questionamentos acima expostos. Não são respostas definitivas. São respostas possíveis.

Para a primeira pergunta (como e por que as transformações na cobertura ocorreram no caso estudado?) partia-se das hipóteses de que as respostas seriam encontradas na explosão da criminalidade violenta, no incremento de vítimas entre as classes média e alta, na redemocratização do país após 20 anos de ditadura militar.

O final da ditadura militar (período em que as Forças Armadas exerceram o poder praticamente sem *accountability* no Brasil) é um marco importante, entre outros aspectos, porque sociólogos, cientistas sociais e ativistas dos direitos humanos, que se dedicavam a denunciar abusos cometidos contra presos políticos, alteram o foco de suas ações. A redemocratização representou, como sustenta antropólogo Luiz Eduardo Soares, a possibilidade dos setores intelectualizados da esquerda, que durante anos negligenciaram o tema da segurança pública, ajustassem contas com a história, passando a influenciar o campo jornalístico.

Essa mudança se iniciou em meados da década de 80, coincidindo com o aumento da criminalidade violenta. Durante a ditadura, havia o que Sérgio Adorno define como “uma certa fragilidade de organização da sociedade civil na defesa de interesses relacionados à segurança pública”. Na prática, com a imprensa amordaçada, inexistia controle externo das corporações, não se falava em prestação de contas à sociedade e tampouco eram questionadas as políticas de segurança pública e seus respectivos resultados.

Fartamente documentada, a criminalidade alterou a rotina dos brasileiros a partir dos anos 80, com o incremento da taxa de homicídios no país. Sequestros, ataques a banco e a carros-fortes, assaltos a residências, tráfico de drogas, roubos e furto de veículos multiplicaram-se em todo território nacional.

Na avaliação de quase todos os repórteres ou ex-repórteres entrevistados, a explosão da criminalidade e a redemocratização do Brasil, com o advento da Constituição de 1988, influenciaram decisivamente o campo jornalístico, em especial a editoria de Polícia.

Os jornais e ZH, em especial, como corroboram os jornalistas consultados, começaram a oferecer um tipo de notícia que o leitor estava disposto a consumir: matérias sobre tráfico de drogas, roubo e furto de veículos, assassinatos de comerciantes, roubo a bancos. Em outras palavras, como sustenta Pierre Bourdieu, o veículo passou a moldar seus leitores a um outro perfil de cobertura, mais complexo e menos subordinado ao campo do controle do crime. Nesse contexto, o mais provável, sob a luz do referencial teórico proposto por Bourdieu, é que o jornal tenha se adequado a uma realidade política e social específica e, a partir dela, educado o seu leitor com um outro tipo de cobertura e um novo padrão jornalístico.

É importante levar em consideração que a empresa jornalística, como ressalta Max Weber, é, antes de tudo, uma empresa capitalista, mas, diferentemente de todas as demais empresas capitalistas convencionais, ela tem dois perfis distintos de clientes: os compradores do jornal e os anunciantes. É a partir da relação com esses dois públicos que o jornal, para sobreviver, transforma-se e, de forma dialética, transforma o seu público.

Um episódio em particular, relatado pelos entrevistados, envolvendo Zero Hora e o Correio do Povo, mostra como a relativa autonomia do campo jornalístico pode influenciar nos rumos das coberturas. No início dos anos 80, a equipe chefiada pelo editor Vilmo Medeiros, de ZH, com forte perfil policialesco, se transfere para o Correio do Povo. Em contrapartida, editores e repórteres do Correio, que trabalham de uma outra forma, são convidados a trabalhar em ZH. O novo editor, José Antonio Ribeiro, seleciona uma equipe que produz um jornalismo diferenciado, relatam jornalistas entrevistados, com textos próximos ao conto, desvinculados da polícia.

Pontual e isolado, o episódio não dá conta de explicar as mudanças nas editorias de Polícia dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul. O acontecimento num contexto social estruturado reforça a autonomia relativa do campo jornalístico em relação aos demais campos, como sustenta o referencial apresentado por Bourdieu.

Ao responder a segunda pergunta (Quais as implicações, no contexto profissional dos jornalistas e na rotina da redação, da mudança ocorrida na forma como o tema da violência passou a ser tratado?) profissionais relatam que a editoria de Polícia era considerada a “banda padre” da Redação. Repórteres que cobriam a área criminal faziam, em última análise, o serviço sujo, inclusive resolvendo problemas pessoais de chefes e colegas de jornal.

O estigma perdeu vigor, mas não desapareceu das redações. Embora nenhum dos entrevistados se considere discriminado na Redação, repórteres da Polícia ainda são vistos como aqueles que tratam com o que há de pior na sociedade e, com frequência, são escalados para escrever sobre assuntos “desagradáveis” que dizem respeito a outras editorias.

Por outro lado, ao salientar que repórteres da Polícia devem ter “cara de durão” ou ser respeitados porque “colocam o pé no barro”, repórteres lotados na Polícia contribuem para que o preconceito continue existindo, reproduzindo uma dinâmica bem específica do competitivo campo jornalístico.

O curioso é que, enquanto ainda se subestima profissionais que cobrem crime, são os repórteres dessa editoria que, acreditam os entrevistados, publicam o maior número de notícias exclusivas – os chamados furos jornalísticos – em ZH. E o furo jornalístico é uma das instituições mais valorizadas pelo campo jornalístico. Para Bourdieu, os jornalistas atribuem mais relevância pelos furos apresentados do que os próprios leitores de jornal.

Por fim, entre os entrevistados, há quem interprete com ceticismo o aprimoramento da cobertura da criminalidade violenta, que ampliou abordagens, redirecionou pautas, qualificou equipes, em sintonia com a redemocratização do Brasil e as mudanças sociais ocorridas nas últimas duas décadas. Com a redemocratização, crimes de colarinho branco, lavagem de dinheiro e praticados por políticos e autoridades passaram a ser combatidos. O novo foco da repressão ao crime seria uma consequência do avanço das instituições democráticas.

As coberturas desses delitos, contudo, são feitas pelas editorias de Política, se tem conotação política, ou de Economia, quando versam sobre sonegação ou lavagem de dinheiro. A análise proposta nas entrevistas sugere que os jornais e as editorias de Polícia, em que pese tenham se transformado, modernizaram-se menos que as instituições pós-ditadura militar, o que também reforça uma certa autonomia do campo jornalístico.

Outro aspecto coletado nas entrevistas é a percepção de que estaria havendo uma maior sintonia ideológica com o aparelho repressor do Estado. Se por um lado, não existem mais “parcerias” entre repórteres e editores com policiais, por outro, a editoria hoje seria hegemonizada por uma visão conservadora e estaria defendendo políticas mais repressivas de combate o crime.

É uma manifestação que se opõe a uma visão simplista e dicotômica a respeito da editoria de Polícia, segundo a qual tudo que ocorria no passado era suspeito, comprometido ou limitado e tudo o que se publica hoje é contextualizado, complexo e neutro. Não é bem assim. Ao mesmo tempo em que vícios comprometedores foram superados e a cobertura

policial profissionalizada, novos desvios surgem e comprometem o *accountability* exercido pela imprensa.

O alinhamento a uma visão conservadora de mundo, numa sociedade cuja democracia já está consolidada, tem papel decisivo no agendamento de políticas repressivas no campo do controle do crime. Pelo menos é o que ocorre no mundo anglo-saxão, onde a mídia exerce papel central na consolidação e implementação de políticas de combate a criminalidade baseadas no encarceramento em massa e no fim do previdencialismo penal.

De acordo com David Garland e Loïc Wacquant, com a globalização não se tem mais necessidade de uma sociedade fundada na ética do trabalho e do previdencialismo penal, uma concepção de punição segundo a qual seres humanos que cometem crimes devem ser julgados e punidos sempre com a perspectiva inarredável da reabilitação. A punição aos crimes assumiu novo rumo com a existência de leis associadas ao “three strikes and you are out”, que se disseminaram em diversos estados norte-americanos e ampliaram a população encarcerada com a prisão perpétua.

Em detrimento do previdencialismo penal, limitou-se a conter e a imobilizar presos em poucos metros quadrados. No EUA e na Inglaterra, instituições que eram o aparelho disciplinador por excelência da sociedade, tornaram-se fortalezas destinadas a paralisar corpos miseráveis e indóceis, contando com a chancela da imprensa. A transformação no campo do controle do crime ampliou-se para países periféricos, com repercussões sociais na criminalidade violenta, na segurança pública e nas taxas de encarceramento.

A imprensa no Brasil estaria cumprindo, com décadas de atraso, uma agenda semelhante a já desempenhadas pelos veículos nos EUA e na Inglaterra? Novas pesquisas poderão encontrar as respostas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia - PSI**, p. 7-8, abr./jun. 2002.

_____. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

_____. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: MICELI, Sergio (org.). **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)**. v. 4. São Paulo: Sumaré; ANPOCS/Brasília: Capes, 2002.

ALBERNAZ, Elizabete; CALDEIRINHA, Daniela. **Cadernos Temáticos da Conseg – 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - Mídia e Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, ano 1, n. 1, 2009

ALVAREZ, Marcos César; GAUTO, Maitê; SALLA, Fernando. A contribuição de David Garland – A sociologia da punição. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, jun. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66 – A História da Polícia que Mata**. 5. ed. São Paulo: Record, 2005.

BARROS, Ana Luisa Xavier; CHIES, Luiz Antonio Bogo; OLIVEIRA, Sinara Franke de et al. Prisionalização e sofrimento dos agentes penitenciários: fragmentos de uma pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, bimestral, ano 13, n. 52, jan.-fev. 2005.

BAUMANN, Zygmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.

BERNARDI, Ronaldo; DEMÉTRIO, Darci. O Caso do Homem Errado em 45 Reportagens que fizeram história. **Zero Hora**, Porto Alegre, RBS Publicações, 2008.

BIZ, Osvaldo e GUARESCHI, Pedrinho. **Mídia Educação e Cidadania – Tudo o que você deve saber sobre mídia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Sobre a Televisão Seguido de a Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010. 228p.

CADERNOS Temáticos da Conseg – **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - Mídia e Segurança Pública**. Brasília, Ministério da Justiça, ano 1, n. 1, 2009.

CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias** – Construções da realidade social. Bauru: Edusc, 2000.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornalismo** – Uma releitura. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

FERREIRA, Jairo. Mídia, Jornalismo e Sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. II, 1º Semestre de 2005.

FODDY, William. **Como Perguntar** – Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Lisboa: Celta Editora Ltda., 1996.

FONSECA, Gondim da. **Senhor Deus dos Desgraçados**. Rio de Janeiro: Fulgor, 1958.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle** – Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide** – Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Editora Ltda., 1987.

GLASSNER, Barry. **A Cultura do Medo** – Por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos: crime, drogas, minorias, mães adolescentes, crianças assassinadas, micróbios mutantes, acidentes de avião, fúria no trânsito e muito mais. São Paulo: Francis, 2004.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta, 2007.

GRAEFF, Mauro e equipe. “Anatomia da Impunidade”. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 47-54, 4 de maio de 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

JOBIM, Danton. **O Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma abordagem Comparativa dos Modelos de Administração de Conflitos no Espaço. In: **Revista de Sociologia e Política**, n. 3, 13 nov. 1999.

_____. **Ensaio de Antropologia e de Direito** – Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KARAM, Maria Lúcia. Pela abolição do sistema penal. In: PASSETTI, Edson (org.). **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

- KOERNER, Andrei (org.). **A História da Justiça Penal no Brasil: pesquisas e análises**. São Paulo: IBCCRIM, 2006. 281p.
- KOTSCHO, Ricardo. **A Prática da Reportagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O Problema da Imprensa**. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto, 1923.
- LISSOVSKY, Maurício; VAZ, Paulo. Mídia e Segurança Pública: o jogo dos descontentes. **Cadernos Temáticos da Conseg** – 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - Mídia e Segurança Pública. Brasília, Ministério da Justiça, ano 1, n. 1, 2009.
- MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.
- MELO, José Marques. **A História Social da imprensa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- MENDES, Alexandre Pinto. **Controle Social e Violência Urbana e Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CCS/Dir/DIR_01_Alexandre_Mendes.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- MENDONÇA, Kleber. **A Punição pela Audiência**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.
- MOLICA, Fernando (org.). **50 Anos de Crimes** – Reportagens policiais que marcaram o jornalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Sistema Prisional e Políticas Públicas: análise do sistema prisional brasileiro com base nos dados disponibilizados pelo Infopen nos anos 2000e 2007. **32º Encontro Anual da Anpocs**, 5º Painel do GT, Violência e Punição.
- NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **O Discurso do Telejornalismo de Referência: criminalidade violenta e controle punitivo**, dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2006.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- _____. Mídia e Violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública. **Cadernos Temáticos da Conseg**. 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - Mídia e Segurança Pública. Brasília, Ministério da Justiça, ano 1, n. 1, 2009.
- RAMONET, Ignacio. **A Tirania da Comunicação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ROCHA, Paula Jung. **Jornalismo em Tempos de Cibercultura: Um Estudo do ClicRBS**. Tese de doutorado em Comunicação Social para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Comunicação Social. Porto Alegre, 2006.
- ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha** – Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SALLA, Fernando. **A Pesquisa sobre as Prisões: um balanço preliminar**. 2006.

_____. **Os Impasses da Democracia Brasileira** - O balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. Paris: Lusotopie, 2003.

_____; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A Contribuição de David Garland – A sociologia da punição. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, junho de 2006.

SCHIRMER, Lauro. **A Hora** – Uma revolução na imprensa. As histórias de um jornal que provocou grandes transformações na imprensa e marcou época no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 2000.

_____. **RBS: Da Voz-do-Poste À Multimídia**. A história e as histórias nunca contadas da maior rede de comunicação do sul do Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse; BORGES, Dorian. **As Vítimas Ocultas da Violência na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General** – 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VEJA Especial Crime. **Veja**, São Paulo, Editora Abril, p. 46-86, 10 de janeiro de 2007.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CCS/Dir/DIR_01_Alexandre_Mendes.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2010.

WEBER, Max. **Sociologia da Imprensa**: um programa de pesquisa, publicado originalmente como alocução no Primeiro Congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, em Frankfurt, 1910.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

YOUNG, Jock. **A sociedade Excludente** – Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

45 Reportagens que fizeram história. **RBS Publicações**, 2009. Coletânea de reportagens.

APÊNDICE A - Entrevistas

CARLOS WAGNER, 59 ANOS

Ingressou na Zero Hora em 1983 e desde 1993 cobre polícia. Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Pesquisador - Como é a rotina da cobertura jornalística na área criminal durante o período em que atuou como repórter?

Carlos Wagner - Até 1993, 99% das matérias que eu fazia versavam sobre questões sociais. Especialmente conflitos de terra, índios, na fronteira, assuntos relacionados ao Paraguai, estes rolos todos. A partir de 1992, a ZH deu uma afunilada. Questões sociais começaram a ser tratadas como casos policiais. Há várias explicações para isso. Uma delas é que em 1992 a democracia no país andava bem, as instituições estavam se fortalecendo e os embates sociais começavam a ganhar a antipatia da classe média. E o jornal segue o rumo da classe média. Eu pensei: o que eu vou fazer com este vasto conhecimento que eu tenho? Duas opções: continuar contrabandeando as questões sociais ou usar a tecnologia que eu tinha em outras áreas. Eu optei pela segunda possibilidade. A visão policial que o Augusto Nunes trouxe para Zero Hora era uma visão de contar histórias. E contar histórias é comigo. Nos anos 90 o jornal contou grandes histórias. Era uma grande história por dia. A primeira coisa que o Augusto fez foi dissolver a editoria de Polícia, o que durou mais ou menos uma semana. O Augusto voltou atrás porque a ZH tem uma tradição na área policial. Mas ele queria uma polícia com grandes casos, com grandes histórias. Mas pouco a pouco a polícia veio voltando ao passado: o crime, o homicídio. E sempre visto pelo lado do policial, ao estilo mocinho x bandido. A ZH passou a enaltecer os policiais. Eu chamo da era do policial herói, que começou nos anos 90, avançou na década atual e hoje domina a ZH. É uma polícia desprovida do por que de as coisas acontecerem. É uma coisa burocrática, cheia de quadros e números. Sou pessimista em relação ao futuro. Guardando as devidas proporções, até porque hoje tu não tens mais o repórter comprometido, a polícia voltou a ser burocrática. A polícia voltou a desconsiderar que este é um país de terceiro mundo. É um jornal que não explica, que não contextualiza. A Zero Hora pode ser sintetizada pela Era Mendes.

Pesquisador - Quais as pautas que mais chamam a atenção da ZH hoje?

Wagner - São as demandas do Estado: presídios, questões institucionais, carros novos para Polícia. Tu não vê na ZH, hoje, uma matéria que diga o seguinte: a taxa de criminalidade

não diminuiu e um dos motivos é a precariedade da polícia. Tu não vê isso. Eu defendo que tu tens de contextualizar as matérias. Se acontecer um homicídio e tiver um só investigador, o crime vai ficar insolúvel. A não ser que seja um crime contra a classe média. Isso não é exclusividade da ZH. É exclusividade de uns caras que transformaram a notícia num produto industrial.

Pesquisador - Quem são as fontes principais?

Wagner - Permanecem as mesmas fontes: os policiais heróis. É preciso considerar que houve uma depuração no aparato policial. A polícia tem um certo discernimento: há o policial direito e o não direito. Mas na hora que tu precisas fechar uma matéria, o primeiro que atende ao telefonema é o que vai para o jornal. As fontes voltaram a ser o que eram antes.

Pesquisador - Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento são fontes dos repórteres?

Wagner - Eles eram fontes para explicar as coisas. Hoje eles não são mais fontes. A não ser quando alguém inventa uma tese. Mas nós estamos falando da cobertura diária de polícia, que é a cobertura do mocinho e do bandido. Eles são fontes esporádicas.

Pesquisador - Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Wagner - É simples: quem tem razão é a Polícia. É o lado oficial. Dificilmente tu ouve um preso falando. Te desafio encontrares um preso dando o seu lado. Ou o advogado dando o lado do preso. Isso é uma exceção. A não ser quando envolve classe média. A ZH tem um tratamento para classe média e outro para a classe C. Isso não significa que seja desonesto, mas tem uma linha. E a linha é mocinho versus bandido.

Pesquisador - O que determina o tamanho da matéria e o destaque que ela vai ter na edição?

Wagner - Se atinge a classe média ou não. A importância de uma matéria é determinada pelo bizarro e se ela atinge a classe média.

Pesquisador - Quais as pressões mais freqüentes que os repórteres e editores que trabalham na editoria de Polícia sofrem e de onde elas partiam?

Wagner - Acho que a maior pressão é não poder contextualizar as matérias. É uma questão política. A ZH ainda está na era da guerra fria. A ZH trata o leitor com desprezo quando não contextualiza a notícia. E uma contextualização não é uma tese. Três, quatro linhas tu contextualiza um assunto. Se tu perceber, estas questões não brotam.

Pesquisador - O repórter acompanha batidas policiais. Quando necessário, ajuda a prender?

Wagner - Isso é um absurdo. Eu já sou contra o repórter acompanhar batida policial. É aquela coisa: e depois? Depois não era bem aquilo. A batida policial na classe média, alta ou C tu tá, no mínimo, chancelando um lado da questão.

Pesquisador - É comum repórter portar armas?

Wagner - Nunca vi.

Pesquisador - Além da atividade no jornal, repórteres trabalham em outro lugar?

Wagner - Antes de eu ir para a editoria de Polícia o Augusto fez uma limpa. Quando eu fui para editoria, isso já não existia mais.

Pesquisador - Como profissionais lotados na editoria são vistos pelo conjunto da Redação?

Wagner - Acho que o resto da Redação olha e diz que é chinelagem (a editoria de Polícia). A ZH está indo contra o desenvolvimento da sociedade. Enquanto a sociedade está prendendo os engravatados, a ZH dificilmente bota um governador, um senador na editoria de Polícia. Eu não lembro. Por exemplo, este escândalo de Brasília (suspeitas de corrupção envolvendo o então governador José Roberto Arruda) é um caso policial. Eu não vejo ser tratado numa editoria de Polícia. Hoje, nós temos uma coisa muito séria. Os casos policiais com pobres são tratados na Polícia. Com ricos, na Política.

Pesquisador - E como o pessoal da editoria vê o restante da redação?

Wagner - Um bando de bunda mole. É uma visão de hoje. Antes, os caras da Polícia olhavam para o resto da redação como um bando de comunistas. A Redação era ideológica. Veja bem: quando os repórteres de polícia usavam arma dentro desse jornal, tinha uma

Redação ideológica. Tinha grupos políticos que brigavam, que se esfaqueavam na Redação. Tinha o pessoal do sindicalismo, dos ecologistas, que brigavam. Havia embates ideológicos. A Polícia era uma defensora da ditadura. Eles achavam o restante da Redação um bando de comunista, fumador de maconha. E nós chamávamos os caras da Polícia de corruptos, defensores da ditadura. Eu fui chamado de comunista. Hoje, não. Não tem mais a ideologia. O repórter da Polícia acha o resto da Redação um bando de bunda mole. E eles olham para a polícia e acham que são um bando de chinelo. Duvido que sequer leiam as páginas policiais.

Pesquisador - Qual o foco das matérias especiais?

Wagner - Houve uma mudança grande, que se consolidou na última década, e que agora está no seu auge. É a perda de poder do repórter sobre o conteúdo das matérias. Essa perda de poder do repórter sobre os conteúdos dele está tornando as reportagens especiais do jornal extremamente chatas. Os editores enquadram o conteúdo das matérias, dentro da visão de uma tese. Acho que isso, no médio prazo, vai explodir. O jornal tirou a diversidade. O jornal não quer pobres, negros, índios e sem-terra. O jornal é direcionado à classe média. Eu ouço coisas hoje que jamais eu ouviria antes: por exemplo, o repórter chega para o editor e pergunta: vamos por onde? Isso revela uma inversão de valores. Tem um cara que vai numa reunião e o repórter preenche os pontinhos. Isso vai estourar um dia.

Pesquisador - É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Wagner - Acho que a redemocratização do país foi fundamental. O Augusto Nunes assume a redação como fruto da redemocratização. A redemocratização significou que a ZH não precisava mais do entulho autoritário na Polícia. O jornal não precisava mais dessa gente. As duas editorias mais atingidas com a redemocratização foram a Polícia e a Política. Uma fazia o crime bruto e outra o crime de colarinho branco. Esses dois pilares do autoritarismo na Redação precisam ser analisados juntamente.

Pesquisador - A mudança no perfil da criminalidade influenciou para que a editoria de polícia mudasse?

Wagner - Eu acho que houve uma mudança no perfil da criminalidade que a editoria não acompanhou. Hoje, o colarinho branco é criminoso, mas não sai na editoria. A sociedade evoluiu, mas a editoria não. O crime do colarinho branco sai na Política – novamente os dois pilares. Polícia se faz na Política. Onde estão as melhores matérias policiais hoje? E não são casos de polícia? Os grandes escândalos, os grandes rolos, estão acontecendo na Política.

Desde que eu entrei nesse jornal eu aprendi que a ZH tem a cultura da sobrevivência. A ZH sempre esteve adiante do seu tempo, adiante das mudanças. As mudanças políticas aconteciam, e a ZH já estava se adequando. Agora eu pergunto: por que em pleno 2010 a ZH parou nos anos 90? Não sei. Mas a ZH parou de evoluir. Se tu pegar, por exemplo, Última Hora. Ocorreu o golpe de 64 e, no outro, dia já era ZH. Todas as transições políticas repercutiram de maneira violenta dentro dessa Redação. Derrubaram editores, repórteres. A coisa nessa Redação sempre foi da rua para dentro. A gora, a Redação parou. Por que? Não sei. A Redação, politicamente, parou no espaço e no tempo. Agora, o que vai acontecer? Até onde esse marasmo vai? Não sei. Mas acho que vai haver uma fuga de quadros, altamente treinados pela empresa. Talvez falte concorrência. Estamos voltando no tempo. Só espero que não nos peçam para andar de Fusca de novo.

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AMORIM, 35 ANOS

Dez anos de profissão e desde 2005 na ZH. Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Pesquisador - Como é a rotina da cobertura da área criminal em ZH?

Francisco de Paula Rocha Amorim – Ela mudou um pouco. Quando eu cheguei na ZH a gente tinha um bom costume de fazer a ronda (ligar para delegacias de Polícia Civil, centro de operações e batalhões da Brigada Militar), o que hoje é feito pelos estagiários. Esta mudança exige que o repórter tenha algumas fontes recorrentes para sugerir pauta mesmo que a ronda não apresente nada. Isso mudou. Muitas coisas que a gente tinha em primeira mão e podia administrar desde o início do dia hoje chegam até nós por um estagiário, que espraia isso para todos os veículos. Tu perdes um pouco a questão do furo inicial. O pontapé inicial, muitas vezes, é de todos. Isso ocorre porque tem uma pressão para atender ao leitor o mais rápido possível para versão *on-line* do jornal.

Pesquisador – Quem são as fontes principais?

Amorim – O ponto de partida é sempre quem está na rua. O policial militar não é a fonte mais crível, mas é a fonte que diz se algo está acontecendo ou não. A gente tem que ter o cuidado porque se o caso em questão envolve policiais militares, eles não falam. Então, tu conta muito também com quem te liga - um morador, um familiar de preso. Isso nos serve para ter um contraponto. Num segundo momento, a Polícia Civil se transforma num segundo filtro para ver se, realmente, aquele cara detido vai ser autuado. Muitas vezes a gente só vai saber no final do dia porque há uma confusão grande entre detenção, prisão. Uma outra questão importante é, às vezes, ligar para instituições que nada tem a ver com o caso. A EPTC, por exemplo, está sabendo de um homicídio na rua. Ou mesmo os bombeiros, que podem ser acionados. No caso de uma rebelião, é muito comum ligar para Redação um familiar ou até um preso.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento são fontes dos repórteres?

Amorim – Num jornal impresso, que a gente tenta interpretar melhor um fato, sobretudo nas matérias do final de semana, nas especiais, ou até mesmo numa matéria do dia, quando a gente tem mais espaço, eu costumo buscar um olhar mais específico. Em matérias sobre assaltos com reféns, por exemplo, é muito importante ouvir psiquiatras, psicólogos. No

caso de um linchamento, por exemplo, um sociólogo ajuda muitas vezes a compreender melhor aquele movimento. A gente costuma procurar médicos em matérias de drogas para tratar melhor a questão da dependência.

Acho que mudou dos últimos dois, três anos. Antes o jornalista tinha a concorrência da rádio, TV e outros veículos, mas não tinha internet. Então, muitas vezes tu podias exaurir um fato e teria coisas que não saíam na rádio. Hoje, a gente tem que furar a si mesmo, ao longo do dia, publicando informações na Internet e tem que apresentar um olhar diferente no dia seguinte. Tu precisas buscar a interpretação, e nisso o jornal impresso está mudando. Ele se “arrevista” um pouco mais, com interpretação, o que permite ao leitor de manhã ler e além de se informar compreender mais as coisas. O que um desembargador tem a dizer? O que um psiquiatra tem a dizer? A internet fez as coisas mudarem muito nos últimos dois, três anos. A vida do repórter de polícia mudou drasticamente.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Amorim – A gente tem que sair sempre pensando que o fato é a notícia, e sendo só a notícia vale para o *on-line*, e buscar uma interpretação maior sobre aquilo que está acontecendo, o que pode ser até uma entrevista com a mãe da vítima, ouvir especialistas. Mas acho que os editores ainda não sabem bem o que pedir. Como os repórteres, os editores ainda estão aprendendo a lidar com o *on-line* e com o impresso. Isso é uma luta diária. Muitas vezes, quando tem um material exclusivo, tu avalia que talvez não seja o caso de esperar o papel. Talvez seja o caso de publicar na versão *on-line*. Ao mesmo tempo em que um editor de polícia não quer ser furado (em um veículo *on-line*, rádio ou televisão), ele ao mesmo tempo também gostaria de dar aquilo na versão impressa. A gente ainda pensa com a cabeça de papel, que tu podes pegar e sujar os dedos.

Pesquisador – Quais são os assuntos que mais chamam a atenção da editoria?

Amorim – Eu ainda acho que apesar de a gente ter um público muito conservador no Rio Grande do Sul, a barbárie continua atraindo. As pessoas estão meio insensíveis aos crimes do dia a dia. Só quando é um crime muito bárbaro, ou um crime que envolve um dos seus, um ataque, um assalto a banco, por mais que seja um crime contra um patrimônio privado, mas quando tu vê reféns, as pessoas sentem. Elas se identificam. Ou quando o crime é muito bárbaro. O que atrai na polícia é o que choca. A gente faz muita segurança pública, mas parte do público dá atenção a como a gente está cobrando a questão da segurança, a questão de

presídios, ou a questão de mais policiais da rua. Eu ainda acho que o que mais chama a atenção é a barbárie.

Pesquisador – O que determina o tamanho da matéria e o destaque que ela vai ter na edição?

Amorim – Acho que isso mudou nos últimos cinco anos. Antes, uma coisa que teria muito destaque, se ela foi exaurida ao longo do dia, ela pode não ter tanto destaque. Mas acho que na escolha ainda conta o fato que choca ou a questão da segurança pública. Vamos usar uma rebelião, por exemplo, para falar do sistema carcerário. Acho que os jornais grandes acabam optando mais por dar espaço e corpo às matérias que falam sobre segurança pública. Mas acho também que o que determina espaço ainda é um mistério para o repórter. As coisas mudam ao longo do dia, dependendo de cada olhar. Um editor meu diz que se tivesse cinco editores-chefe, o jornal teria cinco manchetes diferentes. Premente é o crime violento ou questões de segurança pública.

Pesquisador – Quais as pressões mais frequentes que os repórteres e editores que trabalham na editoria de Polícia sofrem e de onde elas partem?

Amorim – As fontes são as que menos ameaçam. A gente acha que o repórter de polícia é ameaçado, mas, somando quase cinco anos só cobrindo Polícia, foram poucas as vezes que eu fui ameaçado. No dia a dia, a maior pressão ocorre dentro do jornal, sobretudo pela precisão. Há uma pressão enorme por não errar, sobretudo no impresso. E a pressão por publicar algo diferente. É uma pressão sadia, mas vem recheado com uma pressão nova, que é a velocidade para publicar no *on-line*. Tu tens de ter precisão e ainda pensar no imediatismo. Tu não tens mais um dia para escrever uma matéria. A pressão por parte de autoridades policiais, muitas vezes, não é clara. É aquela fonte que não vai te passar mais nada. É um outro tipo de coação. E os advogados de suspeitos ou de réus, com maior poder econômico, exercem pressão. Eles dizem que conhecem um editor, um diretor, o dono da empresa. Não é comum no dia a dia da polícia, mas ocorre. Na ZH, é enfrentado caso a caso. Eu tive momentos em que a gente não precisou levar a pressão aos níveis superiores: decidimos entre os editores de área e outras vezes precisamos discutir com a direção do jornal. Nas vezes em que eu tive as maiores pressões, eu tive respostas fortes em prol do jornalismo. Publicamos nomes, imagens, avançamos, mas com a cautela necessária para que a matéria não virasse alvo de um processo lá adiante.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Amorim – Se não há indiciamento ou alguma formalidade daquela pessoa como suspeito, a gente não costuma dar o nome. Essa regra não é cem por cento válida. Há momentos, quando o crime envolve autoridades e a prisão é temporária, ou quando o crime é hediondo, há prisão em flagrante ou há confissão, a gente discute isso e, às vezes, dá o nome. Eu não costumo me basear na posição da BM, que é a primeira fase ainda.

Pesquisador – O repórter acompanha batidas e operações policiais. Quando necessário, ajuda a prender?

Amorim – Não é função do repórter prender ou se colocar numa posição de troca de reféns. A gente tem que manter as posições claras no dia a dia, até para que tu mantenha um olhar de observador. No momento em que tu ajudas a prender um suspeito de assalto, tu estás agindo como policial, não como repórter. Se ocorre um acidente, e um policial te pede uma ajuda, antes de jornalista tu és cidadão. Mas o melhor é registrar uma cena. Uma imagem de uma ponte caindo pode valer mais para a sociedade que tu entras na água e fazer um resgate. No dia a dia da polícia, policial é policial, repórter é repórter.

Pesquisador – Tu usas arma para trabalhar ou conheces alguém que utilize?

Amorim – Não uso e não conheço ninguém que utilize para trabalhar. Não vejo ninguém cobrindo com o uso de arma. Acho que isso é um erro muito comum no passado. Talvez seja um fetiche que o repórter policial tem em se confundir com policial. Ele anda como policial, ele tem linguajar de policial, ele age como policial, quando dá alguma coisa errada na vida dele ele liga para policiais, direto para o celular do comandante, porque, na verdade, ele acha que é um membro da tropa. É um grande erro. No passado já foi mais comum, mas acho que hoje acontece de uma forma mais tênue.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalham em outro lugar?

Amorim – Não. É comum acontecer isso em locais em que não se consegue viver com o próprio salário. É difícil tu ser pela manhã assessor de imprensa num sindicato de policiais e, à tarde, fazer uma matéria sobre corrupção policial. Isso compromete um pouco a isenção. Eu, quando entrei para o jornalismo, optei em enquanto trabalhar na Redação, não trabalhar como repórter e não trabalhar em nenhum outro local.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria são vistos pelo conjunto da Redação?

Amorim – Eu não tenho muito claro isso, mas acho que eles acham que a gente mete o pé no barro. Tem uma aura que alguns setores são operários e outros são para textos de qualidade. Não me incomoda esta imagem. Acho que o repórter de polícia tem que ter mesmo esta cara de durão, de quem mete o pé no barro, traz furo, entra onde ninguém entra. É parte do show. Tem um pouco esta aura de ser um repórter de rua, mas não ser um repórter tão elaborado. Ao mesmo tempo, são repórteres conhecidos por isso, conhecidos pelo seu conhecimento específico. Não raro, um repórter de Polícia vai ajudar no Esporte, na Economia porque ele conhece um pouco de Direito penal, da atividade policial, ele traz um pouco o seu conhecimento específico. É sempre uma visão de que é um cara do dia a dia do jornalismo. Existem pessoas na editoria que se sobressaem, como o Humberto Trezzi, que tem uma capacidade intelectual excepcional. Ele escreve para o Cultura, para a Polícia, para a Política. E escreve bem. E ainda toma cafezinho e faz aula de inglês. São repórteres pés no barro, furungadores.

Pesquisador – Como o pessoal da editoria vê o restante da Redação?

Amorim – Como trabalhei como correspondente, tenho uma visão um pouco mais ampla. Acho que a gente, às vezes, trabalha muito mais no dia a dia no *hardnews* do que as outras editorias, que tem mais tempo para trabalhar e fazer uma matéria. Acho que cada editoria tem que ter um pouco da editoria de polícia. Convencer a fonte a dar um tiro no próprio pé, a entregar um documento, a conseguir um dossiê da Polícia Civil, quando tu consegues que um cara se disponha a falar um pouco contra si mesmo, isso ainda falta nas outras editorias. Falta ao próprio repórter de Economia, por exemplo, ir lá e furungar contra a sua própria fonte. A gente faz isso no dia a dia e nos dá um pouco de respeito. É o morder e assoprar. Acho que falta mais gente para comprar brigas com as próprias fontes. As editorias podiam furungar mais. A editoria de Política, por exemplo, com a chegada da Adriana Irion começou a dar furos típicos da Geral, típicos da Polícia.

Pesquisador – Os salários e a carga-horário são os mesmos?

Amorim – Eu não sei, mas pela conversa que temos com os colegas de outras editorias, há um grande número de pessoas que trabalha de forma equivalente e ganha salário semelhante.

Pesquisador – Qual o foco das matérias especiais?

Amorim – Um foco de assuntos institucionais. Segurança pública ganha muito espaço, como a questão prisional, e acho que há espaço para o furo, para investigação. Há matérias muito boas que os repórteres não conseguem fazer.

Pesquisador – É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Amorim – Pelos relatos dos colegas mais antigos, parece que existia uma simbiose grande entre os repórteres e os policiais. O repórter entrava em cela, acompanhava depoimentos. Acho que isso mudou com a redemocratização. Antes, o repórter voltava com a versão do policial, colocava o nome do jornal e azar. Acho que a Constituição marca um processo de direitos humanos. Independentemente de gostar ou não, tem que respeitar uma lei que protege a todos. Hoje, tu não podes, como há 30 anos, falar que o policial agiu certo, porque está do lado do Estado, e pronto. Tu tens de ser mais responsável. A Internet, nos últimos dois anos, fez com que a redação mudasse muito. Mudou a tua vida durante a cobertura. Um repórter de polícia, hoje, tem que noticiar o fato porque ele vai ser cobrado se alguém der antes. Mudou um pouco também porque os jornais estão investindo mais em multimídia. Tu tens de te preparar, por exemplo, para sair de uma coletiva e ficar cinco minutos falando com o pessoal da rádio para passar uma informação. O que muda na cabeça do repórter é que ele não está mais ali trabalhando para o leitor, mas sim para um público.

HUMBERTO TREZZI, 47 ANOS

Repórter de ZH há 21 anos, atualmente assina a coluna Sua Segurança.

Entrevista concedida em dezembro de 2009.

Pesquisador – Como é a rotina da cobertura jornalística na área criminal?

Humberto Trezzi – Quando eu comecei na profissão, havia editorias de Polícia em que o cara não fazia outra coisa a não ser cobrir crime. Isso mudou bastante. Eu, inclusive, fui personagem desta mudança. Acabei ficando na nova editoria de Polícia, que não cobria só assuntos policiais. Antigamente, os setorizados em Polícia ficavam do começo ao fim da vida profissional setorizados. Isso dava margem para uma certa intimidade com as fontes. Eu diria até promiscuidade. Muitos jornalistas da antiga, que não tinham diploma, eram também policiais de carreira ou agentes penitenciários. O Milton Galdino era assessor de imprensa da Secretaria da Segurança e repórter da ZH. Ele estava incumbido ao mesmo tempo por zelar pela imagem da secretaria da segurança e cobrir os fatos que rolavam na área da segurança pública. É uma coisa que hoje não é mais admitida, mas naquela época isso era normal. As pessoas tinham duplo emprego. Hoje, acabou o duplo emprego.

Pesquisador – Qual é o foco das matérias?

Trezzi – O tipo de cobertura mudou muito. Antes, havia um slogan: tudo está em Zero Hora. O “tudo está em Zero Hora” era literal. Aquilo que o Diário Gaúcho faz hoje, que é fazer rondas em delegacias, inclusive fisicamente, era a rotina da Zero Hora antiga. Eles enchiam oito, 10 páginas com miudezas: arrombamento, batedor de carteira, especialmente se fosse um batedor notório, que ganhavam apelidos: Mão Leve, Fininho. Eles inventavam apelidos. Quando a polícia não inventava, repórteres inventavam. Tem um episódio notório, que envolve um colega ainda na ativa, que descobriu que dois irmãos haviam se matado em Alvorada. O jornal estava mal de matéria naquele dia e resolveram dar um molho na história. Então, decidiram: duelo ao entardecer. Mas o negócio não havia sido marcado. Eles tiveram um problema, discutiram e acabaram se matando numa troca de tiros. Mas o jornal esquentou a história, inventou e ficou por isso mesmo. Se as pessoas aparecessem para reclamar no dia seguinte, eram destratadas. Era impressionante. Nos anos 80 isso começou a mudar. Com a redemocratização do país, o pessoal começou a se voltar para a área dos direitos humanos na cobertura policial. Talvez tenha começado com o Caco Barcelos e uma turma, na Folha da Manhã, e o próprio Wanderlei Soares, quando na Zero Hora, veio para tirar a turma antiga,

composta por ex-policiais ou policiais. Essa turma antiga então foi para Caldas Júnior. De uma visão que era similar a da polícia, passou-se a ter uma visão oposta a da polícia.

Pesquisador – Quem são as fontes principais?

Trezzi – Basicamente, policiais. Mas se encorpou bastante a nossa relação com promotores e até juízes, coisa que não tínhamos. Juiz para nós era um marciano. Nós nunca falávamos com juiz. Isso mudou nos anos 2000 para cá. Nos anos 90 começou o império do Ministério Público.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento, são ouvidos para composição das matérias?

Trezzi – Desde os anos 80 este pessoal já era ouvido, mas não era (e ainda não é) incorporado ao dia a dia das redações. Eles são ouvidos eventualmente numa matéria de análise, de final de semana ou em matérias especiais, maiores. No dia a dia, nem nós nem ninguém no Brasil fica ouvindo especialistas.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saem às ruas?

Trezzi – Estamos sob o império do cuidado. Justamente para evitar a injustiça e o troco da injustiça, que são os processos por indenização. A preocupação é menos em dar o furo e mais em dar uma matéria correta. Isso mudou muito. Antigamente, a preocupação era dar o furo e a matéria correta não era uma obsessão. Era bom. Melhor se ela fosse correta, mas a questão era o furo. O interessante é que não se tinha preocupação em ouvir o outro lado, se não tivesse tempo. A matéria saía igual. Azar do cara que não nos atendeu no telefone. No outro dia tu ouvia o cara. A imagem do cara já estava prejudicada. Era uma técnica, que hoje eu considero injusta, mas quando eu entrei no jornalismo era cotidiana.

Pesquisador – Quais as pautas que mais chamam a atenção da editoria?

Trezzi – A questão das drogas. É o grande drama da classe média, que é a compradora de jornal. O carro roubado, outro bem da classe média, também chama a atenção. Eles estão preocupados com o umbigo. O que atinge o umbigo da classe média: o filho dele na escola, à mercê dos traficantes, e o carrinho dele, comprado sabe-se lá em quantas vezes. Assaltos em ônibus, batedor de carteiras, isso não vira mais notícia porque já não comove o leitor de Zero Hora. O leitor da Zero Hora não anda de ônibus, não transita pelos arredores do Mercado

Público. O leitor de Zero Hora anda de carro, com ar condicionado ligado. A cobertura está adequada ao tipo de público que o jornalismo buscou. Se o público era mais povão e classe média baixa até os anos 80, hoje ele é mais classe média.

Pesquisador – O que determinava o tamanho e o destaque das matérias publicadas?

Trezzi – Respondido na pergunta anterior. São priorizados assuntos que interessam à classe média.

Pesquisador – Quais as pressões mais freqüentes que os repórteres e editores que trabalham na editoria de polícia sofrem? De onde elas partem?

Trezzi – A principal é o enfoque que tu achas que deveria ser a pauta não ser o mesmo do diretor do jornal. Isso acontece cotidianamente e tu tens de enfrentar através do diálogo. Outra é que foram abertos canais diversos de comunicação com o leitor, que hoje não nos poupa. Não tem aquele respeito reverencial que tinha pelos jornalistas. Eu sou xingado diariamente pelas matérias que eu escrevo. Mais xingado do que elogiado. Isso não acontecia antes. Ocorria de um desaforado que ligava, tu mandava ele chupar um prego e ficava por isso mesmo. Dava um bate-boca e não chegava nem na direção. Hoje, eles mandam e-mail para ti com cópia para direção. Tu tens de dar uma resposta educada e uma boa explicação. Eles mandam com cópia para o Atendimento ao Leitor, para a Direção de Redação, para os colegas, que é justamente para tentar fazer o cara passar vergonha.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Trezzi – A Zero Hora não tem um critério bem definido. Normalmente, quando a pessoa está indiciada ou enrolada com a polícia. Mas, às vezes, se você gravar ou surpreender alguém cometendo um crime ou um golpe, o nome é publicado. Antigamente, o cara era detido por averiguação, saía o nome dele. O cara tem que estar bem enrolado para ter o nome divulgado no jornal: com prisão em flagrante, ou com prisão preventiva decretada. São critérios mais objetivos.

Pesquisador – O repórter acompanha batidas policiais. Quando necessário, ajuda a prender?

Trezzi – Nunca vi um repórter ajudar a prender. Ouvi falar que acontecia nos anos 70, mas nunca vi e não sei se é verdade. Hoje, polícia é polícia, repórter é repórter.

Pesquisador – É comum repórter portar armas?

Trezzi – Não é comum. Mas conheci repórteres que trabalhavam armados.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalham em outro lugar?

Trezzi – Na ZH, hoje, não. Mas dos anos 80 até 1992, quando o Augusto Nunes chegou, era comum. O cara que não tinha um segundo emprego era um fracassado. Eu não tinha segundo emprego. Eles olhavam para mim como um marciano: “O baixinho é um otário, nem uma assessoria consegue para ganhar um dinheiro...” - era o que pensavam.

Pesquisador – Tinha policial que também era repórter?

Trezzi – Tinha, mas não muitos. Os repórteres trabalhavam muito. O mais comum (duplo emprego) era os editores. Os editores, caras que controlam o conteúdo, eram os que mais tinham segundo emprego. Repórteres eram os que menos tinham. Nos anos 70 havia uma turma de repórteres que trabalhava na Polícia, inclusive. Mas esse pessoal saiu nos anos 80.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria são vistos pelo conjunto da Redação?

Trezzi – Como um repórter normal. Mas tem uma coisa que persiste: quando há um assunto desagradável, as pessoas que trabalham na área de crime são chamadas. Quando tem um pepino, também. Os colegas mesmo relacionam o fato de trabalhar numa área que envolve delitos, tu vais resolver para eles um problema qualquer. Se tem delitos na área da Política, ao invés de chamar o cara da Política, chamam o da Polícia. Se tem delitos na área da Economia, vai o repórter de Polícia. Por que? Porque eles (editores) acreditam que a área deles deve ser impoluta e que a missão de repórter deles não envolve cobertura de crimes. Não entendo. Isso acontece por causa da imagem das pessoas de bem. O jornal se divide: tem pessoas para cobrir as pessoas de bem, e outras para cobrir o submundo. Acho que os repórteres não gostam disso. Eu não gosto. Não acho, por exemplo, que tudo que seja de ruim tem de ser comigo. Queria ver o pessoal que está de gravatinha dentro de um plenário cobrir também. Por que não? Repórter é repórter. Caiu na área, tem de sair nadando. Mas o jornal estigmatizou. Os modernos jornais do país não têm mais editoria de Polícia. Eu não chegaria a isso, mas não tem.

Pesquisador – E como o pessoal da editoria vê o restante da Redação?

Trezzi – Tem uma tendência de ver os outros como almofadinhas. Os repórteres de polícia se achavam uma estirpe à parte que vivia assim onde importa a sociedade, onde ela está no limite. Se achavam os caras e desprezavam todo o resto do jornal. Mas a gente ainda tem uma tendência de achar que os outros não sabem fazer investigação e que só a gente sabe. O jornal gosta de alimentar este ego. Mas já foi bem pior. Imagina no tempo em que o repórter andava armado. Eram os caras que resolviam os problemas do jornal. Se o jornal tinha um amigo ou um diretor com algum problema, ligavam para o repórter de Polícia e o repórter ligava para o comandante e resolvia. Eu fiz isso para livrar um colega que estava preso. Liguei para um delegado e disse que o cara era gente boa. O cara tinha quebrado um clube, mas a polícia estava de sadismo deixando o cara preso exatamente porque era jornalista.

Pesquisador – Qual o foco das matérias especiais?

Trezzi – Nos anos 90 era crime organizado. Estavam nascendo os cartéis no país e se focou isso. Hoje, acho que está voltando para serviço ao cidadão de novo, com a questão das drogas e dos carros roubados, mas sempre voltado à classe média.

Pesquisador – Os salários e a carga horária eram iguais aos demais colegas da redação?

Trezzi – Eu acho que os repórteres de polícia ainda são os que ganham menos, mas os salários dos jornalistas de um modo geral melhoraram. Se comparar pessoas com o mesmo tempo de Redação com os repórteres de Polícia, acho que eles são os que ganham menos. A carga horária também é maior. O cara que chega de manhã tá ralado porque a coisa pode mudar durante o dia. Se comparar o repórter de Polícia hoje com o dos anos 80, naquela época era raro algum que tivesse um Fusca. A maioria ia trabalhar de ônibus. Hoje, quase todos possuem carro.

Pesquisador – É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Trezzi – Todos os jornais mudaram. Os jornais eram veículos de massa, mais populares até os anos 80. Depois, foram se tornando formadores de opinião. Veículo de massa, hoje, é rádio e TV. Como veículos formadores de opinião, eles atingem a uma determinada classe social, mais elitizada, o que fez com que mudasse a cobertura da área da segurança. Ela está voltada para o leitor que se elitizou.

Pesquisador – O perfil da criminalidade, que também mudou, e a redemocratização do país influenciaram a mudança na cobertura policial?

Trezzi – A criminalidade aumentou, e os indicadores mostram isso. O avanço da criminalidade em direção a classe média fez com que aumentasse o peso da cobertura voltada para a classe média. A gente não vai mais quase nas vilas. Com a redemocratização do país, aquilo que a polícia diz não é mais lei. Até os anos 80, o que a polícia dizia era lei. Hoje, se relativiza. Por que? Toda uma geração viu colegas, amigos, familiares serem presos durante a ditadura em função de falarem o que pensavam. Então, a polícia passou a ser vilã. Hoje, mesmo quando a polícia age certo, a gente tem dúvidas. Isso tem a ver com a redemocratização do país.

JORGE WAITHERS, 66 ANOS

Trabalhou na Zero Hora entre 1973 e 1996, sendo que durante 15 anos exclusivamente na editoria de Polícia. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

Pesquisador – Como era a rotina da cobertura jornalística na área criminal em ZH?

Jorge Waitthers – Houve um período na editoria, quando o editor era o Mola (jornalista Nelson Ferrão), na época do golpe militar, que havia censura e a gente não podia publicar muitas coisas. O único meio de se publicar algumas coisas era através da Polícia, mas meio de contrabando. Neste período, havia um comprometimento do pessoal da editoria, uma ligação forte com policiais. Aquilo não cheirava bem. Eles tinham as informações, mas a que preço? Tinham que passar a mão em cima de algumas coisas. Esse período foi de 1973, 1974 até o início dos anos 80. Era uma barra, mas fazia parte do meio. Esse período passou, assumiu uma nova editoria com o José Antonio Ribeiro, o Gaguinho, e a visão passou a ser outra. Isso era mais ou menos 1981, 1982. Então, começamos a separar: polícia é polícia, repórter é repórter. Eles são fontes, mas o teu comprometimento com eles tem limites. Não há troca de figurinhas. Algumas pessoas faziam vistas grossas à corrupção policial, ao tráfico de drogas e até assaltos praticados por policiais. Essa mudança foi se dando até a Constituinte de 1988. Após a Constituinte, começou a ter uma nova relação com a polícia, com o fortalecimento do Ministério Público.

Havia plantões de oito horas, mas quase sempre eram mais horas. Eu cobria a Região Metropolitana. Percorria todas as delegacias, até Sapiranga. Era eu, o fotógrafo e o motorista, que já conhecia os atalhos. Chegávamos ao ponto de ligar para um delegado da Região Metropolitana, próximo do fechamento da edição, e dizer: doutor, eu preciso desta informação, o senhor me confirma, sim ou não? Até tu fazia a matéria antes e ligava para ele depois: doutor, o senhor está dizendo isso, isso, isso na matéria. Ele dizia para a gente não comprometer-lo. É claro, a gente não vai exagerar. Tem a confiança do indivíduo.

Pesquisador – Quais eram as fontes principais?

Waitthers – Era sempre o inspetor do pátio, aquele que vai ao local dos fatos. O delegado parece marido traído, é o último a saber, mas a gente precisa ouvi-lo.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento, eram ouvidos para composição das matérias?

Waithers – Em algumas matérias, sim. Principalmente nas matérias dominicais. Mas era só para pegar alguma palavra deles, para dar um cunho de veracidade. O próprio repórter era o sociólogo. Segundo Sartre (filósofo francês Jean Paul Sartre), a gente sempre escolhe o bem. A gente escolhe o bem e, portanto, a gente sabe o que está fazendo o bem para a sua comunidade. Tu vais para casa e sabe que não pisou na bola, não prejudicou ninguém e cumpriu com o teu compromisso. A gente muitas vezes ligava para entrevistar um antropólogo, um sociólogo, um juiz para enriquecer a matéria, só. Tu querias um “sim” ou um “não” dele, apenas. Como a Veja faz hoje.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Waithers – Não havia recomendações porque o cara sabe o que faz. A não ser quando era uma matéria 500 (de interesse da empresa), que eles diziam para ter cuidado ao redigir.

Pesquisador – Quais as pautas que mais chamavam a atenção da editoria?

Waithers – Drogas, assaltos a banco e sequestros, que na época começou a ser introduzido no Estado.

Pesquisador – O que determinava o tamanho e o destaque das matérias publicadas?

Waithers – A importância do fato para a comunidade e a sua repercussão. Casos de drogas que envolva pessoas importantes ou conhecidas da comunidade, assaltos, sequestros. Quem avalia é tu e o editor, que depois discute com a capa. O repórter tem as informações, mas não pode abrir tudo, nem mesmo para os editores.

Pesquisador – Quais as pressões mais frequentes que os repórteres e editores que trabalham na editoria de polícia sofriam? De onde elas partiam?

Waithers – Normalmente, de delegados da Polícia Civil e do comando da Brigada Militar. Algumas matérias eram verdades que incomodavam. As pressões acabam tendo repercussões. Eles ligavam para o quarto andar (onde ficava a direção do Grupo RBS) e daqui a pouco alguém ligava. Tem uma matéria assim, assim, assim? Eles querem olhar. A matéria subia. Quando não vinha toda rabiscada, diziam: deixa fora.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Waithers – Hoje em dia se faz matéria, se conta o fato, mas não se publicam nomes. Qual a contribuição que tu podes dar para a tua comunidade? Como tu vais execrar um indivíduo, por exemplo, que vende crack? Ele deve ser execrado. Publicar a cara dele no jornal é o mínimo que se pode fazer. Naquela época isso não existia. A gente publicava quase tudo. Só não publicávamos foto de menores. Neste caso, usávamos uma tarja bem pequena, quase um tapa-olho. Era para identificar mesmo, para que soubessem que aquela pessoa era perigosa. Suicídios a gente não publicava.

Pesquisador – Repórteres acompanhavam batidas policiais. Quando necessário, ajudavam a prender?

Waithers – No segundo período, já nos anos 80, isso não acontecia. Mas antes disso (anos 70) havia um certo conluio entre a polícia e os repórteres. Não se diferenciava uma coisa da outra. O repórter andava armado e fazia batida junto, inclusive há histórias de repórteres batendo em preso. Eu estive presente em situações assim, quando um repórter da Zero Hora bateu num preso algemado.

Pesquisador – Era comum repórter portar armas? Caso positivo, as armas eram deles ou da polícia?

Waithers – Era comum, mas as armas eram deles. Eu mesmo ganhei uma arma de aniversário, uma vez, em 1981. Um policial me chamou na sala dele e disse: “eu tenho um presente pra ti”. Pegou um estojo e disse: “faça bom uso disso”, alcançando um revólver calibre 32. “Mas o seguinte: se tu usar isso, tu joga num riacho depois”. Por que? Devia ser mal havia. Não tinha numeração raspada, nem nada, mas se eu desse um tiro em alguém, devia jogar fora a arma. O policial era um comissário de polícia. Era um grande cara, um baita de um polícia. Aquilo era da cultura dele. Eu mostrei para o meu editor, o Wanderlei Soares, disse: “mas que barbaridade”. Mas logo depois, o Wanderlei também ganhou uma de presente. A gente ria. O que a gente ia dar para eles? Uma caneta? Eu nunca usei a arma. Guardava a arma num lado, as balas em outro, para não ter problemas. Depois eu estava precisando de dinheiro e vendi a arma para um amigo, que já morreu.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalhavam em outro lugar?

Waithers – Era comum repórteres, que ganhavam pouco, terem emprego no governo. Do boi da redação ao editor-chefe, todos tinham dois empregos.

Pesquisador – Tinha policial que também era repórter?

Waithers – Tinha. Vários policiais. Tinha um colega, que também era comissário de polícia, mas não sabia escrever. Ele fazia o plantão da madrugada. Ele chegava de manhã, a gente pegava o relatório dele e escrevia. Ele dizia: “eu não escrevo contra colega”. Então, se tinha algo envolvendo policial, ele não nos passava a história.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria eram vistos pelo conjunto da Redação?

Waithers – Sempre com um corpo estranho. Alguém comprometido. Éramos a lixeira do jornal. Havia preconceito. Preconceito besta porque acho que todos os repórteres devem passar pela Polícia para conhecer a realidade.

Pesquisador – Os salários e a carga horária eram iguais aos demais colegas da Redação?

Waithers – Os salários eram acima do Segundo Caderno e da Geral, por exemplo. A qualificação do pessoal, se comparado com o pessoal da Redação, era semelhante. Em outras editorias também havia repórteres que não sabiam escrever. Não era só na polícia.

Pesquisador – E como o pessoal da editoria de Polícia via o restante da Redação?

Waithers – Eu não via os outros por editoria, eu via por setores. Fulano está no Esporte, este cara é honesto, é gente fina. Cicrano está na Economia, é um cara sério. Na Geral tem lá uns três ou quatro, nesses dá para confiar, eles sabem o que fazem. Eu vejo assim. A maioria do pessoal da minha época eu acho que via assim.

Pesquisador – É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Waithers – As pessoas mudaram, o jornal mudou.

Pesquisador – O perfil da criminalidade, que também mudou, e a redemocratização do país influenciaram a mudança na cobertura policial?

Waithers – Acho que o que se dá, hoje em dia, publicidade ou destaque maior ao tráfico de drogas, que invadiu a classe média, em detrimento do delinqüente “chinelô” da Restinga. Acho que explosão de violência é chavão. A violência é inerente ao ser humano. Não vou discutir se as estatísticas estão certas ou erradas. A violência no trânsito, por exemplo, é importante porque a cada ano causa mais mortes do que as ocorridas no Vietnã. A Constituição de 1988 alterou as relações da imprensa, polícia e Justiça. Houve um afrouxamento nos costumes, uma liberalização, que eu acho que contribuiu para a impunidade.

JOSÉ LUIS COSTA DOS SANTOS, 45 ANOS

Jornalista há 16 anos, sendo 11 anos em Zero Hora, sempre como repórter da editoria de Polícia. Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Pesquisador – Como é a rotina da cobertura jornalística na área criminal em ZH?

José Luis Costa dos Santos – Hoje a cobertura está muito focada na questão da segurança pública de um modo geral. Há tempos, no começo dos anos 2000, a gente fazia rondas, dava telefonemas para as delegacias, muitas vezes ia pedir para olhar ocorrências. Hoje, é uma cobertura mais macro, onde tu acompanhas a evolução da criminalidade de uma forma mais ampla.

Pesquisador – Qual é o foco das matérias?

Costa – É uma cobertura mais de segurança pública e menos de polícia.

Pesquisador – Quem são as fontes principais?

Costa – No geral, tu tens aí pessoas ligadas à área operacional. São pessoas que estão no dia a dia e que tem conhecimento da rotina do serviço. Tu passas muito tempo conversando com estas pessoas, tu vais às delegacias, às unidades da Brigada Militar, e tu acabas tendo uma certa afinidade. Hoje tem delegados, inspetores, soldados, oficiais, o Ministério Público, que se tornou uma espécie de parceiro da imprensa de uns anos para cá, que são tuas fontes. Os promotores são fontes valiosas. Tu tens também juízes, que atuam na área criminal, que pelo contato tu acabas tendo afinidade.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento são fontes?

Costa – São fontes. Mas na área de cobertura de polícia estas fontes não são tão freqüentes. Tu vais falar com eles quando tens matérias mais longas, quando tu precisas buscar a interpretação mais técnica e mais abrangente de um determinado fenômeno. Se acontecer uma onda de homicídios, tu vais buscar as razões disso. O que influencia na sociedade? Então, para interpretar estas questões, tu buscas antropólogos, sociólogos. Mas isso não é diário.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Costa – A gente tem aquela pressão natural de trazer uma notícia diferente que a da concorrência. Precisamos sempre de um fato novo, que vá surpreender o leitor. Hoje, tu tens a concorrência da rádio, da televisão, da Internet. Então, se tu vais publicar uma notícia no jornal que vai sair só no outro dia, tu tens de ter um fato diferente. A pressão, a ordem dos editores, é que de uma determinada notícia tu tragas um fato novo que vá surpreender o leitor no dia seguinte.

Pesquisador – O que determina o tamanho e o destaque na edição de determinada notícia publicada?

Costa – O espaço, o tamanho, o destaque vão muito da cabeça dos editores, mas, em geral, existe uma certa sintonia. Por vezes, tu entendes que a matéria merece espaço, que é importante, mas os editores acham que não. Assalto com morte numa vila lá em Cacimbinhas, por exemplo, tem um tratamento, mas quando matam um empresário no bairro Moinhos de Vento, tem outro. Isso, o jornal entende e a gente entende também, que tem de ter maior destaque.

Pesquisador – Quais as pressões mais freqüentes que os repórteres e editores que trabalham na editoria de Polícia e de onde elas partiam?

Costa – É a pressão de trazer algo diferente. Uma notícia que não esteja no dia a dia dos veículos de comunicação, mas também tem a pressão que vem dos editores que entendem que determinado assunto seja relevante, querem transformar em matéria, mas tu vais para rua, fala com as pessoas, tu tenta buscar dados, e não consegue. Muitas vezes, os editores criam uma idéia, montam uma pauta, e querem que tu execute esta pauta, mas nem sempre tu tens elementos para confirmar aquela idéia. São estas duas pressões.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Costa – Inicialmente, não se publica nomes e fotos de suspeitos quando eles ainda estão sendo investigados. Mas se ele confessa um crime, bom, aí não há mais motivo para o sigilo. Em geral, o que ocorre é a divulgação do nome e da foto quando o suspeito é indiciado pela Polícia Civil e, logicamente, quando ocorre a denúncia pelo Ministério Público, depois quando é julgado.

Pesquisador – O repórter acompanha batidas policiais. Quando necessário, ajuda a prender?

Costa – Não. De forma alguma. Eu tenho consciência, e acho que é um sentimento homogêneo na Zero Hora, que hoje em dia o repórter não mais participe. Ele é apenas um espectador do episódio. Muitas vezes tu consegues entrar no local para descrever o cenário em que a operação está acontecendo, até para tu conseguires descrever na matéria depois. Mas acompanhar e prender, jamais.

Pesquisador – É comum repórter portar armas?

Costa – Não. Eu nunca tive e não conheço nenhum repórter que tenha.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalham em outro lugar?

Costa – Não. Na Zero Hora o repórter assina contrato de exclusividade e não pode trabalhar em nenhum outro lugar.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria são vistos pelo conjunto da Redação?

Costa – No passado, a gente ouvia falar que era uma editoria de menor importância. Mas hoje eu não vejo nenhum preconceito dos colegas em relação aos repórteres de polícia. O que eu vejo é as pessoas me perguntarem algumas coisas achando que a gente passa apuros, enfrenta tiroteios. Mas, na verdade, a cobertura é tranquila. É como se fosse um repórter de política, do esporte, da economia. Não há nenhum tipo de demérito.

Pesquisador – A carga horária e o salário são iguais aos demais?

Costa – Eu não conheço o salário de um modo geral dos meus colegas. Mas até onde eu sei, os repórteres de polícia são tão valorizados quanto os demais repórteres do jornal.

Pesquisador – E como o pessoal da editoria via o restante da Redação?

Costa – Cada um acaba, pelo dia a dia, acumulando conhecimento na sua área. O repórter do esporte acaba sabendo de futebol, o de Segundo Caderno conhece cinema e teatro, o de economia sabe de empresas e investimentos. São colegas normais.

Pesquisador – Qual o foco das matérias especiais?

Costa – É mais na área de segurança, mais macro. Se tu vais fazer uma matéria sobre números da criminalidade, tu vais ver o quanto os homicídios estão afetando a vida das pessoas, quem está morrendo. São temas que assustam a sociedade. A questão dos presídios, até que ponto isso afeta a vida dos cidadãos? Porque há criminosos que estão na rua porque não há lugar para eles. É menos o assalto do banco da esquina, e mais assuntos macro.

Pesquisador – É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Costa – Ela teve uma mudança radical em virtude do Diário Gaúcho, criado quem 2000. O Diário se preocupou mais com o crime do dia a dia e a ZH, aos poucos, foi deixando essas questões do dia a dia em segundo plano. A ZH foi avançando mais no aspecto da segurança pública em geral.

Pesquisador – Há uma preocupação em matérias mais amplas. A democratização do Brasil pesa nesta mudança ocorrida nos últimos anos?

Costa – É difícil responder isso. Mas essa abertura político e social que o país vem sofrendo ao longo dos anos, elegendo inclusive um ex-metalúrgico para presidente, coisa que não se imaginava. O governo federal, de um modo geral, se preocupando com assuntos mais sociais. Eu percebo que a liberdade de imprensa também avançou. A polícia, no passado, era fechada. Os caras prendiam por conta próprias, os caras batiam e ficava por isso mesmo. Hoje, não conseguem esconder as coisas como ocorria no passado. As coisas são públicas, são claras.

Pesquisador – A mudança no perfil da criminalidade influenciou para que a editoria de polícia mudasse?

Costa – Os crimes no passado continuam acontecendo. O marido manda matar a mulher porque foi traído, o vizinho continua matando o outro porque o carro está na calçada. Os traficantes continuam traficando. Os assaltos a banco continuam. O latrocínio também. Acho que a mudança da cobertura se deve ao fato de tu teres um jornal cobrindo um determinado assunto e outro cobrindo outro assunto.

MILTON GALDINO, 72 ANOS

**Jornalista provisionado desde 1959, trabalhou na ZH entre 1967 e 1992.
Entrevista concedida em dezembro de 2009.**

Pesquisador – Como era a rotina da cobertura jornalística na área criminal em ZH?

Galdino – A gente rodava 24 horas por dia, em esquema de plantão. Tinha plantões no Palácio da Polícia, nas delegacias distritais, no Departamento de Polícia Metropolitana. Era uma equipe muito grande.

Pesquisador – Quem eram as fontes principais?

Galdino – Eram os policiais de baixo escalão. Inspetores, investigadores eram os que davam informações. Muitas vezes ocorria um crime e nós, num trabalho paralelo, descobríamos antes da polícia os responsáveis.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento, eram fontes?

Galdino – Não eram fontes. Eram mais fontes do editor. Dependendo da matéria, o próprio repórter conversava com advogados criminalistas, psicólogos, psiquiatras. Isso acontecia quando a matéria exigia. Naquela época, não se publicava suicídios, por exemplo, e nem crimes passionais, a não ser aqueles com características muito especiais. Mulheres assaltadas e estupradas também não se publicava no jornal.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Galdino – O repórter devia voltar da rua com toda notícia. Fotos e bonecos (reproduções de fotos de suspeitos ou mortos). Em jornalismo nada se cria, tudo se copia. Eu tinha amigos na polícia. Levava uma garrafa de uísque para eles, levava para jantar. O policial era teu amigo. A convivência do repórter com o policial era fundamental: ele era teu amigo.

Pesquisador – Quais as pautas que mais chamavam a atenção da editoria?

Galdino – A coisa mais importante é a vida. Portanto, a minha preocupação sempre foi o homicídio. O repórter tinha de conhecer três idiomas: a gíria do vagabundo, a gíria da

polícia e a gíria do populacho. O repórter não tinha de ter medo do vagabundo. Ele tinha de encarar, fazer investigações paralelas.

Pesquisador – O que determinava o tamanho e o destaque das matérias publicadas?

Galdino – A importância dela. O repórter tinha de transmitir para os leitores o que havia acontecido. A polícia tinha a obrigação de dar chamada de capa todos os dias. Era uma recomendação diária dos editores da época. Repórter de Polícia tinha de ser meio bandido senão não encarava subir morro. Eu tinha um motorista que era melhor do que eu: descia do carro e levantava todos os dados (durante uma cobertura jornalística).

Pesquisador – Quais as pressões mais frequentes que os repórteres e editores que trabalham na editoria de Polícia sofriam?

Galdino – Ficava a critério do editor.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Galdino – Não tinha critérios. Só respeitávamos o código de menores.

Pesquisador – Repórteres acompanhavam batidas policiais. Quando necessário, ajudavam a prender?

Galdino – Isso não era minha função. O trabalho de prender era da polícia. Nunca prendi ninguém, nunca dei voz de prisão. Agora, se tinha alguém que tinha mania de polícia, era problema dele. Havia colegas que eram também policiais. Como polícia, eram polícia. Como repórter, eram repórteres. Tinha um comissário de polícia, chefe de investigação, que reunia os repórteres que faziam cobertura no Palácio da Polícia, à tarde, e dizia que já sabia quem era (um determinado suspeito) e pedia para não publicarmos o nome. Todo mundo respeitava.

Pesquisador – Era comum repórter portar armas? Caso positivo, as armas eram deles ou da polícia?

Galdino – Era comum. Em muitos casos, era necessário. Se eu tinha informações de que determinado traficante está no morro, coisa e tal, eu ia, investigava e colocava no jornal. Eu subia o morro, com o meu fotógrafo, e lá eu podia levar um tiro. Nunca precisei dar tiros, mas já recebi tiros. Uma vez estávamos numa guerra contra o jogo do bicho. Pau e pau, todos

os dias. Na esquina da Rua Cristóvão Colombo com Coronel Bordini eu notei um carro atrás da nossa viatura, que era uma Rural. O que levamos de tiro não foi mole. Fomos surpreendidos, nem cheguei a disparar a minha arma.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalhavam em outro lugar?

Galdino – Eu sempre tive dois empregos. Aposentei-me como diretor de imprensa do Ministério Público, em 1992. Trabalhei como diretor de Secretária da Secretaria da Segurança Pública, entre 1979 e 1984.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria eram vistos pelo conjunto da Redação?

Galdino – Eram muito mal vistos. Isso acontecia porque o nosso círculo de amigos estava dentro da polícia. Todas as nossas amizades estavam dentro da área da segurança pública. Era fácil tu te brutalizar. Tu tinhas de conversar com o vagabundo seriamente, com energia. Tu não podias dizer: por favor, o senhor pode dizer o seu nome. Tinha de chegar e dizer: vem cá, cara, qual é a tua? Qual é o teu nome? Tinha que ser enérgico. Nunca dei mole para bandidos. Falava com eles de igual para igual. Além disso, o pessoal pedia muito favor pra gente. Eu fui o primeiro repórter a cobrir a Polícia Federal. Eu tinha livre acesso à PF e acabei fazendo grandes amigos lá dentro. Então, os colegas nos pediam favores. Uma vez, o Pilla Vares (Luis Pilla Vares), editor de Cultura, recebeu um convite para ir ao Oriente Médio, mas não tinha passaporte. Ele era comunista, esquerdista, toda polícia o conhecia. Como o Pilla ia ter passaporte? Além disso, ele não tinha certificado de reservista. Então, fui chamado para conseguir um passaporte para o Pilla. Fui lá, falei com algumas pessoas e conseguiram o passaporte para o Pilla. O compromisso era o seguinte: quando o Pilla retornasse, eu devolveria o passaporte para a PF. Foi o que aconteceu. Eu também ajudava a retirar pessoas presas. Mesmo assim, a Redação me olhava por cima dos olhos.

Pesquisador – E como o pessoal da editoria via o restante da redação?

Galdino – Muito bem.

Pesquisador – Os salários e a carga horária eram iguais aos demais colegas da redação?

Galdino – A carga horária era a maior da Redação. A gente não tinha hora para trabalhar, mas os salários eram os mesmos dos demais.

Pesquisador – É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Galdino – O Augusto Nunes, que assumiu a direção de Redação da Zero Hora em 1992, resolveu acabar com a editoria de Polícia. Ele colocou metade do pessoal na rua. Mudou o tipo de cobertura também. Não se fez mais jornalismo investigativo. Não se tem mais convívio com a polícia, que é um convívio necessário. Eu saía com o pessoal para jantar, ia às festas da polícia. Eles eram nossas fontes. A criminalidade também aumentou violentamente, mas o jornal não se adequou a esta mudança. A Brigada cresceu muito, mas a polícia judiciária não teve a mesma mudança.

Pesquisador – Qual o peso da redemocratização do país na mudança na cobertura policial?

Galdino – A Constituição de 1988 mudou muita coisa. Se a gente tivesse trabalhando como na minha época, o jornal já tinha quebrado com as indenizações. Os direitos humanos, hoje, restringem uma série de coisas.

RENATO DORNELES, 45 ANOS

Repórter e subeditor de Polícia na ZH entre outubro de 1986 a dezembro de 1999. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

Pesquisador – Como era a rotina da cobertura na área criminal em ZH?

Renato Dorneles – Havia uma equipe grande na editoria de Polícia, que trabalhava durante 24 horas do dia. Um repórter atuava nas delegacias especializadas, outro pelas delegacias distritais, um repórter para Grande Porto Alegre e Vale dos Sinos, um plantonista de madrugada, um de noite e outro de manhã, além de um repórter que fazia reportagem especial de domingo. Eram reportagens diferentes das realizadas hoje. No total, havia nove repórteres.

Pesquisador – Qual era o foco das matérias especiais?

Dorneles – Quando eu entrei no jornal, as dominicais eram muito em cima de coisas factuais, mas também contavam com estatísticas. Caso aumentasse o número de furto e roubo de veículos em Porto Alegre, ouvíamos delegados, seguradoras. Era mais ou menos em cima de dados oficiais sobre a criminalidade. Por vezes, pegávamos um crime específico, um caso específico, como o caso Daudt (jornalista e deputado estadual José Antonio Daudt, assassinado em 1988), que rendeu várias dominicais. Eram matérias que contavam o que havia acontecido na semana, conjecturas, os rumos que a polícia ia tomar. Havia muita diferença com o que é feito hoje porque, como eu disse, as dominicais eram muito em cima do factual e de dados concretos, sem muita subjetividade ou exploração de causas e conseqüências.

Pesquisador – Quem eram as fontes principais?

Dorneles – Naquela época, no período da transição democrática, as fontes eram os delegados e a polícia. Eram fontes oficiais. Se por questões de achar que ia prejudicar as investigações ou por qualquer outro motivo... Quando começou a transição democrática, começou a se ver que o próprio criminoso poderia ser uma fonte. Abriu-se o leque de fontes. As fontes eram muito fechadas na polícia e instituições oficiais, como Ministério Público. Na transição, o leque começou a ser aberto para outras fontes. Até porque muitas vezes a própria polícia poderia ser parte interessada no caso.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento, eram ouvidos para composição das matérias?

Dorneles – Até se ouviam psicólogos para explicar tais fenômenos, por que as pessoas agiam de tal forma, essas muito em cima de casos pontuais. Exemplo: aumentava o número de homicídios, então se ouvia os profissionais para ver o por que as pessoas estavam agindo assim, o comportamento das pessoas. Até se ouvia, mas não com o aprofundamento que existe hoje. A análise social era muito precária. Com o tempo, veio a crescer.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Dorneles – Eu lembro que tinha um chefe de reportagem, que eu prefiro não citar o nome, que dizia assim: “hoje a gente está mal de notícia. Picada de mosquito é notícia”. Quer dizer, tu tinhas de ir para rua voltar com alguma notícia. Tu tinha que ir lá, pegar uma ocorrência policial, e voltar com uma notícia. Não tinha a preocupação que existe hoje de pensar em pautas diferentes, analisar algum fenômeno. Na época, tu tinhas de ir ao local onde tu cobrias, no meu caso era a Grande Porto Alegre, e buscar notícias.

Pesquisador – Quais as pautas que mais chamavam a atenção da editoria?

Dorneles – Eu gostava de fazer pautas especiais e apresentar algo diferencial. Eu lembro de uma pauta, sobre crime passional, que eu ouvi especialistas. Ouvi mais pessoas fora da polícia do que da polícia. Naquele tempo, o tráfico de drogas ainda era pouco noticiado se considerarmos o que se noticia hoje. Já existia o tráfico de drogas, mas era pouco freqüente no noticiário policial. Quando tinha matérias que exigia mais criatividade, investigação, parte da equipe se entusiasmava. Mas também tinha a turma que preferia ficar no factual, longe das especiais.

Pesquisador – O que determinava o tamanho e o destaque das matérias publicadas?

Dorneles – Apostava-se muito na repercussão que alguma coisa poderia ter. Um crime chocante rendia bastante espaço. Um crime que envolvesse alguma autoridade, também. Naquela época, havia os bandidos “ilustres”, ou conhecidos”, que dominavam o cenário policial. Lembro até hoje que o Milton Galdino foi cobrir a morte do Vico (um assaltante famoso nos anos 80), quando foram achados dois corpos às margens da BR-290, em Cachoeirinha. O Galdino chegou lá e, muito bem, tratava-se de um duplo homicídio, com

desova de corpo. Naquele tempo a gente tinha um rádio, que ligava o carro à redação, e em determinado momento o Galdino diz: é o Vico! Bom, então de uma página passou para duas, três.

Pesquisador – Quais as pressões mais frequentes que os repórteres e editores que trabalhavam na editoria de polícia sofriam?

Dorneles – Eu entrei na ZH num momento em que o país estava recém se redemocratizando. Naquela fase, ainda dava para perceber que muitos policiais não estavam acostumados com a democracia. Eles achavam que podiam intimidar e que tu tinhas de obedecer. Lembro de um fato, nos anos 80, que o motorista da equipe precisava ver uma lista telefônica e fomos à delegacia de Homicídios. O delegado disse para entrarmos e procurarmos na lista. Caminhei pelos corredores da delegacia, abri uma porta e encontrei, numa banheira vazia, sentados na borda, três jovens acorrentados. Eles só diziam que não tinham nada a ver com crimes. Eu chamei o fotógrafo, que fez as fotos. Como estávamos recém voltando da redemocratização, fiquei com medo que a polícia retirasse o filme e saí da delegacia sem falar nada. Da Redação, liguei para falar com o delegado, mas acabei falando com o chefe de investigações, que é a figura de confiança do delegado. Ele disse: “são testemunhas de uma bronca, que se a gente não prende eles aqui, eles não querem depor”. Bom, no outro dia, foto grande e o título: “Testemunhas são acorrentadas na DP”. Era uma sexta-feira, o chefe de polícia deu entrevista. O delegado titular da DP era daqueles que achavam que podiam tudo. Ele era racista, me chamou de tudo (Dorneles é negro), que eu tinha traído a confiança dele, que eu não tinha o direito de escrever aquilo. Era este o pensamento que os policiais tinham na época. Eles achavam que podiam fazer o que quisessem que nós não publicaríamos, porque eles eram as nossas fontes oficiais e porque eles tinham poder. Os direitos humanos, com o fim da ditadura, passam a trabalhar em cima de presos comuns que sofriam abuso de poder nas delegacias.

Pesquisador – De onde partiam as pressões?

Dorneles – Normalmente, da polícia. Quando havia o envolvimento do filho de alguém importante, por exemplo, tinha a pressão interna do jornal para que a notícia fosse abortada.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Dorneles – Não havia critério. Se não fosse ninguém importante, publicava-se com a maior irresponsabilidade, sem nenhuma preocupação. Vou contar um fato que aconteceu comigo e que me remói até hoje. A nossa ingenuidade de ir pela polícia como fonte oficial nos traía muito. Em 1987 ou 1988 houve a morte de um professor de Educação Física na Rua José Bonifácio. Um ou dois dias depois, foi preso um cidadão que estava mexendo no carro dele e, na frente, estava o carro do professor. A polícia o prendeu dizendo que ele estava retirando coisas do carro do professor e colocando dentro do carro dele. A polícia nos chamou e disse: prendemos o matador do professor. Fiz a matéria. Saiu foto de quase meia página do cara com o título: “Preso matador do professor de Educação Física”. O cara só chorava e dizia que não tinha nada a ver. Passado um mês e pouco, uma outra delegacia prendeu quatro jovens. Um deles confessou a morte do professor. Aí, saiu nova matéria e não fizemos referência ao texto anterior. No dia seguinte, apareceu um cara, humildemente, querendo falar comigo. Eu sabia que o conhecia, mas não lembrava de onde. Ele perguntou se eu me recordava dele, eu disse que não e então ele pegou a reportagem em que aparecia como matador do professor universitário. Sou esta pessoa aqui. Fui até o meu editor, contei a história e, no dia seguinte, saiu uma nota de cinco linhas como correção. Isso ilustra bem: se a polícia dizia que era, era. Não tinha aquela dúvida. Não tratávamos como suspeito, como alguém que está sendo investigado.

Pesquisador – Repórteres acompanhavam batidas policiais. Quando necessário, ajudavam a prender?

Dorneles – Na minha época isso já não acontecia. Alguns motoristas que trabalhavam no jornal ainda tinham aquele ranço. Lembro de um motim, em 1987, em que acompanhamos a polícia nas buscas, e o motorista me disse: e eu aqui sem um revólver! Eu disse que a gente estava na chuva para se molhar e que as nossas armas eram o carro, a caneta e o bloco. Houve um outro episódio com um motorista, que havia saído da polícia para trabalhar na Zero Hora, que retirou a arma e trocou tiros contra os bandidos numa operação policial. Isso era em 1986, na minha época como repórter, mas com outro colega. Num outro episódio, um fotógrafo, que não vou citar o nome, pediu para um preso levantar a cabeça para ser fotografado. O preso não levantou e o fotógrafo começou a chamá-lo de vagabundo, que ele tinha mais é que apanhar. Eu entrei na fase de transição, em que a cobertura estava mudando.

Pesquisador – Era comum repórter portar armas?

Dorneles – Alguns ainda portavam suas armas próprias. Naquela época, algumas pessoas achavam que a gente era da polícia. Lembro de uma vez em que a gente estava em reunião na editoria quando entrou um telefonista do outro prédio, vendendo umas bolsinhas, e ofereceu para a gente: “pessoal para vocês que usam armas, tem essa bolsinha aqui”. A gente começou a rir. Dizem que antigamente não se sabia quem era polícia, quem era repórter e quem era bandido.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalhavam em outro lugar?

Dorneles – Sim, era comum. O duplo emprego era corriqueiro. Inclusive, trabalhavam assessorando Ministério Público, Secretaria da Segurança Pública, órgãos cujo trabalho de reportagem lidava diretamente com aquilo. Parecia algo institucional. A empresa via como um benefício porque achava que teria alguém lá dentro para conseguir informações privilegiadas.

Pesquisador – Tinha policial que também era repórter?

Dorneles – Na minha época, não.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria eram vistos pelo conjunto da Redação?

Dorneles – Era o baixo clero, a “banda podre” da Redação. A editoria de polícia abrigava os malditos. A Redação não nos via como jornalistas iguais a eles. É claro que não era regra, mas a maior parte da redação eu acho que nos via assim. Muitos achavam que por trabalhar direto com os caras podíamos intermediar carteira de habilitação, porte de armas, etc. Pessoas de dentro da empresa pediam para fossem executados favores. Isso quando não pediam para falar com delegados para aliviar beltrano, ciclano, porque eram conhecidos. Eram pedidos comuns.

Pesquisador – E como o pessoal da editoria via o restante da redação?

Dorneles – Sempre na Redação havia estigmas. No Segundo Caderno trabalhava o pessoal das futilidades, na Polícia, os bandidos, no Esporte, os malucos. Política, Geral e Economia eram as editorias mais respeitadas. Eu me achava muitas vezes discriminado pela Redação. Eu era jovem, sou negro, repórter de polícia... Na época, havia muito dos

conservadores acharem que os jovens não sabiam nada. Alguns colegas talvez até tenham colaborado para isso.

Pesquisador – Os salários e a carga horária eram iguais aos demais colegas da redação?

Dorneles – A editoria de Polícia tinha a pior carga horária do jornal. Éramos a única editoria que virava 24 horas. Trabalhávamos 12 dias para folgar dois. E os salários também eram menores. Lembro que algumas pessoas utilizavam isso como parâmetro: se a editoria de Polícia ganha tanto, nós temos de ganhar mais. Na opinião dessas pessoas, era um trabalho que não precisava especialização. Era só ir lá, copiar uma ocorrência policial e, conseqüentemente, não podiam receber o mesmo que os repórteres de Política, por exemplo.

Pesquisador – É fato que a editoria mudou muito. Por que?

Dorneles – Há uma série de fatores. A imprensa, a empresa, os profissionais e a conjuntura mudaram. Os pilares da mudança começaram com a redemocratização e com a ação dos direitos humanos, que se voltaram mais para os presos comuns. Os repórteres estavam vendo que ali estava um filão. Antes, morria um preso, era um preso a menos. Existia aquela visão: bandido bom é bandido morto. Depois, passou a mudar.

Pesquisador – O perfil da criminalidade, que também mudou, contribuiu para a mudança da cobertura?

Dorneles – Eu acho que isso pode ter ajudado mas, de certa forma, pode também ter piorado a cobertura. Pelo seguinte. A classe média acha que tem de ser defendida, que os seus interesses precisam ser defendidos e que lá na favela, nas vilas, estão os inimigos. A classe média, muitas vezes, até apóia os abusos da polícia porque acha que esta é a maneira de coibir o perigo que vem das favelas. Muitas vezes, quando ocorrem erros, como no homem errado, a classe média acha que erros de percurso fazem parte.

TIBÉRIO VARGAS RAMOS, 61 ANOS

Durante os 40 anos de profissão, trabalhou sete anos na editoria de Polícia da ZH, entre o final dos anos 80 e o início dos 90. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

Pesquisador – Como era a rotina da cobertura jornalística na área criminal de ZH?

Tibério Vargas Ramos – A rotina era praticamente a mesma da Caldas Júnior. A gente ouvia rádio da polícia, porque era muito em cima do factual. Nós tínhamos de cobrir os fatos policiais e, portanto, tínhamos de saber o que estava acontecendo. A gente tinha até uma sala separada para poder ouvir as rádios da Polícia Civil, da Brigada Militar, saber os códigos. Os policiais sabiam que nós ouvíamos. Era um rádio com regulagem de frequência, que na RBS era utilizado pela Rádio Gaúcha para regular a frequência da rádio. Era possível programar as frequências das polícias Rodoviária, Civil, Militar. A cobertura era 24 horas, o que obrigada a ter equipes grandes. Não se conseguia fazer uma equipe de polícia com menos de nove repórteres.

Pesquisador – Quem eram as fontes principais?

Ramos – Brigada Militar, polícias Civil e Federal e, na Caldas Júnior, se cobria Justiça. Havia um repórter que fazia só Justiça, onde a gente verificava qual o resultado das ações da polícia.

Pesquisador – Sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros profissionais de diferentes ramos do conhecimento eram fontes?

Ramos – Magistrados, sim. A gente cobria Vara do Júri. Sociólogos, psicólogos, etc., a Zero Hora começou a utilizar, principalmente em reportagens especiais de domingo, depois do ingresso do Mário Rota e do João Carlos Rodrigues, a partir de 1985. Havia uma agenda de especialistas, quase sempre os mesmos. Sociólogos são dois ou três, psicólogos outros dois ou três. É uma coisa que acontece muito na reportagem policial e no jornalismo como um todo: a repetição de fontes.

Pesquisador – Quais as recomendações dos editores para os repórteres que saíam às ruas?

Ramos – Eu continuo achando que a reportagem policial no Rio Grande do Sul foi uma construção das pessoas envolvidas. As pessoas faziam reportagem policiais sem muita orientação de editoria, mas uma orientação de equipe. As pessoas conversavam, discutiam, se cobravam e isto ia criando um estilo de cobertura. Na ZH tinha o Mário Rota, que era um cara que tinha um texto corretíssimo, bom gosto para escrever, rigor nos dados, postura, enfim, ele era um referencial para os outros que estavam começando. O que a gente procurava fazer: em primeiro lugar, trazer notícia e, depois, apostar em casos enigmáticos. A gente fazia a polícia trabalhar. Um crime, enquanto não era solucionado, continuava abrindo páginas do jornal. No momento em que tu te posiciona não como um *publisher* da polícia, mas como um repórter, todos os erros vão aparecendo: as arbitrariedades, a corrupção, as inoperâncias. Tu ficas numa posição de cobrança.

O Augusto Nunes, quando chegou a Porto Alegre, trouxe uma interpretação de que a polícia nos grandes jornais brasileiros devia ser diluída na editoria de Geral pelo grau de corrupção que pode trazer. Mas no Rio Grande do Sul, ela foi criando, ao longo dos anos, uma certa independência. Em plena ditadura, ZH publicou o caso das mãos amarradas. Quem fechou a Ilha do Presídio, o Porão da Oitava DP, foi a reportagem policial, não foi o Ministério Público.

Esta reportagem policial que eu tento defender de certa forma batia de frente num grupo, mas fazia concessão a outro. A polícia tinha dois grupos: da corrupção (propina) e o de repressão (pau). De certa forma, a gente tinha uma convivência melhor com o grupo duro, da repressão, que não tinha nada que ver com o DOPS, era o grupo da repressão criminal.

Pesquisador – Quais as pautas que mais chamavam a atenção da editoria?

Ramos – A reportagem policial começa como uma necessidade de informação. A notícia policial é uma notícia como qualquer outra: é uma informação. Então, o ponto principal é esta informação. Teve um crime, tem de ter notícia do crime. Aquilo é uma notícia. Como tal, ficou uma característica do jornalismo gaúcho, que sempre deu ênfase a cobertura policial. O Correio do Povo sempre teve uma página de polícia, que, num tablóide, seriam duas páginas. Esse é o primeiro viés: a informação. Depois, a reportagem policial se valeu também de pessoas que tivessem entrada na polícia. Aí começa a presença de policiais na reportagem policial. Por que? Porque eles teriam acesso às informações policiais. Num segundo momento, quando jornalistas começam a fazer a reportagem policial, a partir do fim

dos anos 60 e início dos anos 70, jornalistas de outras áreas começaram a migrar para a área policial. Como havia censura (ditadura militar), muitas jornalistas migraram para a polícia e para o esporte. Quem foi para a editoria de polícia queria contar histórias. Esse é um momento importante da cobertura policial. O que dá a diferença são as pessoas que estavam fazendo a editoria policial. Para se contar boas histórias é necessário que existam bons repórteres dispostos e que saibam contar histórias. A editoria passa a ter como objetivo a leitura. Isso vai acontecer com uma grande mudança que a ZH promove, com a saída do Vilmo Medeiros, e uma equipe com um viés policialesco. Porque tem outra: havia os policiais mas também tinha aqueles que gostariam de ser policial. Vestiam-se como policiais, tinham a gíria de policiais, usavam revólver na cintura como policiais. Então, quando a ZH resolve romper isso, ela busca um editor de Esportes para a Polícia. O novo editor não decide como será feita a reportagem policial, mas ele seleciona uma equipe cujo resultado da seleção da equipe é a reportagem policial que surge na ZH, muito próximo do conto, com o Clóvis Ott e outros repórteres. Isso acontece em 1980. Houve uma inversão de valores. Muitas coisas no jornalismo são conseqüências, não são coisas bem pensadas. Elas acontecem. O Armando Burd, que era chefe de reportagem da Caldas Júnior, tinha uma afeição, uma amizade, com essa turma que fazia reportagem policial na ZH. Propagou-se que a reportagem policial da ZH conseguia furar a da Caldas Júnior porque a Caldas Júnior ficava denunciando abusos policiais, o que fazia com que ela perdesse fontes. E a equipe da ZH, não. Então, foi se criando na Caldas Júnior essa idéia de que aquela cobertura policialesca da ZH funcionava melhor. Eu simbolizava a cobertura da Caldas Júnior na época. Eu só não fui demitido porque o Breno Caldas não quis me demitir. A equipe toda foi demitida e substituída pela da ZH e o Breno Caldas me pegou para editor de polícia do Correio. Eu tinha 32 anos na época. Ele parou a redação do Correio para me apresentar como o novo editor de polícia, inclusive. Foi para simbolizar. Era como dizer: eu cedi, mas este é o meu editor. Muitas vezes, o seu Breno reclamava que bandido virava mocinho, etc. De um dia para a noite, vão todos os repórteres da Caldas Júnior para a Zero Hora. E o pessoal da ZH foi para a Caldas Júnior.

Pesquisador – Quais as pressões mais freqüentes que os repórteres e editores de Polícia sofriam e de onde elas partiam?

Ramos – Pode ser que eu esteja equivocado, enfim, mas eu acho que de uma maneira geral a reportagem policial até sofreu pouco desde que não entrasse em crimes políticos.

Os próprios policiais se queixavam dizendo: vocês não conseguem bater nos militares, e batem em nós. A Brigada Militar sempre teve mais influência política dentro dos jornais que a polícia.

Pesquisador – Quais os critérios para publicação de nomes de suspeitos?

Ramos – Olha, publicávamos tudo. Se era preso, publicávamos. No fim dos anos 90 é que começamos a tratar o cara como suspeito. Antes era assassino, homicida, estuprador... Se a polícia disse, estava feito.

Pesquisador – Repórteres acompanhavam batidas policiais. Quando necessário, ajudavam a prender?

Ramos – Esse negócio de chamar para acompanhar as batidas, eu não sei se não confiavam em mim, porque nunca me chamavam. Eventualmente, alguns participavam. Não sei até que ponto. Confesso que nunca vi esta participação, mas também nunca participei. Essas batidas geralmente eram com pé na porta. Não iam deixar. Comenta-se que repórteres participavam, prendiam. Há um repórter da ZH que dizem que prendeu uma pessoa, mas nunca assisti.

Pesquisador – Era comum repórter portar armas? Caso positivo, as armas eram deles ou da polícia?

Ramos – Dizem que a equipe anterior a nossa chegava à Redação, tirava o repórter da cintura e colocava na gaveta. Eu não vi. Talvez eles andassem com revólver, mas não durante a cobertura jornalística. Eu ouvia dizer, mas nunca vi ninguém trabalhando com revólver na cintura.

Pesquisador – Além da atividade no jornal, repórteres trabalhavam em outro lugar?

Ramos – Os que eram comprometidos trabalhavam. Mas a maioria não trabalhava. Por incrível que pareça, eram só jornalistas.

Pesquisador – Como profissionais lotados na editoria eram vistos pelo conjunto da redação?

Ramos – Com certa discriminação. Na Caldas Júnior nós vencemos esta discriminação. Antonio Gonzáles, o Antoninho, além de editor, era presidente do Sindicato e

coordenador do Departamento de Jornalismo da Famecos (Faculdade dos Meios de Comunicação da PUCRS). Era um cara respeitado. Enfim, até pela qualidade do nosso texto, nós vencemos. Agora, na Zero Hora tinha preconceito. Eu tinha a sensação de que o Segundo Caderno e a Economia nos achavam de segunda categoria.

Pesquisador – E como o pessoal da editoria via o restante da Redação?

Ramos – Vai muito de como cada um vê. Os problemas que eventualmente apareciam na Polícia eu via em todos os outros setores. A Economia e na Política eram muito mais comprometidos do que a Polícia. No Segundo Cadernos, por exemplo, a garantia que uma peça de teatro vai ter uma informação no jornal na medida em que passam entradas para editoria, isso é muito pior que a editoria de Polícia. Isso não tem na Polícia. Coisas que parecem comuns como editores ou repórteres que fazem Política trabalharem no governo do Estado ou na Assembléia. E isso é normal? Então, há muito estigma na Polícia. Nosso trabalho era, de certa forma, sujo. Tratava das mazelas sociais, mas era o que as pessoas queriam ler.

Pesquisador – Qual o foco das matérias especiais?

Ramos – Era o levantamento de assuntos. Quando tinha uma onda de assaltos, era a onda de assaltos. Se havia vários crimes insolúveis se abordava isso. Era o esgotamento de um assunto que teve repercussão ao longo da semana. No domingo, se buscava desenvolver.

Pesquisador – Os salários e a carga horária eram iguais aos demais colegas da redação?

Ramos – Como repórter não tinha muita diferença. Tinha diferença em relação ao repórter de economia, que era assessor da FIERGS, por exemplo.

Pesquisador – É fato que a editoria de polícia mudou. Por quê?

Ramos – Eu acho que a Zero Hora procurou se livrar do policialesco. Demitiu toda equipe, montou uma nova equipe, com o editor de Esportes, e colocou o Wanderlei Soares de subeditor. Tu tens que ter a mudança, mas tu tem que ter informação. E para tu teres informação, tu precisas conviver. E para ti conviver, algumas coisas tu tem de relevar algumas coisas.

Pesquisador – Qual o peso da redemocratização do país na mudança na cobertura policial?

Ramos – Eu posso ser um sonhador, mas eu fiz polícia durante a ditadura. Fiz polícia não porque eu quis, mas porque foi a oportunidade de ir para Folha da Tarde. Eu gostava, como alguns, de escrever sobre polícia. Eu gostava de contar histórias. Ainda havia os noticielistas e os que faziam uma guerrilha permanente contra a polícia. Na soma destes, quem mais defendia os direitos humanos eram os repórteres policiais. Não eram os promotores ou os juízes. Eu sempre os vi com certa repulsa porque, no duro, eles não estavam lá.

Pesquisador – E a mudança do perfil da criminalidade pode ter influenciado na transformação da cobertura?

Ramos – A criminalidade aumentou, é óbvio. Mas aumentou num sentido mais universal. Há outros temas hoje que não se tinha no passado. As grandes selvagerias internacionais só tomavam uma dimensão no nosso noticiário se fossem muito grandes. Nós éramos muito vinculados ao que acontecia em Porto Alegre, no Estado. Os assuntos globais não tinham a importância que têm hoje. Então, aquela preocupação de cobrir todos os acidentes, cobrir todos os crimes, isso foi superado pela história da criança que o padrasto põe agulha, que se torna mais importante que qualquer coisa que tenha perto da gente. A nossa reportagem era muito local. Isso era um dos pontos. A cidade menor, os acontecimentos eram espetacularizados. Um assalto a banco recebia duas páginas no jornal. Não eram duas páginas sobre assalto a bancos no Brasil, eram duas páginas sobre assalto a banco no Menino Deus.